RPHST Revista Piauiense de História Social e do Trabalho
ISSN: 2447-7354

# DOSSIÊ HISTÓRIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADE NO PIAUÍ

Ano III, n. 05
www.rphst.com.br
contato.rphst@gmail.com
Jul/Dez 2017

# Sumário



ISSN 2447-7354

# Expediente

A Revista Piauiense de História Social e do Trabalho é um periódico científico de acesso livre e gratuito, de edição semestral, vinculado à plataforma Mundos do Trabalho Piauí, e tem como objetivo facilitar e difundir investigações teóricas, pesquisas e resenhas que contenham análises, críticas e reflexões sobre o Mundo do Trabalho (urbano e rural), com enfoque no Estado do Piauí, nas mais diversas temporalidades e temáticas variadas, como: formação do mercado de trabalho, trabalho escravo, diversificação do mundo do trabalho, movimento operário, imprensa operária, cultura operária, dentre outros, aceitando também colaborações com análises de outras realidades em localidades distintas.

*Apoio*: Plataforma Mundos do Trabalho - Piauí:
http://mundosdotrabalhopi.blogspot.com.br





***Foto de capa***:
*"Fachada do estabelecimento commercial da Ourivesaria Franco, de Raymundo Pereira Franco. FLORIANO - PIAUHY".* In: FOLGUEIRA, Manoel Rodrigues (Org.) **Álbum artístico comercial do Estado do Piauí**. 2ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1987. p. 112.

**Revista Piauiense de História Social e do Trabalho - Parnaíba-PI**
Julho/Dezembro de 2017. Ano 03, n° 05.
contato.rphst@gmail.com
www.rphst.com.br

# LAVOURA DE ALIMENTOS EM ÁREA DE PECUÁRIA: mandioca e cana de açúcar no Piauí entre 1900 e 1950.

Alcebíades Costa Filho[1], Antônio Wallyson Silva[2] & Enos Soares da Silva Neto[3]

**Resumo**

A historiografia subestimou o papel da lavoura de alimentos no processo de formação da sociedade piauiense, valorizando a atividade de pecuária com base no rebanho de gado bovino. Documentos como o "Almanaque do Cariri" (1952), "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" (1959), "O Livro do Centenário de Parnaíba" (1944), "O Piauí no Centenário de sua Independência: 1832 – 1923" (1923) "Cronologia do Piauí Republicano: 1889- 1930" (1988) foram essenciais para a composição do texto. Desconstroem a imagem do Piauí vivendo exclusivamente da pecuária, permitindo visualizar o papel do cultivo de alimentos, em especial da mandioca e cana-de-açúcar, no contexto da economia piauiense, na primeira metade do século XX.



***Palavras chave***: Lavoura de alimentos; Mandioca; Cana-de-açúcar.

**Abstract**

Historiography underestimated the role of food tillage in the process of formation of Piauí society, promoting a livestock activity based on the cattle herd. Such documents as "Cariri Almanac" (1952), "Encyclopedia of Brazilian Municipalities (1959)", The Book of Parnaíba Centenary" (1944), "Piauí on the Centenary of its Independence: 1832 - 1923" (1923) and "Chronology of the Republican Piauí: 1889-1930" (1988) were essential for a composition of the text. Such texts deconstruct the image of Piauí as state that lives exclusively from livestock, allowing the visualization of the role of food crops, especially manioc and sugarcane, without the context of the Piauí economy in the first half of the 20th century.

***Keywords***: Food crops; Manioc; Sugar cane.

[1] Professor Doutor da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). alcebiadescf@yahoo.com.br

[2] Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). wallysonpoker@outlook.com

[3] Graduando do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), aluno PIBIC. enosneto70@gmail.com

ISSN 2447-7354

### *Introdução*

No Piauí, passada a fase mais violenta da ocupação, a cada curral levantado correspondia uma roça com produtos alimentares que geralmente abasteciam os roceiros. Na primeira metade do século XX, as roças de alimentos estavam bastante difundidas por todos os municípios do Piauí, os produtos mais cultivados eram: mandioca, arroz, feijão, milho e cana de açúcar. Nosso olhar investigativo se dirige para alguns municípios das mesorregiões centro-norte piauiense e norte piauiense, para utilizar categorias de espaço estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. As duas mesorregiões correspondem à área centro norte do Piauí, considerada menos seca e mais fértil se comparada com as mesorregiões sudeste piauiense e sudoeste piauiense mais castigadas pelas secas.

A mesorregião centro-norte piauiense compreende quatro microrregiões denominadas: Campo Maior, Médio Paranaíba Piauiense, Teresina e Valença do Piauí, perfazendo um total de 60 municípios. Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Beneditinos, Campo Maior, José de Freitas, Luzilândia, Miguel Alves, Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Porto, Regeneração, São Pedro do Piauí, Teresina e União foram selecionados para observação.

A mesorregião norte piauiense abrange duas microrregiões: Baixo Parnaíba Piauiense e Litoral Piauiense, totalizando 32 municípios. Foram selecionados apenas Barras, Batalha, Buriti dos Lopes e Paranaíba. No passado colonial, Campo Maior e Parnaíba já se destacavam na vida econômica e política do Piauí. Parnaíba se diferencia ainda como o município de maior movimentação econômica no litoral. Barras, Amarante e Teresina se evidenciam como influentes polos urbanos e econômicos, salientando Teresina como a capital do Piauí. Os demais municípios, apesar da menor influência política e econômica, desenvolveram o cultivo de alimentos.

O foco da investigação é o cultivo da mandioca e seus derivados, com destaque para a farinha, base da alimentação, desde os tempos da colonização até bem próximo do nosso tempo e, também, a produção da cana de açúcar, de igual importância no contexto da alimentar piauiense, mas esquecida pela historiografia econômica. Chama atenção à importância da mandioca e da cana de açúcar no contexto da alimentação piauiense até meados do século passado. Os dois produtos foram cultivados em quase todos os municípios e, até meados do século XX, parte da atividade industrial do Piauí estava voltada para o beneficiamento da mandioca e da cana.

No conjunto das fontes consultadas, a "Enciclopédia dos Municípios Brasileiros" (1959) elaborada pelo IBGE, o "Almanaque do Cariri" (1952), edição dedicada ao centenário de Teresina, "O Livro do Centenário de Paranaíba" (1944), "O Piauí no centenário de sua independência 1823-1923" (1923), volume IV, e a "Cronologia do Piauí Republicano 1889/1930" (1988) foram essenciais para composição do texto. Não obstante as críticas negativas que se faça a esse tipo de fonte e as falhas apontadas na enciclopédia do IBGE, o conjunto permite um panorama da lavoura de alimentos no Piauí na primeira metade do século XX, bem como da atividade industrial, com riqueza de detalhes sobre práticas e técnicas de produção.

### *O espaço*

As mesorregiões centro-norte piauiense e norte piauiense são banhadas por muitos rios, alguns temporários, outros perenes, a exemplo do Canindé,



ISSN 2447-7354

Piauí, Berlengas, Longá, Marathaoan, Surubim, Jenipapo, Camurupim, São Miguel e Portinho. Em geral, com nascente localizada no Piauí, muitos cursos d'água secam durante os meses de verão. Rios que tem nascente no vizinho estado do Ceará como o Poti, Pirangi e Piracuruca, também atravessam a região e de alguma forma se interligam ao conjunto das águas do Parnaíba, principal rio perene que atravessa o centro norte do Piauí, concorrendo para fertilizar a terra. A região possui várias lagoas aproveitadas para a pesca e suas margens para o cultivo. Em Buriti dos Lopes se destaca a lagoa Grande do Buriti que é atravessada pelo rio Longá e, segundo o Almanaque do Cariri[1], nos anos de 1950 era possível encontrar às suas margens "maravilhosos campos de cultura" de arroz.

Períodos de verão e inverno se alternam na região delimitada. Os meses entre junho e dezembro correspondem ao verão; de dezembro a maio equivalem ao período invernoso. Sobre as condições climáticas de Campo Maior ficou registrado na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros[2], "é temperado nos meses de maio, junho e julho e quente e seco nos de agosto, setembro, outubro e novembro. São igualmente de inverno os meses de dezembro, janeiro, fevereiro, março e abril, nos quais faz frio, ora calor. " Através da descrição de um técnico do Ministério da Agricultura sobre o regime de cultivo e colheita no município de Paranaíba, ficou caracterizado que esse município tinha condições climáticas semelhantes a Campo Maior[3].

A partir da segunda metade do século XIX períodos de secas devastaram a área centro norte do Piauí, não é mais o prolongamento da estiagem, entre um período e outro de chuvas, agora são anos de chuvas escassas. A partir da década de 1870 e seguintes, a questão esteve na pauta de debates dos poderes administrativos do Império e Republica. Nas primeiras décadas do século XX se evidencia as mazelas da seca de 1915 que além da falta de chuvas, provocou diminuição na produção de alimentos, uma parcela da população foi atingida pela fome e o quadro de miséria se agravou devido à migração dos estados vizinhos[4], faltou água potável para as pessoas e animais. Junto com a seca a perda do cultivo e a crise de abastecimento.

Na primeira metade do século passado a região também foi castigada por enchentes. Na década de 1920, invernos rigorosos entre 1924 e 1926[5] ocasionaram a cheia do Poti e do Paranaíba, que invadiu áreas habitadas e cultivadas, causando danos à lavoura. No inverno, os rios temporários transbordam, e contribuem para a fertilização de suas margens, preparando a terra para as roças de vazante, predominantes na região centro norte do Piauí. Entre 1900 e 1950, é intensa a atividade de pesca nos rios e lagoas. Os habitantes ribeirinhos pescavam com tarrafas, anzóis ou construindo "currais" ao longo do curso dos rios. Pescavam piratinga, surubim, fidalgo, curimatá, branquinho, piranha, mandubé, mandi, piau, entre outros, para consumo próprio e, também, para comercialização[6].

Nos dias atuais, no período de inverno, ainda é possível ver em vários trechos desses rios, vegetação nativa, aves silvestres e peixes. Como se não bastas-

[1] Almanaque do Cariri, p. 590.

[2] Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, volume XV, p. 456.

[3] O livro do centenário de Parnaíba, 1944, p. 111.

[4] Nascimento, 1988, p.189.

[5] Nascimento, 1988, p.202-206.

[6] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 38, 74, 111.



ISSN 2447-7354

se a influência do clima alterando a regularidade desses rios, o desmatamento das margens e assoreamento são problemas reais que não sensibilizam as autoridades responsáveis por políticas de proteção ambiental. Os rios que atravessam as sedes dos municípios servem de depósitos para o lixo doméstico; o Poti e o Paranaíba recebem os dejetos da rede de esgoto ameaçando a saúde dos rios e das pessoas que dependem de suas águas. Na primeira metade do século XX o Parnaíba esteve na pauta de discussão das autoridades do estado do Piauí, tratava-se apenas de uma tímida política de proteção do rio para servir de via de escoamento de produtos.

Nas duas mesorregiões a vegetação era diversificada; considerável a quantidade de madeira para construção. Na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (p. 425) ficou registrado que o município de Barras possuía "grandes matos [...] cujas madeiras, em sua maior parte são cedros e outros paus de construção". Informação reforçada pelo Almanaque do Cariri[7] "quanto à flora [de Barras] podemos dizer o mesmo com relação à variedade de produtos próprios para a construção, marcenaria e outros fins".

Em Barras e, também, em Campo Maior, Batalha, Altos e Alto Longá predominavam várias espécies de palmeiras a exemplo da carnaúba, tucum, macaúba, babaçu e buriti. Em vários trechos de "O Piauí no centenário de sua independência" (1923) ficou registrado a variedade de frutas silvestres, apesar da devastação da vegetação, ainda era possível encontra na mata: pequi, jatobá, cajá, caju, cajuí, araticum, jenipapo, maria-preta, guabiraba, maracujá do mato, puçá e até bacuri. Na primeira metade do século passado algumas fruteiras estavam domesticadas e era parte dos entornos das vivendas e moradas, fruteiras de terreiros: mangueiras, tamarineiros, goiabeiras, pitombeiras, umbuzeiros, laranjeiras, tangerineiras e cajueiros eram os mais comuns. Havia também as frutas de roça, com destaque para a melancia e melão.

A região abrange áreas pouco acidentadas com vegetação rasteira e árvores de pequena e média altura, que ao longo dos séculos serviu de lenha, principal combustível nos domicílios do Piauí, também utilizada nas fornalhas de casas de farinha, engenhos e olarias, o que contribuiu de maneira significativa para a destruição da vegetação nativa. Nessas várzeas e chapadas viviam várias espécies de insetos como abelhas. Segundo o Almanaque do Cariri[8], em meados do século passado, no município de Alto Longá predominava a abelha do tipo jandaíra, pelo grande número de enxames e pela quantidade e qualidade do mel produzido.

Uma rica fauna, cada vez mais pequeníssima, sofre com a agressão aos rios e matas e pelo abate indiscriminado. Se ao longo do século XIX animais dessa fauna foram abatidos para o consumo humano, através da atividade de caça[9], a partir da primeira metade do século passado essa pratica assumiu um caráter comercial, ocorrendo matança generalizada e desregrada de animais silvestres. Vivia na região centro norte do Piauí várias espécies de gatos, onças, tatus, veados, porcos do mato (caititu, queixada) e macacos; também pequenos animais como pacas, cotias, mocós, raposa; quantidade considerável de lagartos, o camaleão é o mais conhecido, pela comercialização de sua pele; aves variadas: marrecas (verdadeira e viuvinha), garças brancas pequenas, araras,

[7] Almanaque do Cariri, p.552.

[8] Almanaque do Cariri, p. 536.

[9] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 175.



ISSN 2447-7354

papagaios e periquitos, jacus, juritis, nambus; uma variedade de cobras, a exemplo da jiboia, cuja pele foi largamente comercializada nesse período.

O Almanaque do Cariri aponta um largo e movimentado mercado de peles silvestres no Piauí, o rio Paranaíba serviu de via de escoamento e a cidade de Paranaíba como receptor e distribuidor do produto. Em alguns municípios era uma prática comercial lucrativa, uma vez que a pele era vendida para outros estados e, também, para países da Europa. Por não haver regulamentação, a atividade era feita ao máximo, com números que hoje nos parecem catastróficos, a exemplo do mercado de peles de jiboia no município de Batalha, onde no ano de 1952 foram vendidos 170 metros do couro da serpente[10].

### *Lavoura de alimentos*

Entre os séculos XVIII e XX, a maioria da população do Piauí dispensava parte significativa do seu tempo trabalhando na lavoura de alimentos. Não obstante a larga experiência, na primeira metade do século passado era desolador o quadro relativo a esse tipo de cultivo.

> *A agricultura de subsistência é predominantemente é realizada por pequenos proprietários [sic], que não possuem terras próprias, utilizam sistema primitivo de roça, não dispõem de créditos ou qualquer mecanismo de financiamento da produção e vivem em situação de extrema pobreza*[11].

Como se observa a atividade de cultivo de alimentos era predominante. Em relação à afirmação de que o cultivo era realizado "por pequenos proprietários, que não possuem terra própria", constatou-se que na primeira metade do século XX dois grupos sociais estavam envolvidos com o cultivo, os proprietários de terra e o grupo dos lavradores. Os integrantes do primeiro grupo detinham a posse da terra, elemento fundamental na produção de víveres, possuíam também os rebanhos de gado vacum. É visível sua ascendência sobre os integrantes do outro grupo social.

No segundo grupo se insere os pequenos proprietários de terra e os agregados ou moradores. No sistema da lavoura de alimentos, os pequenos proprietários de terra, sem condições para beneficiamento da produção de suas roças utilizam o "aviamento" e o engenho ou moenda do grande proprietário. Em decorrência da pequena quantidade de moeda em circulação, pagava o uso do maquinário com farinha, aguardente de cana e rapadura, contribuindo para que o dono da terra acumulasse percentual considerável em gêneros, muito além de suas necessidades, com o passar do tempo, esse excedente foi colocado para comercialização. O pequeno proprietário cultivava o roçado com auxílio da família, igualmente ao agregado ou morador da grande propriedade.

A figura do morador ou agregado aproxima-se da definição do verbete "morador" que consta no "Dicionário do Brasil Colonial": pessoa de condição social inferior, quase sempre habitando em terras ou casas "de favor" ou pagando certa quantia ou, ainda, prestando serviços aos proprietários[12]. No Piauí, o agregado ocupava a terra com a autorização do dono. Instalado na área da fazenda, construía a moradia e a roça e, sem ônus, criava aves, bodes, carneiros e porcos. Cultivava a roça com a família, que em alguns casos abrangia outras famílias constituídas por filhos, irmãos, cunhados, sobrinhos do agregado. Calcula-se que nos limites de uma grande

[10] Almanaque do Cariri, 1952, p.563.

[11] Nascimento, 1988, p. 187.

[12] Vainfas, 2000, p.409.



ISSN 2447-7354

propriedade havia vários roçados, cada morador ou agregado construía sua própria roça e, dependendo do número de pessoas, pagando em produto e serviço o uso da terra.

A roça é a unidade de produção. Na primeira metade do século passado, na região centro norte do Piauí, pela quantidade de rios fertilizando a terra, era comum as vazantes e as roças de brejo, aproveitando os "baixios (alagadiços) que se prestam admiravelmente à cultura do arroz e da cana de açúcar"[13]. As roças tiveram papel fundamental na vida da população piauiense da primeira metade do século XX, era de onde a população retirava o mantimento necessário para a sua subsistência. Há um depoimento interessante sobre a lavoura de mantimentos, relativo ao município de Miguel Alves.

*A agricultura pode dizer-se a principal indústria do município... É ainda a lavoura extensiva, da foice, do machado e da enxada, - serviço muito primitivo, mas, ao que parece, destinado a perdurar ainda por dilatados tempos.*
*De maquinas agrícolas só conhecemos, no município, dois arados, um descaroçador, uma grade e uma semeadeira...*
*O agricultor, sem descortino e atado (...) as suas tradições rotineiras, não compreende lavoura que não seja pela tremenda devastação das derribadas anuais.*
*E, assim, a foice, o machado e em seguida o fogo, na sucessão dos anos, vão exercendo o seu terrível destino destruidor das matas, que extinguem pelo empobrecimento das terras repetidamente encapoeiradas.*
*A natureza luxuriante e viçosa desta região tropical refaz com rapidez as capoeiras e queimadas, mas acontece que estas se sucedem, sem ordem, sem disciplina, sem previdência, nos mesmos lugares mal refeitos ainda, até que a vegetação alta não seja mais possível e os arbustos e a vegetação raquítica proclamem a aridez e esterilidade da terra*[14].

Como se observa, a técnica de cultivo era antiga e habitual utilizavam de instrumentos como enxadas, foices, machados, facões e outros. Como a técnica de cultivo, os produtos cultivados eram os mesmos das épocas mais remotas, invariavelmente, repetindo-se entre os municípios. Nas mesorregiões centro-norte e norte do Piauí, cultivavam feijão, milho, arroz, mandioca e cana-de-açúcar, cultivo consorciado. Embora se tenha notícia de roças exclusivamente de mandioca ou cana. Na década de 1920, na mesorregião centro norte do Piauí, o pequeno município de São Pedro do Piauí era considerado o celeiro da microrregião do médio Paranaíba, pela abundante produção de arroz, milho, mandioca, feijão e fava[15]. Na década de 1950, em Barras do Maratahoan "a mandioca, o arroz, o feijão, o milho, a batata [...] a cana de açúcar e outros produtos agrícolas são abundantes, satisfazendo plenamente as necessidades de sua população e dos demais municípios do norte do Estado, para onde são vendidos em grande partida"[16].

Da produção agrícola, só o milho e feijão eram vendidos "in natura", embora se tenha informação da transformação do milho e do arroz em fubá. O arroz antes de ser vendido, passava pelo processo de despolpamento, que consiste em tirar o grão da casca que o envolve. A produção de cana-de-açúcar e mandioca, geralmente, era processada e comercializada na forma de novos produtos: farinha, tapioca, aguardente, ra-

[13] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 19.

[14] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 39-40.

[15] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 39-40.

[16] Almanaque do Cariri, p. 552.



ISSN 2447-7354

padura, mel de cana, entre outros produtos.

O cultivo de abóboras e batata doce e favas e frutos de roça, também o cultivo de maxixe e quiabo introduzem itens diferenciados nesse rígido repertorio de gêneros alimentícios, que determinou hábitos alimentares dos piauienses até bem pouco tempo. Cultivavam também frutos, a exemplo de Amarante, cidade que, "abastece [de abacate, abacaxi, banana, laranja, manga, entre outras] aos mercados da margem do Parnaíba e da própria Teresina"[17]. Mas, em "O Piauí no centenário de sua independência" ficou registrado o cultivo de frutas em Piracuruca, Teresina e Valença, a exemplo do mamão, limão, lima e lima da pérsia.

Na primeira metade do século XX, o cultivo desses produtos atendia as necessidades de consumo do produtor e ainda gerava excedente que era comercializado. O que incrementou as feiras semanais. No dia de feira, a cidade ficava bastante movimentada, cheia de cargas e animais que transportava os produtos, em geral utilizavam jumentos ou burros, animais de grande resistência às intemperes do clima e as longas distâncias. No município de Teresina existiam duas feiras:

*Uma no Periquito e outra na Boquinha, que atraem, uma vez por semana, aos domingos, muitas pessoas que vão fazer seus negócios e comprar o necessário para o passadio da semana. Há também uma grande feira na Nazária, onde são feitos negócios de alguma importância de compra e venda de gêneros de exportação*[18].

### Cana de açúcar: engenhos de rapadura e alambiques de aguardente de cana

O interesse em investigar sobre a produção de cana de açúcar no Piauí, área tradicionalmente relacionada à pecuária, partiu de alguns estudos sobre o produto em regiões fora do circuito da grande produção de cana e açúcar, a exemplo do Ceará. Na Paraíba, também tem estudos sobre pequenos engenhos produtores de aguardente de cana e rapadura. No caso do Piauí, o cultivo de cana data do início do século XIX[19]. Em meados do século passado este cultivo estava disseminado por quase todos os municípios do estado, é o que se observa através das fontes consultadas.

Examinando os municípios localizados na região centro norte do Piauí: Água Branca, Alto Longá, Altos, Amarante, Angical do Piauí, Barras, Batalha, Beneditinos, Buriti dos Lopes, Campo Maior, José de Freitas, Luzilândia, Miguel Alves, Paranaíba, Pedro II, Piripiri, Piracuruca, Porto, Regeneração, São Pedro do Piauí, Teresina e União, observamos a presença da cana de açúcar em todos. Para alguns municípios ficou registrado o cultivo, para outros o apenas a existência de engenhos sem referência ao cultivo e ainda outros apenas o registro da produção de rapadura e aguardente de cana em dois anos da década de 1950. Contudo, não restam dúvidas de que entre 1900 e 1950 a cana era largamente cultivada, processada e seus derivados comercializados no Piauí.

Os engenhos estão distribuídos pelo interior dos municípios. Como se observa no quadro 01, com informações sobre engenhos instalados, relativas às décadas de 1920 e 1950, nos seguintes municípios.

[17] Almanaque do Cariri p.546.

[18] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 261.

[19] Costa, 1974, p. 211.



ISSN 2447-7354

Quadro 01: Informações sobre engenhos na região centro norte do Piauí

| Municipios | Dados anos 1920 | Dados anos 1950 | Observação |
|---|---|---|---|
| Batalha | - | 12 engenhos | Movidos à tração animal |
| Luzilândia | 08 engenhos: 02 de ferro; 06 de madeira | 13 engenhos | Anos 1950: 11 movidos à tração animal e 02 movidos a agua |
| Miguel Alves | Havia engenhos e alambiques para fabricação de rapaduras | 14 engenhos | 13 movidos à tração animal e 01 movido a água |
| Piripiri | Havia diversos engenhos de ferro e outros de madeira | - | - |
| Porto | - | 03 engenhos de ferro | Movidos à tração animal |
| Regeneração | 44 engenhos: 07 de ferro; 37 de madeira | 32 engenhos | Anos 1950: todos movidos à tração animal |
| São Pedro do Piauí | 15 engenhos: 05 de ferro; 10 de madeira | - | Todos movidos à tração animal |
| União | Havia engenhos de ferro e de madeira | 14 engenhos | Anos 1950: 12 movidos à tração animal e 02 movidos a água |

Fonte: O Piauí no centenário de sua independência; Almanaque do Cariri.

No Piauí da primeira metade do século passado, engenho é moenda, pequena máquina de madeira ou ferro para moer a cana, movida à tração animal ou a força d'agua, como ficou o registro em oito dos municípios em análise. Embora não conste dados sobre engenhos em Parnaíba, ficou registrado que nesse município os gêneros da cultura agrária também são os mesmos dos outros municípios: cana, arroz, feijão, milho, mandioca, gergelim, aipim, batata[20]. Em "O livro do centenário de Paranaíba" consta que a cana de açúcar constitui importante lavoura nas ilhas do delta[21]. E que nessa época havia uma fábrica de açúcar no município.

A ausência de dados sobre Teresina não implica que não houvesse cultivo e beneficiamento de cana no município. Nos anos de 1920 esteva em funcionamento uma usina açucareira no sitio Santa Anna de propriedade de Gil Martins Gomes Ferreira[22]. Segundo a "Enciclopédia dos municípios brasileiros", na década de 1950, no município de Teresina estava em funcionamento uma usina de produção de açúcar, "denominada Usina Santana, situada a 23 quilômetros da capital, recentemente recuperada e aumentada consideravelmente à área de plantio de cana-de-açúcar". Consideramos que esta informação se refere à mesma usina da década de 1920.[23]

Mas a maior parte da produção de cana era processada em pequenos engenhos. A técnica de fabricação é também muito antiga como se observa na citação abaixo.

*A fabricação de rapaduras é feita pelos rotineiros processos ensinados pelos jesuítas do século XVI; moída a cana em toscos "engenhos" de madeira, puxados pelos bois, deixando no "bagaço" pelo menos 30% da sacarina, vai o caldo para o fogo em tachos de cobre, saindo com muitas impurezas, e ainda em estado liquido, para uma gamela d'onde vai para a forma. Para o fabrico da aguardente usam "alambique" de cobre. "A fabricação do açúcar não se conhece"[24].*

A produção nos municípios analisados é basicamente de rapadura e aguardente, mas também Regeneração fabricava açúcar, igualmente a Teresina e Parnaíba[25]. Vejamos o quadro 02, sobre a produção de rapadura e aguardente de cana no Piauí em meados do século passado.

[20] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 74.

[21] O livro do centenário de Parnaíba, 1944, p. 110.

[22] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 26.

[23] Enciclopédia dos municípios brasileiros, 1959, p. 640.

[24] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, p. 290.

[25] O Piauí no centenário de sua independência, 1923, verbete Regeneração.



ISSN 2447-7354

Quadro 02

| Município | Safra 1952 | Produção de rapadura/aguardente de cana - 1952 | Safra 1956 | Produção de rapadura/aguardente de cana - 1956 |
|---|---|---|---|---|
| Água Branca | - | - | - | 28 800*Kg*<br>28.932*l* |
| Alto Longá | - | - | 5 000*ton* | 253 100*Kg*<br>1 600*l* |
| Altos | 72 000*Kg* | 1 621 600*Kg*<br>242 500*l* | - | 68 707*Kg*<br>28 961*l* |
| Amarante | - | 500 000*Kg*<br>80 000*l* | 7 000*ton* | 635 225*Kg*<br>29 000*l* |
| Angical do Piauí | - | -<br>- | 5 400*ton* | 3 250*Kg*<br>171 200*l* |
| Barras | - | 84 000*Kg*<br>- | 12 920*ton* | 224 500*Kg*<br>21 340*l* |
| Batalha | - | -<br>- | 980*ton* | 68 740*Kg*<br>6 533*l* |
| Beneditinos | - | -<br>- | - | 11 620*Kg*<br>- |
| Buriti dos Lopes | - | -<br>- | - | -<br>26 908*l* |
| Campo Maior | - | - | - | 97 800*Kg*<br>3 200*l* |
| José de Freitas | 10.000 | - | - | - |
| Luzilândia | - | 40.000 | 95.000 | - |
| Miguel Alves | - | 45.000 | 120.000 | - |
| Parnaíba | - | -<br>- | 9 340*ton* | -<br>- |
| Pedro II | - | - | - | Prod. rapadura, aguardente |
| Piracuruca | - | - | - | Prod. rapadura |
| Porto | 23.040 | - | 3.800 | - |
| S. Pedro do Piauí | - | 98.650 | 90.500 | - |
| União | - | 38.000 | 80.000 | |

Fonte: Almanaque do Cariri; Enciclopédia dos municípios brasileiros

Consideramos exagerados alguns dados do quadro 02, certamente o uso de fontes seriadas, com números mais confiáveis, confrontem os dados apresentados aqui. Contudo, nosso objetivo é registrar o cultivo de cana na região centro norte do Piauí, na primeira metade do século passado, o que ficou caracterizado com os dados do quadro 01 e quadro 02. Estranho é que a partir da década de 1970, o cultivo de cana de açúcar deixou de constar na pauta de atividade de produção da maioria dos municípios do estado, de modo que hoje não se fala sobre esses pequenos engenhos produtores de rapadura e aguardente. O que aconteceu com os esses pequenos estabelecimentos?

### *Mandioca, o pão nosso de cada dia: Casas de farinha*

As raízes da mandioca constituem uma das bases da alimentação humana e animal no Brasil antes mesmo da colonização, conforme descrito na carta de Pero Vaz de Caminha "eles não lavram nem criam. [...] E não comem senão deste inhame, de que aqui há muito, e dessas sementes e frutos que a terra e as árvores de si deitam"[26]. A referência ao "inhame" trata-se da própria mandioca, já que o inhame propriamente dito é um tubérculo de origem Africana, que aparentemente lembra a batata e a mandioca.

Durante séculos, a mandioca e seus produtos finais, principalmente a farinha, constituíram-se importantes ingredientes da alimentação no Brasil, destacando-se como principal produto alimentício das populações nativas.

*Pelas qualidades nutritivas da farinha, adaptabilidade da sua cultura a qualquer terreno e excepcional rusticidade, a mandioca, introduzida pela tradição indígena, foi universalmente adotada pela colonização como gênero básico de alimentação; e assim se perpetuou até nossos dias. É certamente a maior contribuição que nos trouxe a cultura indígena*[27].

Por sua durabilidade, sabor agradável e grande poder de satisfazer a fome, rapidamente foi incorporada à logística da navegação, sendo o principal alimento nas embarcações, que percorriam a América, até mesmo nos porões de navios negreiros, satisfazendo os escravos que vinham da África para a colônia. Nesse ponto é possível identificar a dimensão que a farinha brasileira conquistou, tornando-se um produto intercontinental, já que transpassava o oceano[28].

A farinha, segundo adágio popular "aumenta o que é pouco, esfria o que é quente e engrossa o que é ralo", atualmente, podemos encontrar o produto de várias tipos, cores e sabores, apresentando uma forma diferente de ser consumida em cada região do país. O pe-

[26] Cortesão, 2003, p.41.
[27] Prado Jr., 1986, p.165-166
[28] Rodrigues, 2017, p. 69-95.



ISSN 2447-7354

neiramento é o processo que classifica a farinha, a fina é a que passa pelas peneiras e a grossa a que fica retida. No processo de torragem podem ser adicionados corantes que define cores diferenciadas.

Assim como em todo território brasileiro, o Piauí seguia a tendência nacional do primeiro quartel do século XX no tocante às produções agrícolas, produzindo arroz, feijão, milho, cana de açúcar e mandioca. Segundo o Almanaque do Cariri, havia no estado muitas casas destinadas ao beneficiamento da raiz de mandioca, seja para a produção de farinhas, seja para o polvilho e outros. No Piauí, no período entre 1950 e 1952, a produção dos derivados da mandioca alcançava números altíssimos, o que revela a grande procura e consumo dos produtos.

Quadro 03: Produção de derivados da mandioca no Piauí 1950/1952

| Município | Aviamentos | Sacos | Quilos | Observações |
|---|---|---|---|---|
| **Altos** | - | - | 2.415.200 | - |
| **Amarante** | - | - | 270.000 | - |
| **Batalha** | 120 | | 90.000 | - |
| **Beneditinos** | - | - | - | Produz farinha |
| **José de Freitas** | - | - | 35.940 | Produz polvilho, Farinha |
| **Luzilândia** | 136 | - | 720.000 | Produz polvilho |
| **Parnaíba** | 2 | - | - | Produção de 3.736.023*kl* de goma de mandioca |
| **Pedro II** | - | 12.000 | - | Saco de farinha 60*kl* |
| **Piracuruca** | - | - | - | Produz farinha |
| **Piripiri** | | | 920.885 | Produz polvilho |
| **Regeneração** | 232 | - | - | Produz farinha, polvilho |
| **S. Pedro do Piauí** | | 615.326 | | Sacos de 60*kl* |
| **União** | 224 | - | 2.160.000 | Produz polvilho |

Fonte: Almanaque do Cariri

Dos municípios analisados, Altos lidera o ranking de maior produção alcançando 2.415.200 quilos de farinha no ano de 1951[29], outro município que também impressiona pela larga produção é Piripiri, que no mesmo ano produziu 920.855 quilos de farinha[30]. A quantidade de casas de farinha, assim como os números da produção, é de se admirar. Somente no município de Regeneração eram 232 casas de farinha e em Luzilândia eram 136.

Como forma de conclusão, observando os municípios de maior representação política e econômica na região centro norte do Piauí, verificou-se que, na primeira metade do século XX, a lavoura de alimentos era basicamente constituída de arroz, feijão, milho, mandioca e cana de açúcar. Inicialmente esta produção era para autoconsumo dos produtores, posteriormente, parte da produção foi destinada a comercialização. A mandioca e a cana de açúcar por seus derivados e alta procura no mercado ganharam um destaque em relação aos demais produtos. O cultivo desses dois produtos estava disseminado por quase todos os municípios do Piauí, na primeira metade do século passado.

A pratica da "moagem da cana" para produção de rapadura e aguardente acontecia através de pequenos e rústicos engenhos, assim como a "desmancha da mandioca", usavam o aviamento e as casa de farinha, essa forma de produção perdurou para além da década de 1960. Contudo, nesse início de século XXI pouco resta dessas atividades. A produção sumiu quando a lavoura de alimentos foi desativada no meio rural, sufocada pelo agronegócio? A produção declinou dado o desinteresse do mercado por produtos como farinha, rapadura e aguardente de cana? São respostas que ainda carecem de investigação.

*Bibliografia*

**ALMANAQUE DO CARIRI**. Edição especial dedicada ao estado do Piauí, em homenagem a sua capital, pela passagem do seu primeiro centenário, 1952.

ALMANAQUE DA PARNAIBA. **Livro do Centenário de Parnaíba**. Parnaíba, 1944.

AMORIM, Annibal. **Viagens pelo Brasil**. Rio de Janeiro/Paris: Garnier, s.d.

[29] Almanaque do Cariri, p.540 – 541.

[30] Almanaque do Cariri, p.838 – 839.



ISSN 2447-7354

ANDRADE, Manoel Correia de. **Modernização e pobreza**: a expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social, São Paulo: UNESP, 1994.

BASTOS, Cláudio. **Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1994.

BEZERRA, Valéria Saldanha. **Planejando uma casa de farinha de mandioca.** Macapá: Embrapa Amapá, 2011.

BORGES, Geraldo A; RABÊLO, Raimundo Nonato; MATOS, Dalva M. L. **História político-administrativa da agricultura no Piauí 1850-1930**. Teresina: Fundação CEPRO, 1978.

CASTELO BRANCO, Hermínio. **A Lira sertaneja**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Projeto Petrônio Portela, 1988.

CORTESÃO, J. **Carta de Pero Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil.** Texto integral. São Paulo: Martin Claret, 2003.

COSTA, F.A. Pereira. **Cronologia histórica do Estado do Piaui.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1986.

FREYRE, Gilberto. **Açúcar**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

_____ **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal. São Paulo: Globo, 2006.

GODOY, Marcelo Magalhães. Persistência do tradicional. *O processo de modernização da agroindústria canavieira do Brasil e a sobrevivência de formas produtivas não-capitalistas.* **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais.** Vol. 5 Nº 10, dezembro de 2013, p165-186.

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ. **O Piauí no centenário de sua independência, 1823/1923.** Teresina, 1923.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Divisão do Brasil em mesorregiões e microrregiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA. **Enciclopédia dos municípios brasileiros.** XV volume, Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

LEITE, Maria Jorge dos Santos; SANTOS, Hélio Jorge. *"Coronéis e cambiteiros: história dos engenhos de rapadura de Jardim Ceará"*. **X Encontro Regional de História Oral**. Testemunhos: história e política. Recife, abril, 2010.

LIMA, João Policarpo Rodrigues; CAVALCANTI, Célia M. Lira. *"Do Engenho Para o Mundo? A Produção de Rapadura no Nordeste: Características, Perspectivas e Indicação de Políticas"*. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 32, n. 4, Fortaleza, out-dez. 2001, p. 950-974.

LIMA, Solimar Oliveira. **Fazenda:** pecuária, agricultura e trabalho no Piauí escravista (séc. XVII – séc. XIX). Teresina: EDUFIPI, 2016.

LODY Raul (org.), **Farinha de mandioca: o sabor brasileiro e as receitas da Bahia,** São Paulo. Editora Senac São Paulo, 2013.

MATOS, Matias A. O. **Pelas quebradas, várzeas e chapadas** – uma viagem gastronômica pelo Piauí. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2007.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **Cronologia do Piauí Republicano 1889-1930.** Teresina: Fundação CEPRO, 1988.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. *"As roças brasileiras, do período colonial a atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica"*. **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, nº 48, jul/dez 2012, p.755-780.



ISSN 2447-7354

PEDROZA, Manoela. *"A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial"* FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). **O Brasil colonial 1720-1821**. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

PRADO JR., Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. 19.ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RODRIGUES, Jaime. *"De farinha, bendito seja Deus, estamos por agora muito bem: uma história da mandioca em perspectiva atlântica"*. **Revista Brasileira de História**. Vol. 37, nº 75, 2017, p. 69–95.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil colonial.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.



ISSN 2447-7354

# A CONSTITUIÇÃO DA FAMÍLIA ESCRAVA NO PIAUÍ COLONIAL: Escravidão na cidade de Oeiras do Piauí no século XVIII

Gutiele Gonçalves dos Santos[1]

**Resumo**
Este artigo busca compreender a escravidão, africana e mestiça, na capitania de São José do Piauí tendo como base documental os registros de batismos e de casamentos da freguesia de Nossa Senhora da Vitória da cidade de Oeiras durante os anos de 1760-1800. Para tanto, observaremos aspectos como a demografia escrava, as etnias africanas, a constituição da família escrava e as dinâmicas e conexões existentes entre a África e o Maranhão Colonial, espaço jurídico-administrativo português no qual se inseria a capitania do Piauí.
***Palavras-chave:*** Escravidão, Fontes paroquiais, Família escrava.



**Abstract**
This article aims understand slavery, African and mestizo, in the captaincy of São José do Piauí having as evidence base baptisms records and weddings of Our Lady parish Victory City Oeiras during years of 1760-1800. Therefore, we will see things like the slave demographics, African ethnic groups, the establishment of a slave family and the dynamics and connections between Africa and Maranhao Colonial, legal and administrative space in which Portuguese was part the captaincy of Piaui.
***Keywords:*** Slavery, Parochial sources, Slave Family.

[1] Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, e integrante do NUPEDOCH – Núcleo de Pesquisa e Documentação em História e bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. E-mail: gutielegoncalves12@gmail.com

ISSN 2447-7354

***Introdução***

Neste artigo busco salientar discussões no que tange às relações escravistas no Piauí, apoiada principalmente em novos dados referentes ao contingente de escravos africanos no interior da capitania de São José do Piauí, durante a segunda metade do século XVIII, sugerindo, com isso, hipóteses investigativas e caminhos a trilhar no campo da história da escravidão em zonas produtoras de gado vacum e cavalar[1]. O diferencial do presente trabalho é exatamente em dialogar com fontes paroquiais encontradas no Arquivo da Diocese de Nossa Senhora da Vitória, localizado cidade de Oeiras do Piauí.

Entre os documentos, encontramos registros de batismos e de casamentos de homens livres, escravos e indígenas, o que permite ao historiador elucidar aspectos importantes daquela sociedade, tais como as constituições familiares dos negros, africanos e mestiços, os laços de compadrio instituído no interior e fora das fazendas, às origens étnicas dos africanos escravizados e a demografia escrava das fazendas, visto que esses registros são um dos poucos documentos pelos quais podemos ter acesso ao número aproximado dos moradores das fazendas publicas e privadas da capitania do Piauí.

Ao consultar a documentação eclesiástica da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, assim como outros documentos do período, percebemos que os "negros da terra" (índios) e os "negros da África" dividiram, por muito tempo, o mesmo mundo de trabalho no ambiente das fazendas e, em muitas situações, exerciam as mesmas atividades, como as de vaqueiros e desbravador de caminhos que conectavam o Piauí aos mercados de carne da Bahia e Pernambuco.

Em meio à escravidão, africanos, mestiços e indígenas construiriam interações sociais, resultando daí a incorporação e trocas culturais entre as várias Áfricas e os nativos da América. Durante o final do século XVIII e início do século XIX, o percentual de escravos africanos e seus descendentes cresce vertiginosamente no Piauí. Entre as documentações de batismos e casamentos desse mesmo período nas fazendas públicas e privadas do Piauí foram encontrados grupos étnicos de diversas procedências africanas, como Jejes, Minas, Congo, Ganguela [Benguela], Cacheu, Rebolo, Moçambique e Umbaca[2]. Quando não eram classificados por traços étnicos, os registros apenas os denominam como "gentios da Guiné", não evidenciando o seu traço étnico, mas os colocando no rol dos escravos de procedência africana.

Em relação ao número de habitantes, um documento do Arquivo Público acerca da capitania do Piauí do ano de 1762[3], mostra um resumo de todas as pessoas livres, cativas, fogos e fazendas das cidades, vilas e sertões da capitania,

[1] Este artigo nasce como parte do projeto de extensão NUPEDOCH - Núcleo de Pesquisa e Documentação em História que disponibiliza um espaço para realização de atividades e pesquisas possibilitando o acesso a documentos eclesiásticos, contribuindo e incentivando a pesquisa em diversas áreas do campo historiográfico.

[2] Sobre o tráfico de escravos para o Norte do Brasil, ver BARROSO JUNIOR, Reinaldo. Nas rotas do Atlântico Equatorial: tráfico de escravos rizicultores da Alta-Guiné para o Maranhão (1770-1800). Salvador: UFBA, Dissertação de Mestrado, 2009. ALENCASTRO, Luís Felipe de. O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. FALCI, M. B. K. ; MARCONDES, R. L. " Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)" . Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. 430, p. 53-68, 2006.

[3] Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI. Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

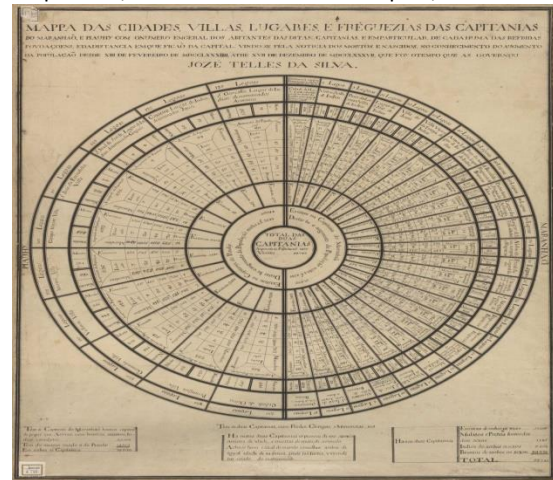


ISSN 2447-7354

feito pela relação de desobriga do dito ano. No que se refere à cidade de Oeiras, o rol de desobriga seria entregue pelo vigário Dionísio José de Aguiar onde informava ter averiguado: 324 fogos; 169 fazendas 1411 pessoas livres e 1084 ditas cativas. A desobriga era o meio utilizado pelos religiosos para batizar as pessoas em lugares onde não havia igrejas e padres residentes, assim os religiosos saiam em direção aos sertões e batizavam nas casas, fazendas e capelas. A desobriga, além de possibilitar a proximidade dos súbitos e demais colonos com as regras da cristandade, funcionava também como um meio eficiente dos religiosos conhecerem os diversos lugares da colônia.

No final do século XVIII de acordo com o mapa abaixo, produzido em 1787 por José Teles da Silva, Governador do Maranhão e Piauí, tem o intuito de quantificar o número de habitantes de ambos os sexos entre livres, índios e escravos referentes à Capitania do Piauí e a Capitania do Maranhão com informações sobre as referidas povoações e suas distâncias até a capital, destaca ainda a quantidade de homens que são capazes de pegar em armas entre estão brancos, escravos, índios e mulatos, além de notícias sobre os mortos e nascidos em cada lugar permitindo o conhecimento do aumento da população desde a data de 13 de fevereiro de 1784 até 17 de dezembro 1787 período em que José Teles da Silva governou.

No que se refere à capitania do Piauí, na cidade de Oeiras havia um total de 7.282 habitantes, segundo lugar da capitania do Piauí com o maior número de habitantes, perdendo apenas para Campo Maior que tinha 9.052 habitantes. Em toda a capitania do Piauí segundo os dados do mapa havia 37.044 habitantes entre escravos, mulatos, índios, pretos forros e homens brancos.

Mappa das cidades, vilas, lugares e freguezias das capitanias do Maranhão e Piauhy: com o numero em geral os abitantes das ditas capitani-as... [S.l.: s.n.], 1787. 1 mapa ms., desenho a tinta nanquim, 62 x 48.

Fonte: <goo.gl/kf48JM>. Acesso em: 01 nov. 2016.

Pelos registros de batismos e de casamentos também nos é possível traçar genealogias de famílias escravas, observar as regras, as constituições de redes familiares entre escravos e perceber a presença de tradições culturais e re/criações étnicas próprias desses escravos, uma espécie de herança africana que veio para o Brasil e que nunca deixou de habitá-los[4]. De acordo com Robert Slenes, a família cativa no contexto das zonas produtoras de café foi uma incubadora de identidades fortemente marcadas por uma cultura centro-africana compartilhada.[5] Apesar das distâncias geográficas encontradas atra-

[4] Ver TORNTON, John. A África e os Africanos na formação do mundo atlântico. Rio de Janeiro: Campus, 2001; PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. O nascimento da cultura Afro-Americana. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005. SWEET, James H. Recriar África: cultura, parentesco e religião no mundo afro- português (1441-1770). Lisboa, Portugal: EDIÇÕES 70, 2007. SLENES, Robert. Malungo, N'agona vem!‟: África encoberta e descoberta no Brasil. Luanda: Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura, 1995.

[5] SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Editora Nova Fronteira, 1999.



ISSN 2447-7354

vés do tráfico negreiro, isso não seria um impedimento para que a cultura africana se disseminasse no Brasil[6].

Para Paul Gilroy, o "atlântico negro" seria não só palco das circulações de mercadorias, de um lado a outro dos três continentes, mas também um agente demarcador de uma nova identidade cultural, inscritas por escravos ladinos que preservariam e, em alguns casos, remodelariam tradições culturais do sujeito moderno[7]. Porém essa cultura e costumes africanos não seriam trazidos intactos para o novo mundo. Para Sidney W. Mintz e Richard Price, não há como afirmar a existência de uma transposição da cultura africana para as Américas sem a mesma fosse contaminada por outras culturas.

*Nenhum grupo, por mais bem equipado que esteja, ou por maior que seja sua liberdade de escolha, é capaz de transmitir de um local para outro, intactos, o seu estilo de vida e as crenças e valores que lhe são concomitantes. As condições dessa transposição, bem como as características do meio humano e material que a acolhe, restringem, inevitavelmente, a variedade e a força das transposições eficazes. (MINTZ e PRICE 1992, p.19)*

O universo escravo era bem mais complexo e diversificado do que antigas analises permitem vislumbrar[8]. A escravidão se disseminou de tal modo que não só apenas eram donos de escravos os grandes proprietários de terras, onde brancos escravizavam negros. Como afirma o historiador João José Reis à escravidão estava amplamente disseminada por todo tecido social por que havia proprietários de um, dois ou três escravos e que muitas vezes não eram brancos,[9] em um dos registros de batismos a fala de Reis pode ser reafirmada:

*Aos cinco dias do mês de agosto de mil setecentos e noventa e um anos nesta igreja matriz de Nossa Senhora da Vitoria da cidade de Oeiras do Piauí bispado do Maranhão batizou solenemente e pus os santos óleos de licença minha o padre Mathias da Costa Pereira a preta Maria de nação umbaca de idade de vinte anos pouco mais ou menos* ***escrava da preta Antônia Vieira*** *[grifo meu] moradora nesta cidade foram padrinhos Baltazar dos Reis Pinto Casado e Liandra e Maria Solteira todos moradores nesta mesma cidade do que para constar fiz esse assento e assino.*[10]

Vale ressaltar que relatos como esse não amenizam as dificuldades que se tinha em viver em um sistema escravista, apenas devolve ao escravismo sua historicidade construída por agentes sociais múltiplos, entre eles senhores e escravos, esclarecendo-nos fontes comunitárias de resistência frente à escravidão[11].

### ***Imposição dos Santos Óleos: Batismos de escravos na cidade de Oeiras.***

Para Miridan Brito, autora de *Escravos do Sertão*, a introdução da escravaria no Piauí foi cercada por rituais de legitimidade de posse, indo do batismo – o tempo de surgir e nascer do escravo - até a sua completa subordinação ao mundo do trabalho e dos ditames do senhor. Fazendo-nos pensar na importância do

---

[6] DE CASTRO FARIA, Sheila. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Editora Nova Fronteira, 1998.

[7] GILROY, Paul. Atlântico negro, O. Editora 34, 2001.

[8] Id.Ibidem.

[9] WEB TV UFBA. 721. CONECTA - A escravidão no Brasil e seus reflexos, por João José Reis. Disponível em: <goo.gl/evLq3C>. Acesso em: 01/10/2015.

[10] Registros de Batismos 1760-1790. Arquivo da Arquidiocese de Oeiras.

[11] SLENES, Robert W. Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX. Editora Nova Fronteira, 1999.



ISSN 2447-7354

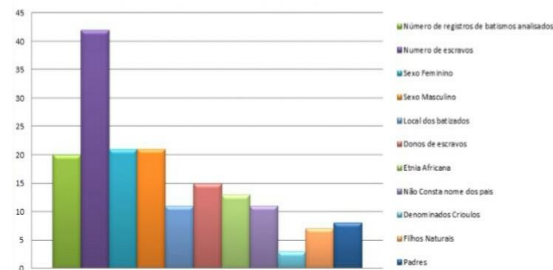
"ser escravo no Piauí" e sua relação com a estrutura política, econômica e religiosa local, cabia à igreja católica registrar tais rituais com o objetivo de sacramentar o parentesco espiritual entre batizados e batizandos. Apesar de existir certa padronização dos registros de batismos as informações registradas nos ajudam juntamente com o auxilio de outras fontes compreender uma sociedade de um determinado período.

Além disso, é perceptível o esforço empreendido pela igreja católica juntamente com a Coroa Portuguesa de normatizar e controlar a sociedade através do batismo visto que visavam afastar os costumes vindo da África considerados inferiores reafirmando o sacramento do batismo como primordial na vida cristã.

As informações disponibilizadas nos registros de batismo da freguesia de Nossa Senhora da Vitória o documento básico sempre consta local e data da realização do sacramento, nome do celebrante, nome do batizando e de seus pais e padrinhos, onde moravam e o nome do proprietário do escravo (a) que estava sendo batizado.

Os registros de batismos eram o único meio visto pelos senhores de escravos para comprovar que os nascidos em seus planteis eram efetivamente seus, uma vez que o inocente nascido de uma escrava não havia nem um registro de posse [matricula], pois, não tinha ocorrido uma transação comercial, além disso, segundo Faria o batismo significava a comprovação de ser a pessoa filhos dos pais e da terra alegado[12].

Estas novas fontes documentais a exemplo dos registros de batismos, possibilita-nos enxergar a humanidade cultural do escravo e dos africanos de diferentes origens/etnias trazidos pelo tráfico, compreendendo sua vida na sociedade escravista brasileira. A partir de uma analise preliminar realizada em vinte registros de batismos, pode-se compreender as principais características e informações contidas nesses documentos paroquiais da cidade de Oeiras do período que vai de 1773-1801.

Gráfico 01: Informações dos registros de batismos, Oeiras, 1773-1801

Fonte: Registros de batismos - Arquivo da Arquidiocese de Oeiras.

Nos registros analisados consta o nome de quarenta e dois escravos dentre pais, padrinhos e batizandos, vinte e um escravos são do sexo masculino e vinte e um do sexo feminino, dentre eles pretos, crioulos e africanos. Os escravos africanos são de etnias diversas como Angola, Mina, Jejes, Gentio da Guiné e Umbaca. Em relação aos locais dos batismos a maioria foram realizados em fazendas, o restante foram realizados na Matriz de Nossa Senhora da Vitória, e alguns em capelas da região. Consta o nome de quinze donos de escravos, além daqueles que possuíam a Real Inspeção de Nazaré, Canindé e Piauí. Sete batizados foram de filhos naturais e onze foi o número de batizados que não constam os nomes dos pais. Em um dos batismos os padrinhos eram um casal de índios, e em cinco dos registros os padrinhos eram escravos, os restantes analisados os padrinhos não possuem nenhuma denominação, presumindo-se que fossem todos brancos. Dentre os

[12] DE CASTRO FARIA, Sheila. A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial. Editora Nova Fronteira, 1998. p. 307



ISSN 2447-7354

vinte batismos apareceram oito nomes de padres distintos.

Existe um número considerável de registros de filhos naturais, ou seja, que não consta o nome do pai, porém parto do pressuposto que esses filhos não são necessariamente sem pais. Segundo Slenes os filhos naturais muitas vezes tinham um pai, porém, às vezes o casal ainda não tinha uma união formal (reconhecido oficialmente pela igreja). Além disso, muitos registros tinham a expressão "Pai Incógnito" e "Mãe Solteira" penso que através dessas expressões que de fato mostrava que a criança não tinha um pai. Além dessas denominações expressas nos registros de batismo, podemos ainda destacar os filhos expostos ou enjeitados prática comum no período colonial. Não eram considerados nem naturais, nem legítimos, eram filhos abandonados por seus pais que os deixavam em Santas casas de Misericórdia ou em casas particulares[13].

***Família e Casamento***

A constituição da família entre cativos provavelmente os ajudou a lidarem com a escravidão e a reterem suas identidades, foi uma estratégia de forjar redes de solidariedades e de sobrevivência dentro do cativeiro[14] meio esse que beneficiava não só a senzala, mas também era pra casa grande uma forma de controle senhorial, inclusive a formação de famílias extensas que é aquela que vai além dos pais e filhos, é formada por parentes ou pessoas próximas a exemplo do compadrio, de acordo com Stuart Schwartz estas relações de compadrio foram importantes na consolidação de laços de sociabilidades na sociedade escravista.

Um exemplo de "rede de solidariedade" era a estabelecida entre as mães solteiras e o compadrio a ilegitimidade de filhos tornou-se algo recorrente entre os escravos e o compadrio representava a estabilidade que a criança necessitava. Os laços de parentesco serviam como um elo de proteção estabelecido entre os escravos e muitas vezes eram até estendido a outros setores da vida social onde muitas vezes o compadrio era por negros já alforriados ou até mesmo por brancos.

A historiografia negou por algum tempo a existência de família entre os escravos afirmando viverem num completo desregramento e que a vida familiar na senzala era precária essa produção historiográfica vigorou até 1970, porém se a promiscuidade tivesse sido tão desenfreada, os proprietários não teriam adotado qualquer tentativa de impor a seus escravos o casamento na igreja ou que este sacramento fosse desejado até mesmo pelos próprios escravos.

Como pôde ser observado na pesquisa feita nos registros de casamentos da cidade de Oeiras entre os séculos XVIII e XIX possivelmente, os casamentos sejam eles interétnicos (entre etnias diferentes) ou endógamos (entre a mesma etnia) funcionavam como ferramentas de preservação das suas identidades, uma vez que, era por meio da família que o escravo poderia conquistar certa autonomia e transmitir para gerações futuras suas heranças culturais.

Segundo Gruzinsk, as mestiçagens e as misturas culturais foram processos históricos recorrentes na experiência humana[15]. A documentação referente aos registros de casamentos da cidade de Oeiras nos mostra um número considerável de casamentos interétnicos, foi uma prática recorrente a união de crioulos com africanos, entre africanos de

[13] Ver Sheila Castro Faria.

[14] Ver SLENES, Robert. W

[15] GRUZINSKI, Sergio. **O pensamento mestiço**. São Paulo: Cia das letras, 2001



ISSN 2447-7354

diferentes origens ou até mesmo entre negros e índios.

Os registros de casamentos eram na sua maioria padronizados e nas informações constavam sempre data e local da celebração, nome do celebrante, nome dos noivos e na grande maioria logo em seguida do nome dos noivos havia a sua origem, qualificação pela cor ou sua condição social, nome dos pais dos nubentes, o nome das testemunhas que geralmente eram duas, e o nome do proprietário dos noivos no caso dos cativos.

De acordo com Manolo Florentino e José Roberto Goes, vista as várias possibilidades das estratégias tecidas pelos escravos através da formação da família ou dos casamentos formais (realizados pela igreja) é possível observar que os donos de escravos também visavam algumas estratégias. Ao contrario do que aconteceu em alguns lugares como ocorria no sul do Brasil, quando de acordo com Robert Slenes os senhores de escravos praticamente proibiam o casamento formal entre escravos de donos diferentes ou entre cativos[16], pela analise dos registros de casamentos da cidade de Oeiras, supõe-se que os senhores de escravos tenham estimulado a legalização das uniões, talvez vendo nisso um meio de aumentar sua produção e mão de obra escrava através da procriação, além de, verem no casamento uma estabilidade para o escravo, para que assim não fugissem.

Segundo Florentino e Góes, era através da constituição da família, que possibilitaria uma estrutura para manter o escravismo, ou seja, era vista pelos senhores de escravos como um meio ou uma estratégia de assim garantir a "paz nas senzalas", pois a família se tornaria uma espécie de refém do seu senhor evitando assim revoluções/conflitos entre a senzala e a casa grande, além disso, também existiam os casamentos endógamos que serviram como meio de pacificação entre as senzalas uma vez que a união de escravos da mesma origem serviria para se isolarem dos africanos recém-chegados de origens distintas e também como um controle da Casa-Grande[17].

Robert Slenes não compartilha desse argumento, pois segundo ele "essa paz" seria apenas uma fachada, uma vez que os escravos e os senhores viviam experiências de vida totalmente distintas não sendo possível essa harmonia entre ambos. E que o compromisso entre os escravos foi uma necessidade e uma estratégia bem mais próxima da realidade dos escravos do que dos próprios senhores. Além disso, o fortalecimento dos laços poderiam também trazer insegurança ao sistema escravocrata.

André João Antonil na sua obra Cultura e opulência no Brasil em 1711, já orientava que os senhores de escravos deveriam garantir todos os procedimentos cristãos aos seus escravos bem como lhes possibilitar a sobrevivência, porém muitos ainda não o faziam ou apenas permitia o amancebamento[18]

*Opõem-se alguns senhores aos casamentos de escravos e escravas, e não somente não fazem caso dos seus amancebamentos, mas quase claramente os consentem, e lhes dão princípio, dizendo: Tu, fulano, a seu tempo, casa-*

[16] Sobre a ideia de família escrava no Brasil e os debates a ela relacionados, ver SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, FLORENTINO, Manolo Garcia e GÓES, José R.**A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico. Rio de Janeiro: c. 1790 -c.1850**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

[17] FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas**. Civilização brasileira, 1997.

[18] ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil.** p. 32.

ISSN 2447-7354

*rás com fulana; e daí por diante os deixam conversar entre si como seja fossem recebidos por marido e mulher; e dizem que os não casam porque temem que, enfadando-se do casamento, se matem logo com peçonha ou com feitiços, não faltando entre eles mestres insignes nesta arte. Outros, depois de estarem casados os escravos, os apartam de tal sorte, por anos, que ficam como se fossem solteiros, o que não podem fazer em consciência. Outros, são tão pouco cuidadosos do que pertence à salvação dos seus escravos, que os têm por muito tempo no canavial ou no engenho, sem batismo; e, dos batizados, muitos não sabem quem é o seu Criador. (ANTONIL,171, pág. 32)*

Podemos ainda observar as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, documento eclesiástico que regulava o casamento com orientações que servia para todo Brasil colonial. Segundo essa legislação eclesiástica os escravizados podiam unir-se com pessoas cativas ou livres:

*Conforme o direito divino e humano os escravos podem casar com outras pessoas cativas ou livres e seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir*[19]. *(VIDE 1720, pág.125)*

Em um registro de casamento da cidade de Oeiras podemos ver como um escravo poderia se casar mais de uma vez na igreja comprovando não ter impedimento algum. Em 1766 os pretos forros Francisco de Matos de Franco e Eugenia ambos da nação jeje assumiram perante o concilio tridentino a condição de casados. Porém, antes disso, Eugenia teve que apresentar ao vigário da freguesia de Nossa Senhora da Vitória prova de que seu ex-marido o preto Domingos de Souza havia falecido e que ela estava agora desimpedida e pronta para recomeçar uma nova vida. O que confirma a hipótese de que a união formal era valorizada pelos escravos e consequentemente pelos senhores de escravos, uma vez que, ambos visavam interesses, com os sacramentos da igreja.

Ainda com esse mesmo registro podemos fazer outra observação, mesmo os escravos sendo alforriados [livres] a denominação "preto forro" está presente, não só nesse registro citado acima mas, em todos os registros de batismos e casamentos quando a condição do escravo já é de liberto, denomina-se como forro, e em alguns casos encontra-se registrado ainda o nome do seu antigo proprietário reforçando assim a condição de que já fora escravo.

Os autores do livro, *Provas de liberdade: Uma odisseia atlântica na era da emancipação,* Rebecca J. Scott e Jean M. Hébrard pontuam que o termo alforriado embora constatasse um estatuto de livre, poderia ser intencionalmente desrespeitoso, lembrando publicamente que esse indivíduo tinha sido escravizado em um determinado momento[20].

Em outro registro de casamento, podemos perceber o quanto a celebração do matrimonio era apreciado, sendo um motivo de festa e alegria. No casamento de um casal de africanos, ambos do

[19]Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia feitas, e ordenadas pelo Ilustríssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteiro da Vide: propostas, e aceitas em o Synodo Diocesano, que o dito Senhor celebrou em 12 de junho do ano de 1707. Disponível em: <goo.gl/r843cA>. Acesso em: 26 de Nov.2015.

[20] Provas de liberdade: uma odisséia atlântica na era da emancipação. SCOTT, Rebecca J; HÉBRARD, Jean M & JOSCELYNE, Vera. (2014). Campinas: Editora da Unicamp, 2014.



ISSN 2447-7354

Gentio da Guiné, está expresso no registro que fora comemorado pro três dias:

*Aos três dias do mês de outubro de mil setecentos e sessenta nesta matriz, fazendo às vezes de reverendo vigário, tendo se denunciado os contraentes abaixo nomeados em* ***três dias festivos*** *[Grifo meu], na missa da * que se disse aos fregueses, na forma do sagrado concilio tridentino sem terem impedimento algum todos moradores nesta cidade em minha presença se receberam com palavras de presente, com presença de testemunhas Antônio Carvalho da Cunha, e de Antônio Alves também moradores nesta cidade, Christovão do Rego, preto forro do gentio da guiné, com Thereza preta forra do mesmo gentio, logo lhes dei as benções conforme os ritos e cerimonias da santa madre igreja do que para constar, fiz este assento, que assino*[21].



Portanto, toda essa analise trazida nos serve de fundamental importância para compreensão e contribuição do debate historiográfico no que tange a família, as relações escravistas e as estratégias tecidas num contexto sociocultural entre igreja/senhores/escravos.

A documentação encontrada no Arquivo da Diocese de Oeiras além de permitir vislumbrar em detalhes a influência da cristandade na vida dos habitantes do Piauí colonial, demonstra o quão à escravidão estava disseminada naquelas fazendas agropastoris, públicas e privada da época, entranhada em todo o tecido social.

Em outros documentos também podemos observar as estratégias tecidas pelos negros em relação ao casamento como no Relato de Domingos Gomes sobre as fazendas existentes no Piauí em 1722[22]:

*Um negro da maior fama de Vaqueiro, e que enquanto foi vivo fez sempre o papel de Rei nas suas festas, se foi para lá esta vizinhança de seus Parentes para uma Serra, que se chama a Cumba, que por comumente seve de muitas pares do Sertão, e daí saiam já as Estradas e fazendas a matar os brancos. Daqui se firma uma razão; pela qual não convém negro sem amo; ficou porém ainda fugido um Jozé Negro da Administração, que amancebado com uma negra alheia inteirou dez anos nesses matos, do que tendo Eu noticiado botei fama compraria a Negra e os deixaria casar para se salvarem ao que saíram logo eles cumprir a promessa, no que me botei apertar, porque diziam os mais haviam de fugir com Negras para terem semelhante fortuna. Porém advertindo os males temporais, e também eternos que costumam provir de multiplicar casamentos de Negros no Sertão, quais costumam se ficarem os maridos embaraçados para o serviço dos longos com ausências as vezes de ano, esvaírem-se pelo abuso, e durarem pouco, ficarem soberbos com os amos, que não querem mais ter, acender-se nesses o fogo junto as palhas, haverem ditos contrapõem qualquer líder com a eles, andarem em viagens, a buscar parteiras, e curandeiras. (GOMES, 1722)*

Como mostra no fragmento do documento acima citado, o José negro foge com o intuito de forçar o seu casamento com sua parceira, e com isso consegui a promessa de que se ele voltasse comprariam a negra e os deixaria casar. Porém com tudo isso ele teme que devido essa sua atitude, outros negros utilizem da mesma artimanha do José negro, então ele advertide o males

[21] Registros de Batismos 1760-1790. Arquivo da Arquidiocese de Oeiras.

[22] Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí. AHU - PIAUÌ - CU - 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

que os casamentos de negros nos sertões podem causar.

Os debates apresentados se tornam importantes para explorar origem, cultura, demografia, ocupação e as heranças deixadas pelos povos africanos no Piauí colonial que estavam bastante vivas entre os escravos, compreendendo o que foi e como se deu a escravidão em solos piauienses e suas variações nas comunidades escravas no Piauí e entendermos como se deram as organizações e relações familiares entre negros, forros e mestiços.

**Bibliografia**

GUDEMAN, Stephen; SCHWARTZ, Stuart. **Purgando o pecado original: compadrio e batismo de escravos na Bahia no século XVIII. Escravidão e invenção da liberdade. Estudos sobre o negro no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1988.

FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FLORENTINO, Manolo; GÓES, José Roberto. **A paz das senzalas: famílias escravas e trafico atlântico.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1997.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. Scott, Rebecca J.; Hébrard, Jean M. **Provas de liberdade: uma odisseia atlântica na era da emancipação**. Revista Brasileira de História, n. AHEAD, p. 0-0, 2016.

MINTZ, Sidney Wilfred; PRICE, Richard**. O nascimento da cultura afro-americana: uma perspectiva antropológica.** Pallas Editora, 2003.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Projeto Petrônio Portella, 1985.

REIS, João José. **Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão**. Revista Tempo, n. 3, 1997.

SLENES, Robert W. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

**Fontes**

**Memória de Domingos Gomes sobre a descrição das fazendas existentes no Piauí.** AHU- PIAUÌ - CU - 016, Cx. 7. Doc. 15. 02 de Dezembro de 1722.

APEPI. **Resumo de todas as pessoas, livres cativas, fogos e fazendas da cidade, vilas e sertões da capitania de S. José do Piauí. Capitania do Piauí.** Livro II – 1764-1770. SPE// COD. 147. ESTN. 02 PRAT. 01.

**Arquivo Público do Estado do Piauí – APEPI.** Série: Município/ Subsérie: Oeiras/ Anos: 1752-59 – 1764-65-66-67-69-70-72-73-74-75-76-77-78-79 – 1780-81-82-83-84-85-86-87-88-89 – 1790-1799-1869. Caixa 97.

**Registros de Batismos** 1760-1790. Arquivo da Arquidiocese de Oeiras.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707).** São Paulo, Typographia 2 de Dezembro de Antonio Louzada Antunes, 1853.



ISSN 2447-7354

# DO TRABALHO FORÇADO AO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO: reflexões sobre as condições de trabalho no ciclo da cera de carnaúba no Piauí (1930-1990)

Hamanda Machado de Meneses Fontenele[1]

**Resumo**
A presente pesquisa é desdobramento de uma pesquisa do Programa de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC. O trabalho escravo no ciclo da cera de carnaúba constitui-se como um problema que ganhou visibilidade após sucessivas denúncias ao Ministério Público do Trabalho no Piauí. Data da década de 1930 a criação dos primeiros aparatos legislativos de regulamentação do trabalho, paralelo a essa organização, destaca-se no Piauí o vulto econômico da produção cera de carnaúba. Assim objetivamos compreender a aplicação da legislação na cadeia produtiva através do paralelo entre a literatura sobre o ciclo produtivo da carnaúba e as documentações encontradas nos arquivos digitais, públicos e por meio de fontes orais, para constatar que o trabalho escravo, nessa cadeia produtiva caracteriza-se como contínuo, ocorrendo quando o sujeito perde direitos concedidos pela legislação elaborada e aplicada pelo Estado.



**Palavras-Chave:** trabalho; escravidão; carnaúba.

**Abstract**
The present research is the result of a research of the Program of Scientific Initiation Grants - PIBIC. The slave labor in the carnauba wax cycle constitutes a problem that gained visibility after successive denunciations to the Public Ministry of Labor in Piauí. In the 1930s, the creation of the first legislative machinery for labor regulation, parallel to this organization, stands out in Piauí the economic value of the production of carnauba wax. Thus we aim to understand the application of legislation in the production chain through the parallel between the literature on the production cycle of the carnauba and the documentation found in the digital files, public and through oral sources, to verify that the slave labor, in this productive chain, is considered to be continuous, occurring when the subject loses rights granted by the legislation elaborated and applied by the State.

***Keywords***: work; slavery; carnauba.

[1] Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Email: hamandafontenele@gmail.com

### *Introdução*

O trabalho degradante caracteriza-se como uma prática continuada que perpetua-se da antiguidade aos dias atuais, embora com características que tendem a diferenciar a prática ao longo do tempo. Assim, o trabalho degradante, principalmente no meio rural piauiense vem ganhando amplo espaço de debates nos órgãos de manutenção do trabalho como o Ministério Público do Trabalho, uma vez que os flagrantes de trabalho degradante na cadeia produtiva da cera de carnaúba vem se tornando algo frequente. Essas denúncias atuais possibilitou-nos questionar as condições da mão de obra na produção da cera de carnaúba no Piauí no século XX, devido principalmente ao fato de que constitui-se como momento de ampla discussão sobre trabalho e trabalhadores, levando o Brasil a tornar-se signatário de diversos tratados internacionais[1] que implicaram diretamente na inserção do Brasil na OIT - Organização Internacional do Trabalho, corroborando também para implantação de órgãos e legislações que regulamentam as condições de trabalho, paralelo a formulação desse aparato legislativo, a cera de carnaúba começa a se destacar no cenário econômico piauiense, recebendo uma ampla mão de obra invisibilizada nos discursos historiográficos e oficiais.

Conforme assinala Edward Thompson (Thompson, 2001, p.24), "à medida em que alguns atores principais da história – políticos, pensadores, empresários, generais – retiram-se da nossa atenção, um imenso elenco de suporte, que supúnhamos ser composto de simples figurantes, força sua entrada em cena." Assim, pretendemos também analisar os sujeitos marginais envolvidos nesse contexto, a partir de suas vivências na prática da produção da cera de carnaúba, sob a ótica da História Social, partindo do pressuposto de que seria insustentável conceber a Lei Áurea como ponto final da prática escravocrata. Nesse sentido, os sujeitos da força de trabalho serão analisados através da "experiência vivida" pensada por Edward Thompson (1981), ou seja, não somente do ponto de vista econômico, mas da reação dos sujeitos a um sistema produtivo conforme sua cultura construída a partir da vivência em sociedade.

Para isso, foi de suma importância a coleta de fontes em arquivos públicos e digitais, bem como a Hemeroteca Digital, o Arquivo Público do Piauí - Casa Anísio Brito, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE entre outros. Além do conhecimento da literatura sobre a temática, pois conforme assinala Umberto Eco (Eco, 1932 p.77) "fazer uma bibliografia significa procurar aquilo de que não se conhece ainda a existência", tal afirmativa coincide com a escolha do objeto de pesquisa, uma vez que a literatura apresenta a cadeia produtiva da cera de carnaúba sob um viés economicista, omitindo os sujeitos, o que possibilitou hesitações no que discorre sobre a economia através dos atores sociais que a compõe, pois conforme assinala Edward Thompson (Thompson, 1981, p.398) "não são as estruturas que constroem a história; são as pessoas carregadas de experiências". Ademais, as fontes orais também foram de irrevogável importância para essa pesquisa, pois o objeto de pesquisa passa a ser narrado a partir das palavras de quem vivenciou a experiência e se prontifica a narrar suas subjetividades sobre tal, apresentando-nos perspectivas não inclusas em fontes arquivísticas. Sobre o

[1]Tratados internacionais de proteção aos direitos humanos: Declaração dos Direitos Humanos (1948); a Convenção de Genebra sobre a escravatura (1926) e a Convenção Suplementar sobre a Abolição da escravatura (1956); a Convenção N° 29 e N° 105 da OIT sobre trabalho forçado; e etc.



ISSN 2447-7354

uso das fontes orais, Alessandro Portelli nos diz que:

*Fontes orais contam-nos não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava está fazendo e o que agora pensa que fez. Fontes orais podem não adicionar muito ao que sabemos, por exemplo, ao custo material de uma greve para os trabalhadores envolvidos; mas contam-nos bastante sobre os seus custos psicológicos. (PORTELLI, 1997, p.31)*

Compreendendo as objeções que direcionaram a elaboração desse estudo, é preciso também compreender o contexto histórico a qual se insere. Trata-se inicialmente a primeira metade do século XX, momento em que o Brasil vivenciava uma efervescência política e econômica em decorrência das eleições republicanas, bem como o surgimento de novos ideais políticos voltados especialmente para o âmbito do trabalho e dos trabalhadores. Segundo Nascimento, (1994, p12-13 apud Pereira, 2015, p.50) "no Piauí esse movimento foi marcado pela derrota dos "coronéis" donos de latifúndios e pela vitória de um grupo que tinha suas atividades mais ligadas ao comércio". No Piauí, a primeira metade do século XX ficou marcado economicamente pelo declínio da pecuária e destaque dos ciclos extrativistas, principalmente da cera de carnaúba, mas também de babaçu, algodão, maniçoba entre outros. Nesse sentido, a produção e exportação representavam prosperidade para a receita estadual, ainda que o referido momento fosse de corte orçamentário em decorrência da crise derivada pela Segunda Grande Guerra (PIAUÍ, 1938, p.15).

No âmbito da política nacional, Getúlio Vargas assumiu a presidência nacional através de um governo provisório estendido de 1930 a 1934 a qual iniciou-se a estruturação de um Novo Estado, onde tornaram-se vigentes políticas que objetivavam apagar os traços de escravidão que se mantinham na sociedade desde o final do século XIX[2], nesse contexto, começou a vigorar a Consolidação das Leis Trabalhistas, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 1930 e da Justiça do Trabalho em 1934 em busca de fiscalizar e amparar a relação trabalho-capital. Com isso, Ângela de Castro Gomes (Gomes 1982 p.151) afirma que "os anos 1930 e 1940 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil".

### *Do trabalho escravo ao trabalho análogo à escravidão*

Ao tratar dessa temática, é preciso considerar e perceber a singularidade de cada contexto, pois há um espaço entre a experiência vivida e a experiência narrada que permite-se alterar com as novas concepções que o tempo apresenta, nesse sentido Edward P. Thompson (Thompson, 1981, p.17) afirma que "frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor presença". Assim, quando fala-se sobre escravidão, tende-se a remeter a discussões abolicionistas do século XIX, porém a abolição da escravidão é derivado de um processo que advém do final do século XIX, voltado para uma conjuntura de leis que propunham o fim da escravidão negra e caracteriza-se como marco inicial no Brasil para liberdade no que diz respeito ao trabalho. No entanto a mentalidade escravocrata e de cerceamento da liberdade individual permeiam nos dias atuais, nesse caso,

[2] A escravidão contemporânea analisada aqui é diferente da escravidão que se processava antes da assinatura da Lei Áurea. Esta primeira não é caracterizada pela perda da liberdade, isto é, por ser propriedade, mas sim, pela perda dos direitos de cidadania e não só de direitos sociais do trabalho (GOMES, 2012).



ISSN 2447-7354

a prática se reinventa e recebe o conceito de escravidão contemporânea ou trabalho análogo à escravidão, pois o ponto central dessa prática volta-se para tentativa de transgressão de direitos comuns a todos sujeitos inseridos no mercado de trabalho.

É nesse sentido que os conceitos se renovam, pois ao analisarmos o panorama histórico da humanidade, percebemos que a escravidão é uma prática que permanece imbricado em todos os espaços sociais e se perpetua como continuidade histórica. Desse modo, a escravidão ganha novo significado tanto enquanto conceito, como em prática, configurando-se e reconfigurando-se como um mal de raízes extensas e sólidas e também, grande mácula da biografia humana. As bases bibliográficas que discorrem sobre a temática nos apresenta uma pluralidade de conceitos e formas de escravidão que translada da antiguidade ao tempo presente em todos os continentes. O que a classifica e atribui conceitos que tornam práticas diferentes, são as leis, símbolos e indivíduos que a analisam.

Nesse sentido, Ângela de Castro Gomes (2012) nos atém ao fato de que o século XX foi marcado por um fenômeno identificado como *"trabalho forçado"*, terminologia adotada pela OIT - Organização Internacional do Trabalho para designar as convenções de 1920. Sobre essa terminologia, Cristiana Rocha afirma que:

*O trabalho forçado, referia-se às formas de exploração impostas por um Estado em época de neocolonialismo, em regiões de pequeno desenvolvimento industrial, portanto algo distinto do que são as novas formas de trabalho compulsório identificadas nas últimas décadas do séc. XX, que no caso específico do Brasil, ganhou denominação de trabalho análogo à escravidão. (ROCHA, 2015, p.18)*

No Brasil essa terminologia foi substituída pelo "trabalho análogo à escravidão" com intuito de causar o impacto da escravidão moderna (séc. XVI-XIX) como prática com sutis continuidades históricas. Nessa analogia, o trabalho degradante tende a ofender a dignidade, humilhar, desconsiderar a humanidade, ofender a honra e pôr em risco a integridade do trabalhador. Com isso, tratados internacionais foram base para intervenção internacional no plano de erradicação do trabalho escravo no Brasil, a exemplo o Tratado de Genebra sobre a escravatura de 1926 e a declaração de Direitos Humanos de 1948.

A OIT[3] foi criada em 1919, como parte do Tratado de Versalhes, que pôs fim à Primeira Guerra Mundial, sendo responsável pela formulação e aplicação das convenções e recomendações internacionais do trabalho. Nesse sentido, desempenhou um papel importante na definição das legislações trabalhistas e na elaboração de políticas econômicas e sociais durante boa parte do século XX. Em 1950 a OIT se instala no Brasil, que por sua vez se auto reconhece internacionalmente como um país escravocrata. Com isso, o país firmou o compromisso de promoção do trabalho decente através de convenções, decretos e artigos de leis voltados para o melhor desempenho das condições de trabalho

O crescimento desse fenômeno nas sociedades e na economia do século XX foi acompanhado da atenção da OIT e de inúmeras organizações não governamentais, especialmente no período compreendido entre as duas guerras mundiais, devido a massiva imposição do trabalho forçado em campos de con-

[3] Essa instituição tem o papel de promover o "trabalho decente" com objetivos voltados para liberdade sindical, abolição do trabalho forçado e infantil, a proteção social bem como a promoção de emprego de qualidade.



ISSN 2447-7354

centração motivado por conflitos de gênero político e ideológico. São exemplos desses campos, os *gulags* soviéticos espalhados na Sibéria e na Ucrânia, os campos de concentração Nazista na Alemanha, Áustria e Polônia, o campo conhecido como *Villa Grimaldi* na América do Sul, Crystal City localizado na América do Norte, entre outros espalhados pelo Globo.

Segundo Norberto Ferreras (Ferreras, 2016, p.496) 'para a OIT a escravidão significava uma forma extrema de degradação do ser humano, e portanto, não dizia respeito às suas condições, vinculadas ao trabalho legal". Desse modo, o que estava em análise não era à liberdade, mas sim o trabalho, de modo que o indivíduo é analisado através do prisma da liberdade, ou seja, da capacidade de venda da força de trabalho e não da posse, isto é, do indivíduo enquanto propriedade de outro.



Em teoria, o trabalhador brasileiro encontra-se amparado por uma legislação que objetiva a proteção da dignidade humana. Esses sujeitos também encontram-se salvaguardados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) a qual dispõe que "*todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos*" e reafirma o princípio a qual "*ninguém será mantido em escravidão ou servidão"*. Para além disso, houve a implantação do Ministério do Trabalho, uma das primeiras medidas trabalhistas implantada no Brasil no Estado Novo. Juntamente a esse órgão, foi implantada a Justiça do Trabalho, criada em 1934 em decorrência do artigo n°122 da Constituição de 1934, objetivando julgar e conciliar os conflitos surgidos, individual ou coletivamente, entre empregados e empregadores, bem como quaisquer controvérsias surgidas no âmbito das relações de trabalho.

Em 1935 inicia-se a organização do serviço regular do Ministério do Trabalho no Piauí, porém no ano de 1934 foi implantado o Serviço de Identificação Profissional pelo decreto-lei n. 21.175 a qual o encarregado foi Luiz Gonzaga Menezes. Segundo informações do Centenário da Parnaíba:

> *Em setembro de 1939, esteve em Parnaíba (umas das principais cidades produtoras de cera de carnaúba) o Dr. Ubirajara Índio do Ceará, então Delegado Regional do Trabalho, no Piauí. Teve a oportunidade de verificar a vida dos parnaibanos, nos seus múltiplos aspectos do trabalho, e compreendeu a necessidade da criação de um Posto Permanente de Fiscalização do M.T.I.C. (O Livro do centenário da Parnaíba, p. 241)*

Esse relato nos leva a questionar sobre o que foi visto pelo então Delegado Regional do Trabalho, principalmente os "múltiplos aspectos" levados em consideração para implantação de um posto fiscal permanente, pois sabe-se do contraste entre a vida de trabalhadores e empregados tanto no tempo presente quanto em décadas passadas sobre isso, é inegável a nitidez do fato. Não obstante, somente no ano de 1952 foram instalados três postos de fiscalização nas cidades de Parnaíba, Campo Maior e Floriano - até então, as grandes produtoras de cera - visando principalmente a higiene e segurança do trabalho. (CARIRI, 1952). Outro questionamento diz respeito a ação dos postos de trabalho, uma vez que ainda estava em estado inicial de organização e trabalho.

Em contrariedade aos trabalhadores urbanos que passaram a ser alvo de todo aparelhamento legislativo e trabalhista na década de 1930, os trabalhadores rurais somente passaram a ser amparados legalmente a partir da década de 1960, sob a presidência de João Goulart (1961-1964), que junto ao Parlamento legitimou a lei n°4.214, denominada Estatuto do Trabalhador Rural, que dispõe de forma sistemática sobre condições políticas e econômicas do contrato

ISSN 2447-7354

do trabalhador rural. Esse Estatuto foi revogada pela Lei n° 5.889 de 8 de junho de 1973 ao estender as disposições da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) aos trabalhadores rurais.

Contudo, na prática, todas essas medidas de organização trabalhistas não foram suficientes para erradicar focos de exploração da mão de obra principalmente no meio rural. Com isso, o Brasil firmou compromisso com a Organização Internacional do Trabalho – OIT, para erradicação total dessa forma de trabalho, adotando para esse fim a Convenção n° 29, vigente no Brasil desde 1958, denominada "*Convenção sobre Trabalho Forçado de 1930"* e discorre sobre obrigatoriedade dos serviços, carga horária, pagamento e condições do trabalho, além de estabelecer pena para o não cumprimento das normas da lei. Para reafirmar a causa, em 1965 o Brasil adota a convenção n° 105 que proíbe sob pena de multa, toda forma de trabalho obrigatório por meio de opressão ou coerção. Segundo Ângela Maria de Castro Gomes (Gomes, 2012) o ponto de partida identificado para as investigações data da década de 1970, onde já se tem uma base estabelecida para o desenvolvimento investigativo.

### *A cera de carnaúba*

Paralelo ao aparato legislativo que nasce na primeira metade do século XX, encontra-se o desenvolvimento econômico da cera de carnaúba no Piauí. Como afirma Teresinha Queiroz (Queiroz, 1998, p.47) "dentre as atividades extrativistas desenvolvidas no Piauí, esta foi a que provocou efeitos mais significativos sobre a estrutura econômico-social" e segue afirmando que "as modificações apenas esboçadas na região da borracha ganharam toda sua expressão nas áreas em que houve predomínio da cera de carnaúba" (QUEIROZ, 1998, p.47). O auge da produção de cera de carnaúba se deu durante a década de 1930 e seu declínio em 1950, ainda assim, sua produção e exportação se estende até os dias atuais, em menores proporções e significação para a receita devido a grande concentração de renda. Como afirma Oscar D'Alva (D'alva, 2004, p.20) "de carnaubais esquecidos e trabalhadores miseráveis, a cera vai ao mundo globalizado para virar chip no computador de última geração e batom de marca sofisticada em bocas elegantes".

Inicialmente a produção da cera foi empregada para fabricação de velas, porém, sua utilização posteriormente foi empregada na produção de graxa, vernizes, encerados, isolantes para cabos elétricos e etc., todavia, sua maior notabilidade deu-se na extração de ácido pícrico para feitio de pólvora na Primeira Grande Guerra. Em relatório do governo de Leônidas de Castro Melo (PIAUÍ, s/d) descreve-se que "muitas são as aplicações desse produto, sobretudo na indústria bélica – o que explica sua incessante procura na atual emergência, ou seja, durante o período de guerra".

O Piauí representava também o maior exportador do gênero em território brasileiro, superando o Ceará e o Rio Grande do Norte. Os dados estatísticos históricos do Piauí (Piauí, p.74, 1935) de 1935 acusa que "os seis municípios piauienses produtores de cera de carnaúba eram Campo Maior, Piracuruca, Floriano, Oeiras, Pedro II e Castelo do Piauí, excetuando Parnaíba, que além de entreposto comercial, também constitui-se como cidade produtora" e os principais países compradores da cera de carnaúba piauiense eram Estados Unidos, Alemanha, França, Holanda, Bélgica e Itália. Como consta no Almanaque da Parnaíba (Parnaíba, 1929, p.37) "do valor da cera de carnaúba, cuja aplicação cada dia se torna mais desenvolvida em novas indústrias, é índice flagrante o



ISSN 2447-7354

interesse que o Europeu e o Norte Americano tomam em adquiri-la".

Segundo Carlos Eugênio Porto (Porto, 1974 p.114) "a riqueza dos carnaúbas gerou uma multiformidade na estrutura econômica do Estado e desequilíbrio na uniformidade nos padrões sociais piauiense", pois o valor obtido na comercialização da cera da carnaúba trouxe para a sociedade uma nova classe de ricos que reverteram suas riquezas em automóveis de luxo e objetos luxuosos e de pouca utilidade. O autor ainda destaca que essa "nova classe de ricos" é diminuta em relação ao povo, que em sua maioria, não teve ganho significativo. Porto (Porto, 1974, p.113) segue afirmando que "por volta da década de 1940, os trabalhadores eram remunerados por três arrobas com o vencimento de 15 a 20 cruzeiros, sendo Inegavelmente barata". Passados mais de meio século, só recentemente os trabalhadores tiveram seus direitos trabalhistas reconhecidos, com a assinatura da carteira de trabalho temporária e diversos direitos que acompanha. Atualmente os trabalhadores ganham por quinzena ou semana, esses, em sua maioria dependem primariamente do plantio de roça e de auxílios do Governo, devido ao fato que a produção da cera é sazonal. Vale ressaltar que essas roças costumam ser plantadas em terrenos arrendados, pois maioria dos trabalhadores não possuem terras para plantio.

Tal prosperidade econômica é vista nas mensagens de governo do Interventor federal Leônidas de Castro Melo (1935-1943) a Getúlio Vargas, onde sempre é ressaltada a prosperidade do Estado, bem como a multiplicação da receita. O desempenho favorável das exportações dos produtos extrativistas do Estado coincidiu com o governo getulista, sendo atribuído aos métodos do Estado a responsabilidade pelo alto índice de exportação da matéria. Um dos pontos iniciais voltado para as finanças no governo de Leônidas de Castro Melo estava voltado para estimulação da riqueza para o desenvolvimento da produção no Estado. Com isso, o governo do Estado vinha se empenhando pelo plantio e cultivo racional da carnaubeira, sendo já apreciáveis os resultados alcançados em alguns municípios na década de 1940.

Devido a seu incentivo às riquezas estaduais apresentados pelo então interventor federal Leônidas de Castro Melo, a exportação da cera de carnaúba se sobressaiu nacionalmente. Sua assistência voltava-se principalmente aos produtores e a melhoramento das vias de transporte para escoamento da produção, através de uma crescente malha rodoviária e ativação do porto de Amarração, bem como utilização do porto de Tutóia no Maranhão, que no mais tardar, trouxe conflitos para exportação devido aos altos preços alfandegários.

Nesse momento, a produção da cera da carnaúba foi a maior conhecida, atingindo o total de 4.500.000 kg. Reafirmando a valiosidade da cera de carnaúba para o Piauí Renato Castelo Branco (Castelo Branco, 1970, p.127) salienta que "para enfatizar a importância da carnaúba, basta dizer que em 1940, a exportação de sua cera ocupou o sexto lugar nas estatísticas nacionais". Esses fatores nos leva a refletir sobre a proporção de trabalho relativo a produção, entendendo que se a produção atingiu picos até então desconhecidos, subentende-se, por consequência, que houve um grande número de mão de obra envolvida na atividade. Contingente este, costumeiramente escondido pelos números de estatísticas econômicas, uma vez que números não são capazes de revelar por si só uma condição geral do panorama que se deseja apresentar.



ISSN 2447-7354

***Trabalho e trabalhadores na cadeia produtiva da cera de carnaúba***

Ocorre que a literatura pouco fala sobre a classe trabalhadora dos carnaubais, o que ainda é possível encontrar são as divisões da mão de obra. Isso é justificado pela própria historiografia do século XX, construída com base em fontes oficiais, e que nesse caso, encontram-se mais empenhadas em discutir a prosperidade do Estado e ocultar as misérias inclusas no meio social. Partindo dessa historiografia tradicional formadora da narrativa acerca do extrativismo, percebe-se que a análise historiográfica das principais atividades extrativas brasileiras são realizadas em "ciclos", isto é, sob uma perspectiva teleológica, à exemplo o ciclo do pau brasil, das drogas do sertão, da borracha e até mesmo da cera de carnaúba. Em outras palavras, o interesse do estudioso parte do momento de efervescência econômica, e após o final do ciclo, passa a ser vista como resquício da história. Entretanto, as análises contemporâneas mostram que ainda há muito a ser explorado nas narrativas históricas do meio econômico em questão, seja o trabalho, a cultura, ou a própria mentalidade daqueles que o fazem.

Nesse sentido, ao nos despir do tradicionalismo historiográfico, percebemos que classe de trabalhadores extrativistas é formada por sujeitos históricos dentro de um tempo e de um espaço, que atualmente vivenciam formas de trabalho que por vezes se distinguem de experiências narradas em décadas passadas através da historiografia. Edward P. Thompson (Thompson, 1981, p.406) conceitua a classe como "resultado das experiências comuns de homens que sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem dos seus". Assim, a classe passa a ser analisada através da circularidade cultural e das subjetividades individuais e não por um coletivo adotado pelo marxismo ortodoxo.

Analisando a mão de obra formadora da classe extrativista e o *modus operandi* da produção, nota-se pouca diferença na experiência vivida e narrada, que por consequência nos leva a refletir sobre o distanciamento pela qual perpassa as ações trabalhistas e o nível de informações nos lugares mais carentes do país. Narrando sua trajetória nos carnaubais, o senhor Valdinar Oliveira (58 anos), natural do povoado Brandão, localizado no município de Luís Correia, no Piauí afirma ter trabalhado em carnaubais a mais de 15 anos junto a seu pai, local onde também iniciou sua família e sobretudo, dentro dos anos vivenciados em carnaubais, segue afirmando que poucas coisas sofreram alteração ao longo dos anos. Edward Thompson assinala que:

> *A experiência passa a ser entendida como sentimento, como parte da vida cotidiana, que é Incorporada na cultura em seu sentido mais concreto: normas criadas, obrigações familiares e de parentesco, organização da vida urbana ou rural. Passa a constituir um conjunto de valores que atuam imperceptivelmente nos meandros da vida inteira dos indivíduos e das classes assim constituídas. (THOMPSON,1981, p. 126)*

Nesse sentido, a conjuntura de trabalho, também passa a confundir-se com a situação familiar do trabalhador. Outra questão importante a ser ressaltada diz respeito a exploração da mão de obra dos trabalhadores, pois ao tornar-se parte do cotidiano, o trabalho escravo passa a ser naturalizado no meio social desses trabalhadores, que por décadas trabalharam em condições sub-humanas, sem conhecer o aparato legislativo que lhes garante direitos e deveres. Devido a



ISSN 2447-7354

essa naturalização, o conhecimento das salas de aula costumeiramente ficou para segundo plano para muitos jovens habitantes dos interiores do país, pois o trabalho braçal tomava o posto principal. Atualmente, o desejo dos pais trabalhadores de carnaubais é que seus filhos tomem como plano inicial, os estudos, denotando uma mudança de mentalidade dos mesmos.

Quanto ao *modus operandi,* até chegar na produção da cera, o processo envolve diversas etapas que emprega tanto homens quanto mulheres e apresentaram diversos riscos para ambos os sexos quando realizadas sem materiais de segurança, além disso, essas etapas permanecem como continuidades históricas, sem mecanização, permanecem tão rústicas quanto a divisão da mão de obra no processo de produção. Nesse sentido, é possível, principalmente perceber que o *modus operandi* da cadeia produtiva da cera de carnaúba apresenta uma característica que se diferencia de outros ciclos extrativistas, que consiste na reunião tanto do gênero feminino quanto masculino operando dentro do mesmo ciclo, em atividades distintas, o que fortalece a tese de que tal atividade desenvolve-se no âmbito familiar, onde a produção apresenta-se de forma rudimentar, desenvolvida por homens, mulheres e crianças da mesma família. Quanto ao trabalho infantil - que não é realidade distante dos carnaubais, principalmente nos primeiros anos de produção - o Estado somente passou a reconhecer após a década de 1990 quando passou criminalizar o trabalho escravo infantil no artigo n° 149 do Código Penal brasileiro de 1940, com o agravante introduzida pela lei n° 10.803, de 11 de Dezembro de 2003 quando amplia o conceito de trabalho análogo à escravidão de modo a abranger também crianças e adolescentes e redobrando a pena nesses casos.

Quanto às etapas de produção, na primeira etapa de retirada da palha, realizada pelo *vareiro* munido de foice e escada, ocorre o corte da palha. Em seguida, o apanhador conduz a palha até o meio de transporte, que geralmente é carroça. Durante dois ou quatro dias, a folhas são expostas ao sol até secarem. Nesse estado, a folha é cortada e entregues ao batedor, que tem por função bater a palha até que o pó se deposite em lençóis. Após esse procedimento, o pó é levado a tachos de metal e em seguida é levado ao fogo até entrar em processo de fusão, tornando-se perigosamente inflamável e prejudicial ao sistema respiratório.

Quando questionado sobre as mudanças no desenvolvimento da atividade, o senhor Valdinar afirmou:

> *Naquele tempo num tinha nada, num tinha problema nenhum, o pessoal ia pro mato do jeito que dava né. Pegava um saco de roupa, passava uma semana trabalhando fora, na mata, todo mundo dormia na mata, já hoje não tem mais isso. Aquele tempo era bebendo água de cacimba né, água saloba. Hoje não, a pessoa vai, todo mundo leva as garrafas d'água. (OLIVEIRA, Valdinar, 2015)*

Sobre a alimentação, continuou: "[atualmente] leva a comida, naquele tempo não, era lata desse tamanho aí, feito arrozão brabo, cunzinhado com lenha no meio da mata" (OLIVEIRA, 2015). Além disso, afirma que dormia na mata junto ao grupo de trabalhadores durante os primeiros anos de trabalho. Sobre a Carteira de trabalho, afirmou que somente teve conhecimento desse instrumento legal no ano anterior a entrevista e que a utilização de equipamentos de segurança também são novidades, acrescentou que "Hoje tá tudo moderno né! Porque coisa que a gente nunca esperava era trabalho em carnaubal desse jeito." (OLIVEIRA,



ISSN 2447-7354

2015). No entanto, a obrigatoriedade de disposição de equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa tornaram-se obrigatórios em 1977, como parte do Artigo 158 da Consolidação das Leis Trabalhistas, incluído pela Lei n°6.514, de 22 de dezembro de 1977 a qual discorre que:

*Cabe aos empregados:*
*I - observar as normas de segurança e medicina do trabalho, inclusive as instruções de que trata o item II do artigo anterior;*
*II - colaborar com a empresa na aplicação dos dispositivos deste Capítulo.*
*Parágrafo único - Constitui ato faltoso do empregado a recusa injustificada:*
*a) à observância das instruções expedidas pelo empregador na forma do item II do artigo anterior;*
*b) ao uso dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa. (LEI Nº 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977)*

Como visto, segundo a legislação trabalhista, desde a década de 1970, cabe ao empresário cumprir com a norma de segurança e medicina do trabalho, caso contrário, sofrerá penalidade, tendo em vista que este torna-se responsável pelo empregado. Ainda assim, a prática se distancia do que a legislação exige, como fica claro na fala do trabalhador.

***Considerações finais***

Ao nos depararmos com a fala de um homem que vivenciou o trabalho em carnaubais em temporalidades distintas, é possível primeiramente reafirmar o esquecimento do trabalhador rural, visto que o entrevistado por vezes denota um tom de surpresa em suas palavras referentes a medidas trabalhistas e recebe como novo o que permeia desde o início do século XX nos meios do trabalho. É preciso reiterar também que do século XX aos dias atuais, as práticas de exploração não são tão díspares e que a falta de uma consciência sobre o conceito de exploração, permite que durante os anos trabalhadores exerçam atividades em condições degradantes tal qual citadas ao longo dessa pesquisa.

Outra questão relevante diz respeito ao descaso do Estado em relação ao meio rural, que por sua vez constitui o principal pilar econômico do país. Ao se colocar como responsável por sanar a escravidão e condicionar dignas condições de trabalho no meio rural, através da elaboração de leis e instituições, o Estado apresenta um retrocesso, entendendo que a vigência de uma legislação vasta e com textos semelhantes em prol de uma única causa, sem acompanhamento de uma fiscalização que só pode ser empreendida unicamente pelo estado, torna-se ineficaz. E assim como o ditado brasileiro para leis ou regras consideradas demagógicas e que não são cumpridas na prática, a legislação de combate à escravidão torna-se *"lei para inglês ver"* bem como as primeiras leis abolicionistas que tinham como função ofuscar a prática escravocrata para o mercado capitalista internacional.

***Referências:***

ALMANAQUE DA PARNAÍBA. Edição do autor: Parnaíba, 1929.
ALMANAQUE DO CARIRI, 1952.
BRASIL. Decreto-Lei n. 5452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Diário Oficial [dos] Estados Unidos do Brasil, Poder Executivo, Rio de Janeiro, DF, 9 ago. 1943. Secção 1, p. 11937-11984.
D'ALVA, Oscar Arruda. **O extrativismo da Carnaúba no Ceará**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Núcleo de Pós-Graduação Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.



ISSN 2447-7354

ESTATUTO DO TRABALHADOR RURAL. VARGAS, **Centro de Pesquisa documental Fundação Getúlio.** - Cpdoc online. Brasil. s.n. Disponível em: <goo.gl/fK2CzV> acessado em 05.03.2017.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese** /Umberto Eco ; tradução Gilson César Cardoso de Sousa. – São Paulo: perspectiva, 2012. 24. Ed. – ( Estudos; 85)

FERRERAS, Norberto O. **A escravidão depois da escravidão: a questão do trabalho compulsório na constituição das organizações internacionais no período de entreguerras.** Tempo, I Vol. 22, N. 41. Pg 488- 508. Set-dez. 2016.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado.** Rev. Bras. Hist. [online]. 2012, vol.32, n.64, pp.167-184.

OLIVEIRA, Lucia Lippi; VELLOSSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia poder**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982. 166 p. (Política e Sociedade).

OLIVEIRA, Valdinar. Entrevista concedida à Prof. Dra. Cristiana Costa da Rocha, Piauí, 2015.

PARNAÍBA, **O livro do centenário: documentário da cidade**. Organizadores: Benedicto Jonas Correia e Benedicto dos Santos Lima. Piauí, 1844-1944

PIAUÍ. **Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Landry Sales Gonçalves** – 1931-1935. Teresina: Imprensa oficial, 1935.

_____. **Relatório apresentado ao presidente Getúlio Vargas pelo interventor Leônidas de Castro Melo**. Teresina: Imprensa oficial, 1938.

_____, **Diretoria Geral de Estatística do Estado do Piauí**, 1935.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Proj. História, São Paulo, (14). Fev. 1997

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Comepi. 1975

QUEIROZ, Teresinha de J.M. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. Teresinha de J. M. Queiroz. – 2 Ed. – Teresina: EDUFPI, 1998. 64p. (Coleção sala de aula)

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, a lei da vida:** Conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente / Cristiana Costa da Rocha. – 2015. 270 f. ; il.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

______, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. / E. P. Thompson; organizadores: Antônio Luigi Negro e Sérgio Silva, - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.



ISSN 2447-7354

# O JORNAL *FRENTE POPULAR* e o projeto de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí (1964)

Ramsés Eduardo Pinheiro de Morais Sousa[1]

**Resumo:**
O presente artigo se propõe a discutir a emergência do jornal *Frente Popular* no Piauí como tentativa de constituição de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí. Nesta perspectiva, analisamos a importância da Frente de Mobilização Popular no Piauí como lócus de gestação de estratégias contra-hegemônicas que se traduziram através de palestras, ações legislativas e publicações impressas como o jornal *Frente Popular* que contou com apenas uma edição. As reflexões de Antonio Gramsci acerca das questões de hegemonia e contra-hegemonia são importantes aportes teóricos que orientam a análise do referido jornal como espaço de construção de um projeto político e cultural que buscava construir as bases de uma nova sociedade.
***Palavras-chave:*** imprensa; Piauí; Contra-hegemonia.

**Abstract:**
This article proposes a question from the Popular Front newspaper in Piauí as an attempt to establish a counter-hegemonic press in Piauí. In this perspective, they analyze the Factor of Popular Mobilization in Piauí as a locus of gestation of counter-hegemonic structure that were translated in terms of laws, laws and printed publications like the Popular Front newspaper that had only one edition. As Antonio Gramsci's reflections on the issues of hegemony and counter-hegemony are important theoretical contributions that guide an analysis of the newspaper as a space for building a political and cultural project that sought to build as a basis for a new society.
***Keywords:*** press; Piauí; Counter-hegemony.



[1] Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí. Professor do Curso de Direito do Instituto Camillo Filho. Email: ramsespinheiro@hotmail.com

ISSN 2447-7354

***Um jornal diferente: pensando a imprensa como lugar de embates***

Naquela manhã de 31 de março de 1964, a população de Teresina provavelmente surpreendeu-se quando encontrou o jornal *Frente Popular* circulando na cidade. Não que os jornais fossem estranhos aos teresinenses. Ao contrário, havia diversos periódicos nas bancas da capital, entre eles *O Dia*, *Folha da Manhã*, *Jornal do Comércio*, Jornal *do Piauí*, *O Dominical* e *Cidade de Teresina*. No entanto, o *Frente Popular* certamente chamou a atenção dos seus leitores, sobretudo, por seu subtítulo, "o poder para o povo", que expressava uma proposta editorial radicalmente distinta daquela dos demais jornais locais.

A manchete do aludido jornal não era menos impactante: "Não fujas mais, camponês. Já tens um destino certo. As beiras dos açudes, as margens das estradas, SÃO TUAS". Logo abaixo, o texto referia-se ao "Decreto SUPRA", anunciado pelo presidente da República dias antes. Se cumprido, o decreto representaria um importante passo em direção à reforma agrária através da desapropriação das terras que ladeavam rodovias, ferrovias e obras de irrigação federais. Tratava-se de uma nítida defesa das reformas de base propostas pelo presidente João Goulart e reafirmadas enfaticamente durante o comício da Central do Brasil no dia 13 de março de 1964.



O propósito deste artigo consiste em analisar o jornal *Frente Popular* como uma tentativa de construção de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí dos anos 1960. Esta ideia permite localizar a imprensa como lugar de disputas entre diferentes projetos. Ao mesmo tempo, também procuro abordar este jornal como um agente histórico que buscou intervir sobre os acontecimentos em curso através da constituição de um discurso contra-hegemônico cujo centro residia na capacidade do povo tomar seu destino em suas próprias mãos, forjando, assim, um novo núcleo de poder.

Um dos pressupostos que norteiam a produção deste artigo é a questão da hegemonia e da contra-hegemonia pensada a partir de Antonio Gramsci. Segundo Gramsci, o conceito de hegemonia pressupõe a conquista do consenso e da liderança político-cultural de uma classe ou bloco de classes sobre o conjunto da sociedade. Sem abdicar da coerção direta sobre as classes dominadas, a construção da hegemonia envolve a direção cultural e o consentimento social em torno de conhecimentos, normas e crenças interpretados de tal modo que os interesses do bloco dominante tornam-se aparentemente naturais, inevitáveis e indiscutíveis (GRAMSCI, 2002, p. 65).

A construção da hegemonia é um processo norteado por embates que perpassam não apenas questões atinentes à organização econômica ou política, mas, também, àquelas relativas ao âmbito ético-cultural, à organização dos saberes e modos de dar sentido ao mundo. Nesta perspectiva, o Estado, a escola, a Igreja, a família e a imprensa são espaços privilegiados para o exercício de hegemonia pelas classes dominantes. Tomando como exemplo a imprensa piauiense do início dos anos 1960, localizamos a produção de um discurso hegemônico em torno de uma agenda que enfatizava pontos como a defesa intransigente da propriedade privada, da família e da ordem política e social contra o comunismo.

Ao mesmo tempo, na esteira de Gramsci, ressaltamos que a hegemonia nunca é total, há sempre a possibilidade de gestação e desenvolvimento de estratégias e discursos alternativos, que se apresentem em confronto com a ordem vigente forjando uma consciência contra-hegemônica. Os investimentos con-

ISSN 2447-7354

tra-hegemônicos buscam redefinir as orientações sobre o mundo vivido, instituindo o contraditório e a possibilidade de construção de uma nova hegemonia. É neste sentido que chamamos a atenção para as possibilidades de construção de uma imprensa contra-hegemônica no Piauí através da criação do jornal *Frente Popular* cujo enfoque concentrava-se na denúncia sobre as condições de vida do povo piauiense e na articulação de um processo de conquista de direitos sociais e políticos.

Esta proposta enfrenta uma forte limitação: o jornal *Frente Popular* contou com apenas uma única edição, o que inviabiliza uma análise mais profunda de sua proposta editorial. Após a ascensão da Ditadura Militar, ainda na madrugada daquele mesmo dia 31 de março de 1964, houve uma intensa perseguição contra publicações como o *Frente Popular*. Contudo, o surgimento deste jornal, naquele contexto particular, nos faz refletir sobre algo pouco observado pelos historiadores deste período: o Golpe Militar não foi uma fatalidade, mas apenas uma das alternativas no horizonte de possibilidades históricas.

Outra possibilidade inscrita naquele período foi à construção de um governo nacionalista e popular voltado para a transformação do Brasil em um país verdadeiramente soberano e livre da miséria. Compreender o referido o *Frente Popular* como síntese de um tempo de possibilidades ilimitadas, vividas intensamente pelos sujeitos deste período, reafirma nosso entendimento deste jornal como um agente histórico que buscou transformar a realidade onde estava inscrito.

A partir deste entendimento, e na esteira de Darnton e Roche, a imprensa deixa de ser percebida pelos historiadores apenas como um registro do acontecido, convertendo-se em um "ingrediente do acontecimento" (DARTON; ROCHE, 1996, p. 15).

### *As lutas sociais, as esquerdas e a Frente de Mobilização Popular*

Os leitores que tiveram a curiosidade de ler o expediente do jornal *Frente Popular* descobriram que o mesmo era órgão da "Frente de Mobilização Popular – Comitê do Piauí", mas do que se tratava esta organização? Tornou-se lugar comum na historiografia brasileira conceber o governo João Goulart em função do Golpe Militar de 1964. Nesta perspectiva, os movimentos sociais deste período também são interpretados como parte de um processo histórico que encontra seu clímax no Golpe que derrubou Goulart. Este é o caso da Frente de Mobilização Popular (FMP).

A formação da FMP esteve estreitamente ligada à emergência das lutas dos trabalhadores, processo este inseparável do debate nacionalista que atravessou o Brasil entre os anos 1950 e 1960. O nacionalismo, entendido como um campo de forças onde o Brasil era explicado e projetado como país livre do julgo do subdesenvolvimento e das desigualdades regionais, reforçou a necessidade de lutar por um Estado efetivamente independente e soberano. As forças políticas de esquerda compreendiam que este objetivo deveria ser alcançado através de uma transformação profunda do país através de reformas estruturais, onde a reforma agrária ocupava um lugar central em razão da forte repercussão alcançada pela luta das Ligas Camponesas no Nordeste.

Entre as forças de esquerda deste período, destacava-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB) que pautava sua política neste momento pela formação de uma frente democrática e nacional como suporte para a construção de um governo nacionalista e democrático no Brasil. De outro lado, o Partido Traba-



ISSN 2447-7354

lhista Brasileiro (PTB) compartilhava com os comunistas a influência entre os trabalhadores urbanos, posição ainda mais forte na sua facção mais a esquerda representada por Leonel Brizola. As pretensões da esquerda brasileira também eram partilhadas por grupos que se organizavam em torno do deputado Francisco Julião, associado às Ligas Camponesas, e do governador pernambucano Miguel Arraes.

A tentativa de constituição de uma frente nacionalista no Brasil pode ser localizada desde a formação da Frente Parlamentar Nacionalista, uma coalizão suprapartidária criada em 1956 que reunia parlamentares de diversos partidos em torno de um programa nacionalista que primava pelas reformas nas estruturas do país (DELGADO, 2007, p. 368). Contudo, Jorge Ferreira apontou que a pretensão de uma frente única nacionalista tornou-se possível somente sob a liderança de Leonel Brizola, nome que unificava as esquerdas. No inicio de 1963, Brizola foi o principal ator na constituição da Frente de Mobilização Popular, onde:

*Estavam representados os estudantes, com a UNE; os operários urbanos, com o CGT, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, o Pacto de Unidade e Ação e a Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, os subalternos das Forças Armadas, como sargentos, marinheiros e fuzileiros navais por meio de suas associações; facções das Ligas Camponesas; grupos de esquerda revolucionária como a AP, a POLOP, o POR-T e segmentos de extrema-esquerda do PCB, bem como políticos do Grupo Compacto do PTB e da Frente Parlamentar Nacionalista. A penetração da FMP entre os subalternos das Forças Armadas era algo sem precedentes. Cálculos sugerem que, dos 40 mil sargentos na ativa, 22 mil eram brizolistas. (FERREIRA, 2004, p. 189).*

Segundo Jorge Ferreira, a FMP tornou-se gradativamente uma frente única de esquerda que pautou sua atuação por um radicalismo exacerbado onde sua principal estratégia era o confronto aberto com os conservadores, o Congresso e o presidente Goulart. O principal argumento deste historiador pontua que a extrema radicalização política promovida por Brizola/esquerdas,/FMP, cuja palavra de ordem era reformas de qualquer forma, evidenciou a ausência de compromisso das esquerdas com a democracia, o que contribuiu para a ação das forças golpistas em 1964 (FERREIRA, 2004, p. 209-210).

Concordamos com a crítica de Caio Navarro Toledo a Jorge Ferreira, uma vez que afirmar que setores das esquerdas vinculados a Goulart tinham intenções ou praticas golpistas – baseado apenas nos discursos eloquentes de algumas lideranças – em nada contribui para o conhecimento deste complexo período (TOLEDO, 2004, p. 44). Este autor argumentou que mais do que a preocupação com eventuais discursos exacerbados da esquerda, as forças que desferiram o golpe em 1964 pretendiam evitar a realização das reformas sociais e a transformação da democracia liberal clássica em uma democracia ampliada.

Diante deste debate, evito abordar a FMP a partir de uma concepção retrospectiva que aborda a história desta frente em função do Golpe de 1964. Considerando a história como um campo de possibilidades ilimitadas, acompanho a FMP "Comitê do Piauí" a partir de suas tentativas de aproximar seu projeto nacionalista do cotidiano dos trabalhadores. Entre as estratégias desenvolvidas pela FMP no Estado do Piauí, destacou-se o jornal *Frente Popular* publicado nos idos de março de 1964.



ISSN 2447-7354

### *Um projeto audacioso: o jornal Frente Popular no Piauí*

Por volta de junho de 1963, membros da "Frente Nacional de Mobilização Popular" procedentes do Estado da Guanabara estiveram no Piauí e estabeleceram contato com as "forças progressistas" deste Estado, sobretudo, com "os setores operários, camponeses, estudantis e parlamentares". O assunto que estes emissários da FMP vieram tratar com os piauienses era "a instalação em Teresina, do Comitê Estadual dessa organização política destinada a trabalhar em favor das reformas de base". Tal proposta encontrou pronta recepção das "forças progressistas" do Piauí (LOPES, 1963a, p. 06).

Pouco tempo depois, ocorreu a primeira reunião entre os membros da FMP e "os operários, camponeses, estudantes, parlamentares e demais entusiastas da causa" na Câmara Municipal de Teresina situada na Praça Rio Branco, no Centro da cidade. Na segunda reunião, promovida no dia 17 de junho no mesmo local, foi formado o Comitê Estadual da FMP no Piauí por representações "dos setores de classe mais numerosos do Estado, como sejam os de operários, camponeses, estudantes, funcionários públicos, e, ainda, representações de associações de bairro, da imprensa e rádio e dois vereadores municipais de Teresina e dois deputados estaduais" (LOPES, 1963a, p. 06).

A primeira Comissão Diretora da FMP no Estado foi constituída pelo deputado Deusdedith Mendes Ribeiro, como presidente; jornalista Ribamar Lopes, como vice-presidente; universitário Francisco Celso Leitão, secretário-geral; camponês José Esperidião Fernandes, como tesoureiro-geral; e operário Fortunato Batista, como tesoureiro. Nesta reunião falaram diversos militantes, entre eles os universitários José Carlos Brandão, Vice-presidente da União Nacional dos Estudantes, e Severo Sales, diretor daquela entidade. É possível que estes universitários fossem os aludidos membros da FMP que vieram ao Piauí incentivar a organização desta entidade no Estado (LOPES, 1963a, p. 06).

Este relato da criação da FMP no Piauí foi escrito pelo jornalista Ribamar Lopes e publicado no jornal nacionalista *O Semanário* em junho de 1963. É importante enfatizar que a constituição desta frente no Piauí tornou-se possível porque já havia um processo lutas sociais em curso no Estado. Em 1961, foi organizado o I Congresso Sindical dos Trabalhadores e Camponeses do Piauí. No ano seguinte, foi constituído o Conselho Sindical de Teresina. Por sua vez, em 1963 os camponeses do Estado criaram a União dos Camponeses do Piauí. Em meio a este processo de diferentes experiências organizativas dos trabalhadores piauienses, havia um personagem comum: o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Deste modo, argumento que a influencia do PCB foi tão ou mais importante que a influencia de Leonel Brizola no processo de constituição da FMP no Piauí. Esta tese se torna mais plausível através da atuação do militante comunista Ribamar Lopes. Sua condição de correspondente de diversos jornais de esquerda (*Novos Rumos*, *O Semanário*, *Terra Livre* e *Liga*), bem como sua forte presença no movimento camponês, lhe conferiu um lugar especial na articulação desta frente no Piauí. Em agosto de 1962, a FMP piauiense lançou um "Manifesto pelas Reformas" que explicitava suas posições. Alguns trechos deste documento foram compilados por Ribamar Lopes em matéria publicada no jornal *Novos Rumos*:

*O manifesto passa a tratar da atuação que terá a FMP, no Piauí, dizendo que ela "fun-*



ISSN 2447-7354

*cionará no meio do povo, assim como se fosse um comício permanente, pondo em descoberto as origens dos problemas e organizando o povo para a batalha de solução, que os melhor informados já sabem qual é. A FMP está, pouco a pouco, espalhando-se pelo Brasil inteiro, formando as forças populares que irão encaminhar as reformar até as últimas consequências. No Piauí, a sua presença tem o mesmo sentido que terá no Amazonas e no Rio Grande do Sul, porque o sofrimento esta no País inteiro e o desejo de melhoria esta em toda parte". (LOPES, 1963b, p. 06).*

O referido Manifesto ainda pontuava que para alcançar seus objetivos, a FMP propunha-se "a ensinar o povo o que são as Reformas e como pode conseguilas". Deste modo, o Comitê Estadual da FMP demonstrava uma concepção comum às organizações de esquerda deste período, em especial do PCB, de colocar-se como vanguarda de um projeto revolucionário que deveria ser compreendido e assumido pelos trabalhadores. Portanto, a FMP tinha o desafio de elaborar pedagogias para convencer os trabalhadores e a população piauiense sobre a importância das reformas de base. Tal processo era fundamental na gestação de uma nova hegemonia calcada nos interesses do povo.

Não é preciso ressaltar que a posição de vanguarda reivindicada pelas esquerdas, portanto pela FMP, tinha como pressuposto uma evidente subestimação da capacidade dos trabalhadores de compreender e atuar sobre sua própria realidade através de suas experiências cotidianas (THOMPSON, 1987, p. 10). Todavia, é interessante acompanhar como a elaboração de pedagogias pela FMP piauiense também implicou na construção de correspondências com as experiências cotidianas dos trabalhadores piauienses, seja no tocante a abordagem de situações vividas por estes personagens, seja no esforço de utilizar uma linguagem que lhes fosse familiar.

O esforço da FMP em estabelecer canais de diálogo com os trabalhadores e a população piauiense foi registrado no texto "Frente de Mobilização Popular no Piauí", escrito pelo jornalista Ribamar Lopes e publicado no jornal *Hora do Piauí* em outubro de 1963:

*A FMP-PI reúne-se todas as terças feiras nas proximidades da Câmara Municipal de Teresina, em sessões públicas, para abordar os problemas da política nacional e estadual, num debate amplo e honesto, com a finalidade única de esclarecer a opinião pública do Estado. Às quintas-feiras, vem promovendo a realização de palestras nas principais amplificadoras localizadas nos bairros de Teresina, oportunidades em que são explicadas ao povo as causas de suas dificuldades, de sua miséria, indicando os caminhos da redenção nacional, através das reformas de base. (LOPES, 1963c, p. 08).*

É possível imaginar a enorme repercussão das atividades de propaganda dos militantes da FMP através das amplificadoras situadas nos bairros da capital, uma vez que a cultura radiofônica atingia uma parcela gigantesca da população de Teresina. Por outro lado, a referida matéria também discorreu sobre a importância que a Frente atribuía a "leitura popular", o que nos leva a refletir sobre o lugar dos jornais na estratégia desta organização em fomentar um discurso contra-hegemônico cuja ênfase recaia sobre às reformas de base.

Neste sentido, a FMP nacional tinha um órgão de propaganda próprio, o *Panfleto – o jornal do homem da rua* periódico que circulou entre os meses de fevereiro e março de 1964. Os militantes da FMP no Piauí também constituíram seu próprio órgão de comunicação, tratava-se do jornal *Frente Popular – o poder para o povo*. A única referencia sobre este



ISSN 2447-7354

periódico na historiografia local, encontra-se no livro *Movimentos sociais e participação política* do sociólogo Antonio José Medeiros:

*Um aspecto novo na conjuntura estadual da época, foi a organização e manifestação das forças políticas de esquerda, através da Frente de Mobilização Popular, a partir de maio de 1963. A Frente torna-se um fórum de debates sobre as reformas de base e, não sem conflitos internos, lidera algumas manifestações de pressão ao Congresso, em favor das reformas de base. Publicou um único número do jornal Frente Popular, já em 31 de março de 1964. Os deputados estaduais Deusdedit Ribeiro e Themístocles Sampaio e o vereador Jesualdo Cavalcanti, todos do PTB, além de Ribamar Lopes do PCB, são suas principais lideranças. (MEDEIROS, 1996, p. 83).*

O *Frente Popular* tinham como superintendente o jornalista Ribamar Lopes e como diretor executivo o bancário Armando Lima. O Conselho de redação do periódico era formado por sete membros: Pedro Celestino, Samuel Dourado Guerra, Francisco Leitão, Raimundo Nonato Santos, Deusdedith Ribeiro, Themístocles Sampaio e Jesualdo Cavalcanti. Os três últimos nomes eram parlamentares do PTB, o que evidencia a força deste partido no interior da FMP. Por outro lado, Raimundo Nonato Santos e Francisco Leitão eram estudantes que militavam nas fileiras comunistas.

Os estudos do filósofo italiano Antonio Gramsci possuem grande importância no tocante à superação da ideia de imprensa como um campo neutro e imparcial. Ao examinar as formas de jornalismo e de atividades publicístico-editorial em geral, o autor estabelece como pressuposto:

*A existência, como ponto de partida, de um agrupamento cultural (em sentido lato) mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral; devemos pressupor ainda que se pretenda fundar-se em tal agrupamento para construir um edifício cultural completo, autárquico, começando precisamente pela... língua, isto é, pelo meio de expressão e de contato recíproco. Todo o edifício deveria ser construído de acordo com princípios "racionais", isto é, funcionais, na medida em que se têm determinadas premissas e se pretende atingir determinadas consequências (GRAMSCI, 1982, p. 162).*

A partir das contribuições de Gramsci é possível conceber a imprensa como um campo de embates entre diferentes versões sobre a realidade. Deste modo, o jornal *Frente Popular* assumia um lugar bem demarcado neste campo de luta, a defesa das reformas de base tal como expostas através do programa político da Frente de Mobilização Popular.

O jornal contava com oito páginas, igualando-se, assim, aos grandes periódicos do Estado como a *Folha da Manhã*. A linha editorial do *Frente Popular* recaiu, sobremaneira, na discussão sobre a urgência das reformas de base no Brasil. Percebemos esta ênfase através, sobretudo, da "Página do Camponês". Nesta sessão do jornal, o redator (provavelmente Ribamar Lopes, por sua vinculação com o movimento camponês) apresenta um texto cujo principal objetivo é estabelecer um diálogo com os camponeses, convencendo-os da luta política contra o latifúndio. Deste modo, o articulista faz uso de exemplos cotidianos e também de uma linguagem próxima aos lavradores:

*O latifundiário é a pior saúva do campo. Para lhe dar combate só existem dois inseticidas. São as palavras "Sindicato" e "Liga". EXEMPLO*



ISSN 2447-7354

*Certa vez, um latifundiário daqui de perto proibiu os moradores continuassem arrancando a "sua" mandioca para fazerem farinha de puba.*
*Ora, os camponeses precisavam fazer massa de puba para alimentarem seus filhos sempre famintos. As mulheres pretendiam vender a massa de puba no mercado para amenizar um pouco a miséria de seus lares. E a mandioca não pertencia ao latifundiário, pois eram plantadas nas roças dos moradores. A proibição absurda foi rejeitada. O poderoso senhor vitima daquele "desrespeito" a sua ordem, resolveu "dar lição" aos infratores. Reuniu alguns capangas e foi dominar as mulheres quando elas saiam de casa, pelo roçado, para o mercado.*
*As mulheres indefesas, diante da fúria do proprietário e da presença dos capangas, não ofereceram resistência. A massa de puba foi derramada no chão vermelho da estrada.*
*Mas a represália não tardou. O líder sindical ESPERIDIÃO foi chamado as pressas para orientar a luta.*
*ASSEMBLEIA HISTÓRICA*
*Debaixo de um grande e frondoso cedro, quase quinhentos homens e mulheres decidiram, na presença do próprio latifundiário, deflagrar a greve geral em represália ao ato (ilegível) e reivindicando ainda outros direitos. O proprietário decidiu dissolver a assembleia, mas alguém gritou no meio da multidão "Pau nele"! E as mulheres, mais ofendidas que os homens, teriam dado início ali mesmo ao linchamento, não fosse a intervenção enérgica do líder ESPERIDIÃO, que manchou o caminho para a carreira do latifundiário. (PÁGINA, 1964, p. 05).*

A referida página tem um forte caráter pedagógico na medida em que demarca uma situação de opressão que certamente era compartilhada por inúmeros camponeses piauienses e, em seguida, propõe uma solução para por fim aquele problema. O pedido de auxilio a José Esperidião Fernandes para "orientar a luta", pode ser compreendido como um chamado às Ligas Camponesas (cuja liderança mais conhecida era Esperidião) para organizar a resistência dos camponeses. A preparação de uma assembleia, a deflagração da greve, bem como a recusa em resolver o conflito pela violência, constituem exemplos de como os camponeses deveriam atuar para pôr fim aos abusos do latifúndio e conquistar mais direitos.

O redator desta página realiza uma interessante operação de bricolagem e insere no seu texto um trecho da "Carta de Alforria do Camponês", escrita por Francisco Julião, para reforçar o argumento da união dos camponeses como caminho para alcançar a liberdade:

*OS CAMINHOS*
*Muitos são os caminhos que te levarão à liberdade. Liberdade quer dizer terra. Quer dizer pão. Quer dizer casa. Quer dizer remédio. Quer dizer escola. Quer dizer paz. Eu te apontarei esses caminhos. Mas eu te digo e repito: não adianta a viagem se tu fores sozinho. Convida seu irmão sem terra ou de pouca terra. E pede que ele convide outro. No começo serão dois. Depois, dez. Depois, cem. Depois, mil. E no fim serão todos. Marchando unidos. Como unidos vão à feira, à festa, à missa, ao culto, ao enterro, à eleição. Digo e repito: a união é a mãe da liberdade. (PÁGINA, 1964, p. 05).*

A historiadora Maria do Socorro Rangel já chamou a atenção para a importância da pedagogia radical disseminada pelo "proselitismo político" de Julião (RANGEL, 2000, p. 109). As imagens expostas por Julião pretendem construir um lugar de contraposição ao latifúndio, propósito compartilhado pelos militantes da Frente de Mobilização Popular no Piauí. A "Página do Camponês" também recorreu ao humor para reforçar a necessidade de construir um contraponto ao latifúndio:



ISSN 2447-7354

*MANDAMENTOS DO LATIFUNDIÁRIO*
*1 – Amar suas terras sobre todas as coisas;*
*2 – Não jurar que vai ajudar a nação;*
*3 – Guardar domingos e festas de guarda. Só o camponês pode trabalhar nesses dias;*
*4 – Honrar pais (dinheiro) e mãe (terra);*
*5 – Não matar. Apenas mandar...*
*6 – Não ligar para o camponês;*
*7 – Não furtar pouco;*
*8 – Não levantar casa do camponês;*
*9 – Não desejar a mulher do próximo (ilegível).*
*10 – Sempre cobiçar as terras alheias;*
*Os dez mandamentos se resumem em dois que são amar a sua terra sobre todas as coisas e sugar o próximo o quanto puder. (PÁGINA, 1964, p. 05).*

É interessante notar como o redator utiliza a ideia e a forma dos dez mandamentos católicos (talvez por entender que eram familiares aos camponeses), para explicitar os privilégios dos latifundiários sobre os lavradores. Percebemos, assim, que as pedagogias desenvolvidas na "Página do camponês" também implicavam a construção de correspondência com as experiências cotidianas dos camponeses, trabalho este que terminava por aproximar os militantes da FMP daquele "outro" que deveria ser conquistado. Diante da crueldade que essas imagens exortavam como não criar um contraponto?

Outra matéria do *Frente Popular* também apresentou um forte conteúdo pedagógico, trata-se do texto "O muro da vergonha: manifesto ao povo de Teresina". O assunto abordado nesta matéria era o grande prejuízo que a construção do "Iate Clube de Teresina" acarretou para a população do bairro Pirajá. O manifesto da FMP aduziu que aquela construção implicou na derrubada prévia de "todas as casas que ali existiam". Além disso, os moradores do Pirajá estavam vivendo uma "calamidade pública", pois o aludido muro represava as águas da chuva que, assim, invadiam as "humildes casas" dos moradores daquele bairro. O texto pontuava que o "muro da vergonha" representava uma síntese da sociedade piauiense:

*Entretanto ali esta o "muro", jogando por terra o sentido desta frase oca! Do lado de dentro de suas paredes uma minoria privilegiada constrói cassinos, piscinas, salões de dança para confraternizarem suas vidas felizes e despreocupadas. Enquanto que, do lado de fora, bem rente ao "muro", uma multidão de infelizes vai caindo aos pedaços, vítimas da fome, das doenças, do abandono mais cruel! E como se não bastasse esse contraste monstruoso entre a riqueza e a miséria, que revela até que ponto progridiu o egoísmo humano, aquele "muro", erguido pela cobiça sobre os destroços de tantas vidas, ainda se encarrega de juntar as enxurradas do inverno, para atirá-las, de rojo, sobre o que resta das palhoças humildes, como a dizer em sua fúria lamacenta: - fora! fora! desgraçados!!! (O MURO, 1963, p. 04).*

O tom forte e áspero do texto constrói um cenário aterrador, onde o acento tônico recai sobre a crueldade das "classes privilegiadas". A imagem do "muro" é tomada para significar toda uma história de contraste social entre uma minoria privilegiada e uma imensa maioria que padecia cada vez mais cedo. O "muro" funcionava como elemento central do argumento do manifesto: a necessidade de derrubar os muros que erguiam diferenças sociais entre os homens. Desta maneira, a luta contra o "muro da vergonha" seria parte indissolúvel da luta pelas reformas de base que pretendiam criar um Brasil mais igualitário na visão dos militantes da FMP.

Todas as matérias e textos do *Frente Popular*, produzidos a partir de diferentes estratégias, convergiam para



ISSN 2447-7354

um único ponto: criar uma opinião pública favorável às reformas de base. Tratava-se de investimentos em um discurso contra-hegemônico visando gestar uma nova hegemonia pautada pelos interesses do povo piauiense, sobretudo, dos camponeses. Sobre a relação entre a imprensa e a opinião pública, Darnton argumentou que:

*Os sistemas de comunicação têm uma história, ainda que raramente os historiadores a estudem. O poder dos meios de comunicação em moldar fatos e dar-lhes cobertura foi um fator crucial na Revolução Francesa, quando o jornalismo surgiu pela primeira vez como uma força nos negócios de Estado. Os revolucionários sabiam o que estavam fazendo quando carregavam prelos em seus desfiles cívicos, e quando reservavam um dia do calendário revolucionário para comemorar a opinião pública (DARNTON, 1990, p. 16).*



Em um contexto marcado pelo crescimento das tensões sociais, conquistar a opinião pública era fundamental para as forças políticas em conflito. Outrossim, a ofensiva desferida pela grande imprensa contra o presidente João Goulart após suas declarações durante o Comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, reforçou ainda mais a necessidade de fortalecer e ampliar uma opinião pública favorável as reformas de base. Em certo sentido, a própria criação do jornal *Frente Popular* localiza-se como mais um investimento contra-hegemônico da FMP piauiense no sentido de conseguir o apoio da população para as reformas necessárias ao desenvolvimento do país.

Em sua última página, o jornal apresentava um editorial onde analisava a conjuntura vivida naquele momento e explicitava a posição do jornal, portanto, da própria FMP:

*Sabemos que a partir do grande Comício da Guanabara em que o Presidente João Goulart assinou aqueles históricos decretos, aguçou-se no país inteiro a campanha de agitação golpista dos inimigos das Reformas. Diante do gesto de coragem do Presidente da República, e da presença de centenas de milhares de brasileiros, aplaudindo em praça pública os grandes lideres populares, a reação entrou em pânico. (...)*
*O Piauí, nesse momento, é testemunha eloquente desse processo único e irreversível de unidade e de luta, que estremece o Brasil de norte a sul. A nossa presença, é bem a prova de que também vivemos a intensidades destas lutas decisivas para o destino da Pátria. Pois daqui, donde o latifúndio erguera a sua praça forte, lançamos corajosamente nossa palavra de ordem, que é de absoluto apoio ao Presidente João Goulart e às Reformas por ele iniciadas. (NOSSA, 1964, p. 08).*

Tratava-se não só de se contrapor às posições da grande imprensa, mas, sim, de construir uma nova hegemonia. As proposições de Gramsci nos auxiliam mais uma vez a refletir sobre esta questão. O filósofo italiano pontuou que nas sociedades onde se consolidou o Estado liberal democrático a dominação social não residia apenas na coerção, mas também na construção de consensos, processo que ele denomina como hegemonia (SECCO, 2006, p. 43-44). Como portadores de visões de mundo, os jornais são compreendidos por Gramsci como "aparelhos privados de hegemonia". Portanto, jornais como o *Panfleto* ou *Frente Popular* pretendiam se constituir como lugar da construção de uma nova hegemonia onde o nacionalismo ocupava um lugar central.

Os militantes da FMP não tiveram tempo suficiente para avaliar sua audaciosa tentativa de contribuir para a criação de uma nova hegemonia através do jornal *Frente Popular*. Na madrugada daquele mesmo dia 31 de março de

ISSN 2447-7354

1964, as tropas do General Mourão Filho começaram a marchar rumo ao Rio de Janeiro. O Golpe Militar havia iniciado. O jornal *Frente Popular* representou uma entre muitas tentativas de se construir um mundo melhor naqueles tormentosos anos. É exatamente neste aspecto que reside toda sua riqueza. A história também é feita de tentativas, ou, como ressaltou Thompson, daqueles "becos sem saída" (THOMPSON, 1987, p. 13).

São estes "becos sem saída" que guardam todo um universo de expectativas e sonhos que não se realizaram, mas que ainda mantém toda importância para a compreensão das ações daqueles homens e mulheres que lutaram por um mundo melhor.

***Referências bibliográficas***


DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. **Revolução impressa**: a imprensa na França 1775-1800. São Paulo: EDUSP, 1996.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **Nacionalismo e reformismo radical**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. "A estratégia do confronto: A Frente de Mobilização Popular". **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh, vol. 24, n. 47, Jan-jun de 2004.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

______. **Cadernos do cárcere** - Literatura. Folclore. Gramática. Apêndices: variantes e índices. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 495 p. v. 6.

LOPES, Ribamar. I Encontro dos Camponeses e Comitê da Frente de Mobilização Popular. **O Semanário**, Rio de Janeiro, p. 06, 06-12 jun. 1963. (a)

LOPES, Ribamar. FMP do Piauí: Manifesto pelas Reformas. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, p. 06, 02-08 ago. 1963. (b)

LOPES, Ribamar. Frente de Mobilização Popular no Piauí. **Hora do Piauí**. Rio de Janeiro, p. 08, 01-15 out. 1963. (c)

MEDEIROS, Antonio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina-PI: CEPAC, 1996.

NOSSA posição. **Frente Popular**. Teresina, p. 08, mar. 1964.

O MURO da vergonha: manifesto ao povo de Teresina. **Frente Popular**. Teresina, p. 04, mar. 1964.

PÁGINA do Camponês. **Frente Popular**. Teresina-PI, p. 05, mar. 1964.

RANGEL, M. do Socorro. **Medo da morte, esperança de vida**: uma história das Ligas Camponesas na Paraíba. 2000. 387 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, 2000.

SECCO, Lincoln. **Gramsci e a revolução**. São Paulo: Alameda, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

TOLEDO, Caio Navarro de. *As falácias do revisionismo*. **Crítica Marxista** (São Paulo). Rio de Janeiro, v. 19, p. 27-48, 2004.




ISSN 2447-7354

# ESPAÇO PRATICADO: desenvolvimento urbano de Teresina

Matheus França dos Santos[1]

**Resumo**
O objetivo desse trabalho é analisar as práticas espaciais e sua relação com o desenvolvimento urbano de Teresina, a partir do extrativismo vegetal nos anos 1900 a 1930. Dentro desse estudo, observaremos o surgimento dos discursos e práticas espaciais, a partir das Mensagens de Governo do Piauí. Nessa proposta utilizamos e trabalhamos teoricamente as definições das categorias de espaço e lugar em Michel de Certeau (1998), caracterizando os relatos oficias do extrativismo com as obras públicas de desenvolvimento da capital piauiense, dentro do recorte temporal que marcam as três primeiras décadas do século XX.
***Palavras-chave***: Extrativismo Vegetal. Desenvolvimento urbano. Teresina.

**Abstract**
The objective of this work is to analyze the spatial practices and your relationship with the urban development of Teresina, from the extraction of vegetable in the years 1900 to 1930. In this study, we will look at the emergence of the speeches and spatial practices, from the Government of Piauí messages. In this proposal we use and work theoretically the definitions of the categories of space and place in Michel de Certeau (1998), featuring the official reports of the extraction with the turnkey development of the capital of Piauí, within the timeframe that mark the first three decades of the 20th century.
***Keywords:*** Agricultural extrativism. Urban development. Teresina.

[1] Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí – UESPI, Campus Poeta Torquato Neto. E-mail: mathewsfranca1110@gmail.com



ISSN 2447-7354

### *Introdução*

Ao longo do processo da construção historiográfica sobre Piauí, um dos pontos mais abordados é o seu processo de colonização e seus aspectos econômicos. Entre a segunda metade e o fim do século XX, temos grandes obras em relação ao desenvolvimento econômico do Estado, dentre elas, podemos destacar as de Odilon Nunes, Raimundo Nonato Monteiro Santana e já para o final do século temos Teresinha Queiroz com suas obras voltadas para a produção econômica extrativista vegetal de maniçoba.

A maioria das análises e textos escritos sobre o extrativismo vegetal, o descrevem como um meio de produção que proporcionou ao Estado do Piauí uma saída da crise ao qual o mesmo se encontrava desde o início do século XIX, quando a principal fonte de renda do Piauí que, nessa época era baseada na criação e comercialização de gado, entra em decadência por conta de inúmeros fatores, dentre eles, o desenvolvimento do mercado pecuarista em outras áreas do país.

Alguns autores piauienses, ainda abordam o extrativismo vegetal, com um dos condicionantes do desenvolvimento urbano de Teresina dentro do contexto das três primeiras décadas do século XX, dentre eles podemos destacar Agenor Martins, que ressalta em sua obra: *Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento* (2002) a relação do extrativismo nesse tal processo.

A partir da análise realizada sobre a contribuição da exportação dos produtos extrativistas aos cofres públicos, relacionamos tal progresso econômico, com o desenvolvimento urbano de Teresina, analisando com isso os discursos políticos apresentados à Câmara Legislativa piauiense pelos governadores do Estado. Por tanto, a partir de tais discurso e das leituras bibliográficas procuramos compreender como era o espaço urbano e como se desenvolveu dentro das três primeiras décadas do século passado.

Alguns conceitos foram utilizados nesse estudo, dentre eles o conceito de espaço e lugar de Michel de Certeau. Segundo o autor, lugar é "a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições" (CERTEAU, p. 201. 1998) e espaço "é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimento que aí se desdobram" (CERTEAU, 1998, p.202).

Nesse texto, que é um fragmento de minha monografia, esses conceitos foram utilizados relacionados ao desenvolvimento urbano de Teresina, compreendendo assim as obras que eram realizadas na capital como movimentos que se desdobravam dentro do lugar, o transformando em um espaço, ou seja, o espaço é um lugar onde se estabelecem práticas, movimentos, ou seja, o espaço é lugar praticado.

Tal pesquisa foi embasada em fontes oficias, tais como as Mensagens de Governo dos anos de 1900 a 1930, além de outras, as quais aqui não foram mencionadas, tais como: Almanaque da Parnaíba e o Jornal Diario do Piauhy. Esse texto faz parte de uma pesquisa monográfica composta por três capítulos, e que fora apresentada no mês de novembro de 2017, como obtenção do grau de Licenciatura Plena em História.

### **Emergência do extrativismo vegetal**

O desenvolvimento urbano de uma cidade não é algo natural, não acontece espontaneamente em um determinado momento como se a mesma estivesse predestinada ao acontecimento. Tal desenvolvimento é sempre condicionado a um determinado aspecto, seja ele o crescimento populacional, necessidades



ISSN 2447-7354

públicas, como por exemplo, locais de lazer ou saneamento básico e até mesmo pelo o anseio de modernidade advinda da implantação de um determinado sistema político, como o que ocorreu na Primeira República[1] no caso da antiga capital brasileira, o Rio de Janeiro, no início do século XX[2].

Dentro do contexto republicano, mais precisamente entre 1900 e 1930, a capital piauiense, aparentemente sofreu em menor grau - isso comparado com o Rio de Janeiro ou São Paulo - com esse processo de urbanização. Essas melhorias urbanas estavam de certa forma ligados ao principal meio de produção econômica do Estado do Piauí naquele momento, o extrativismo vegetal. Meio de produção esse, que aliviou a economia do Estado, desafogando os seus cofres que desde o início do século XIX, vinha passando por uma profunda crise por conta da estagnação e diminuição do comércio de seu principal meio de produção, a pecuária extensiva[3], que perdeu sua força de produção e de exportação internacional e nacional.

O extrativismo vegetal surge na economia piauiense no final do século XIX com a extração da maniçoba e se estende até a metade do século XX com a extração da cera de carnaúba e do coco babaçu, mas nessa pesquisa nos delimitaremos somente nas três primeiras décadas do século passado, que foi quando o primeiro produto dessa cultura, a maniçoba, esteve em alta e sofreu um declínio, perdendo o espaço para as demais já citadas. O Brasil nesse dado recorte temporal se encontrava como o principal fornecedor da borracha como matéria-prima para o mercado internacional, tendo como principal mercado a Inglaterra, "No decênio 1901-10 a exportação da borracha será em média anual de 34.500 toneladas (...). O que vem a representar 28% da exportação total do Brasil." (JÚNIOR, 1998, p. 236 - 237). Nesse determinado contexto a borracha era o segundo no ranking de exportação brasileira, perdia somente para o café que, desde o Império[4] assumia o posto, representando mais de cinquenta por cento da exportação total do Brasil.

A extração da maniçoba nas décadas iniciais do século passado liderava a tabela da economia piauiense, era a principal matéria de exportação do Estado, deixando para traz até mesmo o produto que formara a base da economia do Piauí até o final do século XIX, a pecuária:

*Não fôra a expansão que a industria da extracção da borracha de maniçoba tem tido no ultimo triennio e qualificariamos de alarmante o nosso estado economico, porque muito se ha reduzido o producto dos impostos de dizimo e exportação de gado, cuja criação constituia a mais solida base de riqueza do Estado. Esta reducção é devida ás sêccas constantes que nos tem assolado, e que exercem tambem sua nefasta influencia sobre a lavoura [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1905, p. 15).*

Na fala do Governador do Estado Álvaro de Assis Osorio Mendes, é visível a importância de tal produção para o Piauí no início do século passado. Álva-

[1] A República foi um sistema de governo implantado no Brasil em 1889.

[2] Para entender tal contexto, indicamos a leitura da obra de Nicolau Sevcenko: Literatura como missão tensões sociais e criação cultural na Primeira República.

[3] Para mais informação sobre essa crise que abalou as estruturas econômicas piauienses, ler a obra de Agenor Martins, Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.

[4] Período que vai de 1822 a 1889, nesse contexto o Brasil era comandado pela monarquia. Nesse período tivemos D. Pedro I e D. Pedro II como monarcas e governadores do Brasil.



ISSN 2447-7354

ro Mendes responsabiliza a extração da borracha de maniçoba pelo fôlego financeiro que tal atividade dava a economia piauiense, o que era mínimo, pois a mesma não tinha permitido ainda ao Piauí entra em uma zona de conforto. Apesar de suas condições não serem alarmantes, o Estado ainda não vivia uma tranquilidade como deixa bem claro o relato do Governador.

A partir do relato governamental, podemos destacar o caráter transitório pela qual a economia piauiense passara nos anos iniciais do século XX, pois a atividade de extração vegetal agora tomava a frente como o principal produto de sustentação financeira do Estado, já que, o imposto adquirido com a exportação do gado e o dízimo, não eram mais suficientes para manter a máquina administrativa piauiense, o que proporcionou à nova produção econômica advinda da extração da borracha realizar.

Dentro desse novo contexto econômico - onde as baixas da exportação do gado perdem seu espaço como condutor e regulador da economia estatal do Piauí e dar lugar a uma nova atividade econômica capaz de realizar tal manutenção – é que as três primeiras décadas se desenrolam economicamente. Ou seja, queda da pecuária, ascensão do extrativismo, principalmente da maniçoba, carnaúba e babaçu.

A partir desse novo cenário econômico, estaremos realizando a análise do desenvolvimento urbano de Teresina relacionado a essa nova atividade econômica, pois:

*Com o reforço das finanças estaduais, pela ação das exportações, foi empreendida uma serie de melhoramentos urbanos, A instalação de luz elétrica e abastecimento d'água na Capital foi feita com a receita da borracha. A construção de prédios públicos, como o palácio do Karnak, ainda hoje sede do Governo, a abertura de ruas e praças, tanto na Capital como nas cidades interioranas, foram possíveis graças aos benefícios gerados pelo extrativismo (MARTINS, 2002, p.65, 66.).*

Segundo Agenor Martins, foi esse processo de extração vegetal que condicionou o desenvolvimento urbano da capital piauiense e não somente de Teresina, mas também das cidades interioranas do Piauí.

**Urbanização: práticas espaciais**

Como dito anteriormente, para discutirmos tal desenvolvimento, utilizaremos o filósofo e pensador Michel de Certeau e sua concepção de lugar e espaço. Podemos nos perguntar, por que analisar tal ideia, já que a urbanização ocorre ao mesmo tempo no lugar e no espaço? Certamente que sim, mas o que viria ser um espaço? E o que seria lugar? Aparentemente as duas palavras têm o mesmo significado, são sinônimas e por isso quase sempre são utilizadas em um mesmo contexto.

Mas apesar de tais nomenclaturas se completarem, as mesmas possuem sentidos diferentes. Certeau define lugar como "a ordem (seja qual for) segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência. [...] lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições" (CERTEAU, p. 201. 1998). Portanto, Michel de Certeau define lugar como ideia de posição, onde se distribuem peças, objetos ou qualquer outro tipo de coisa, seja em qual ordem for. No caso de nosso objeto de pesquisa o lugar seria a cidade de Teresina, pois o simples fato dela existir não faz dela um espaço. Um lugar, pelo simples fato de existir é segundo o autor, uma configuração instantânea de posição, como por exemplo, Teresina está posicionada em um lugar mais esse lugar não é um espaço.



ISSN 2447-7354

Mais já que lugar não é espaço segundo Certeau, o que viria então a ser a definição de espaço? Para o pensador "o espaço é o cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimento que aí se desdobram" (CERTEAU, 1998, p.202), ou seja, o espaço é onde ocorre o deslocamento de tais objetos que estão posicionados em seu lugar, por exemplo, o deslocamento de um móvel dentro de um quarto, estabelecendo uma nova configuração para o mesmo, faz daquele quarto não mais um lugar, mas sim um espaço, "Em suma, *o espaço é um lugar praticado*. Assim a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformado em espaço pelos pedestres. Do mesmo modo, a leitura é o espaço produzido pela pratica do lugar constituído por um sistema de signos – um escrito" (CERTEAU, 1998, p.202).



Por tanto, o espaço nada mais é do que um lugar praticado, ou seja, é um lugar onde se estabelece práticas de deslocamento ou construções que proporcionam uma mudança de layout, uma mudança na configuração do lugar. Como deixa bem claro a citação do autor, quando se refere ao transitar de pedestres em uma rua projetada por um urbanista, o deslocamento é que define e transforma o lugar (a rua) em um espaço. Em suma, o espaço é o que ficciona o sujeito anônimo, ou seja, é o espaço que dá sentido, visibilidade, ou até podemos dizer que dá existência ao que conhecemos por lugar. A partir dessa perspectiva conceitual de espaço em Michel de Certeau, iremos analisar o desenvolvimento urbano de Teresina, partindo da ideia de que tais modificações urbanas proporcionaram e deram sentidos à capital do Piauí.

Tendo Teresina como lugar, como sujeito anônimo e as melhorias urbanas como práticas espaciais, temos a concepção a partir dos relatos oficiais, ou seja, as Mensagens de governo, que tal desenvolvimento limitou-se basicamente a duas obras dentro de um espaço de tempo de vinte anos, o abastecimento de água e de energia elétrica, isto é, Teresina, apesar de ser a capital do Estado do Piauí continuava praticamente com as mesmas estruturas e configurações do período imperial, sofrendo duas "mudanças significativas" até o início da segunda década:

> *Com um orçamento que não attinge mil contos de reis, onerado, além disso, até poucos tempos, por uma pesada divida fluctuante, è impossivel ao Estado attender aos mais urgentes e inadiáveis trabalhos materiaes, por mais justos e fundados que sejam os reclamos da população. Por isso, apenas foram executadas algumas obras na capital e estas ainda reduzidas a simples concertos nas repartições publicas e a conclusão do palacete contiguo a assembleia legislativa. [sic] (MENSAGEM GOVERNAMENTAL, 1903, p. 11).*

As obras públicas realizadas até o ano de 1903 ficavam restritas somente a reformas de prédios públicos, como podemos observar na Mensagem do Governador Arlindo Francisco Nogueira. O mesmo menciona que a população da capital ansiava por melhorias na estrutura urbana, ou seja, que o lugar sofresse práticas espaciais significativas, mas tais práticas ficaram reduzidas somente a reformas em repartições públicas, isso no início do século XX.

Após 1903 o governo do Estado do Piauí realiza investimentos em duas obras que atingiriam e modificaram as configurações da capital piauiense, dentre as quais temos o abastecimento de água: "Em virtude da auctorização constante da lei n.º 312, de 28 de Junho do anno passado, iniciei em setembro ultimo os trabalhos para o abastecimento d'agua á Capital, sob a direcção do intelligente Director da Repartição de

ISSN 2447-7354

Obras Publicas, Dr. Antonino Freire da Silva" [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO, 1904, p. 12).

O Governador Arlindo Nogueira inicia no fim de setembro de 1903, o processo de instalação do sistema de abastecimento d'agua, obra essa que em seu primeiro momento teria o intuito de ser realizada através de um serviço particular, o qual o senhor José Martins Teixeira que, recebera autorização no governo de Arthur de Vasconcellos pelo Decreto nº 163, de 29 de Março de 1900, para realizar as obras de abastecimento tanto de água potável quanto de iluminação da capital do Estado do Piauí, não realizou.

Tal processo de abastecimento de água, agora daria um novo sentido ao cotidiano e a configuração da cidade de Teresina. Após a implantação de tal melhoria as condições de saúde da população iriam melhorar, pois, a água deixaria de chegar às casas dos moradores através de jumentos - a água era carregada em galões por jumentos – e passaria a chegar através de encanamentos.

De 1904 até o fim da primeira década do século XX, as obras públicas realizadas na capital piauiense limitaram-se a reformas de prédios públicos, ao início da construção do Asylo de Alienados em 1908, a continuação do processo de abastecimento d'água, o serviço de abastecimento de energia e iluminação pública da capital que, por sinal foram as principais obras realizadas em Teresina, dentro da primeira década do século passado.

Ainda na primeira década, surge em meio os relatos oficiais outro gênero de exportação de peso na economia piauiense: a cera de carnaúba:

*A cêra de carnaúba occupa o segundo lugar na ordem de importância dos nossos produtos de exportação. A sua produção, porem, ainda pode ser consideravelmente elevada, desde que possam ser convenientemente explorados todos os nosso extensos e ricos carnahubaes [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1911, p. 55).*

Já em 1911 ele se torna o segundo item mais exportado do Estado do Piauí. Nesse mesmo ano a borracha de maniçoba começa a ter uma pequena queda no mercado internacional:

*Como sabeis, a exportação da borracha de maniçoba constitui hoje a nossa mais avultada fonte de renda e o mais importante objecto do nosso commercio. Os preços desse producto que em 1910 foram, na media, de £ 0.3.7, por libra, desceram este anno no primeiro trimestre a £ 0.2.8, produzindo já sensivel retração nos centros produtores e não pequenos prejuisos aos exportadores e á receita do Estado [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1911, p.51).*

Segundo a mensagem do Governador Antonino Freire, há uma diminuição do preço da maniçoba no comércio internacional "De 1901 a 1914, a borracha contribuiu no conjunto da receita das exportações com a média de 48,8%. Sua participação mais acentuada é no triênio 1909-1911, quando é responsável por mais de 60% dessa receita" (QUEIROZ, 2006, p. 147). Inicia-se, portanto, já em 1911 uma crise no principal gênero de exportação do Estado, crise essa que se agrava nos anos seguintes. Tal situação se dá, por conta da produção dos países do Oriente, que forneciam uma borracha de melhor qualidade e de menor preço aos países da Europa.

A queda da maniçoba no mercado internacional abala os cofres do Piauí, pois a mesma era a principal fonte de renda do Estado. Tal crise não se torna tão alarmante por conta da emergência da cera de carnaúba que surge como "substituta" - junto com a extração do



ISSN 2447-7354

babaçu – da borracha de maniçoba "A partir de 1915, o papel até então desenvolvido pela borracha passa a ser ocupado pela cera de carnaúba – Cuja valorização internacional produziu o incremento das exportações piauienses." (QUEIROZ, 2006, p. 158). A extração da cera de carnaúba foi tão lucrativa para os cofres piauienses ao longo da primeira metade do século XX, que a receita provinda da mesma chegou a ultrapassar a da borracha, já que além de dar mais lucro sua produção se estendeu por mais tempo.

Apesar do surgimento de um novo produto no mercado de exportação ainda na primeira década, a situação das obras públicas continuava a mesma. As obras se restringiam às reformas aos prédios públicos, à implantação/instalação do abastecimento de água encanada, da iluminação pública e abastecimento de energia elétrica. Em 1914 o processo de iluminação pública é inaugurado:

*Tenho a satisfação de anunciar-vos para breves dias a inauguração definitiva do serviço de luz e força nesta capital. Espero ter o prazer de vêr na noite de hoje os principais pontos de Theresina illuminados (...). Para a illuminação publica foram installadas 350 lampadas de 120 volts de 100 velas cada uma. Algumas praças e largos serão servidas por lampadas de arco e Governo, bem cedo conta que os princpaes logradouros publicos possam receber a iluminação de arcos voltaicos [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1914, p.22,23).*

Por tanto, a partir da implantação desse novo serviço - iluminação pública de Teresina – proporcionou-se uma mudança na configuração da cidade, tanto na parte física, como no cotidiano da população. As práticas espaciais exercidas em Teresina, passaram a dar um sentido às noites da cidade verde, ou seja, começavam a "trazer às claras" as noites teresinense.

Os cidadãos teresinenses passam agora a exercer atividades noturnas por algumas ruas da capital, já que a iluminação pública era restrita, pois esse serviço só poderia ser visto nas principais vias públicas da cidade, o que nos traz uma ideia de um "desenvolvimento urbano" excludente, minoritário e elitizado, pois somente uma pequena parte da sociedade que residia no centro da capital tinha acesso ao mesmo. Não muito diferente foi o de abastecimento d'agua: "O abastecimento d'agua, convem ser estendido a outras ruas e bairros de Therezina. Mas já está servida a melhor e mais populosa parte da cidade" [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO O PIAUÍ, 1914, p. 24).

A canalização e distribuição de água potável fora pelo menos em seu início, um serviço de minorias, pois é deixado bem claro na passagem assim retirada da mensagem do Governador Dr. Miguel de Paiva Rosa, que tal processo era restrito a melhor e mais populosa parte de Teresina, trocando em miúdos, a água canalizada servia à região central da capital do Piauí.

Somente com o passar dos anos é que tal serviço se estende a outras localidades, diga-se de passagem, que até mesmo nos dias atuais o serviço de abastecimento de água encanada encontra-se em estado de precariedade, em algumas zonas de Teresina, digo isso por presenciar tais situações, como as que ocorrem frequentemente na região onde reside minha avó, Zona Leste de Teresina, na vila Meio Norte. Por quase todo o dia, praticamente todos os dias da semana a residência dela não é assistida pelo serviço de água encanada oferecida pelo Governo.

A pesar da ascensão e queda no mercado de exportação da maniçoba e emergência da cera de carnaúba como



ISSN 2447-7354

sucessor desse gênero, o Estado piauiense, ainda não se encontrava em uma confortável situação financeira, problema esse que, se estendeu até o início da segunda década do século XX. Essa situação agrava-se pela queda da maniçoba no mercado internacional e pelas consequências da Primeira Guerra Mundial.

Tal contexto econômico impossibilitou o Estado implantar novas obras, pois não tinham finanças para isso. Em alguns momentos o desenvolvimento e reparos do sistema de iluminação e abastecimento d'água - que se arrastaram por vários anos, assim como construções e reparos de alguns prédios públicos - foram interrompidos como relata o Governador João Luiz Ferreira em mensagem apresenta à câmera legislativa no ano de 1923. Na mensagem apresentada em 1924 já encontramos uma melhor desenvoltura financeira:

*Sob o aspecto financeiro acentuou-se no decurso do passado exercido a marcha ascensional da receita publica, que atingiu quase ao duplo da previsão orçamentaria, sem que para isso tivesse concorrido a creação de novos tributos, ou siquer augmento dos existentes, o que bem traduz o esforço de uma criteriosa gestão fazendaria, apoiada em melhor organisação fiscal, e o accrescimo da massa tributável nas operações de intercambio, facto Em que, sobremaneira, focaliza e exalta a capacidade productora do povo piauhyense [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1924, p. 17).*

Em 1924, o Governador Luiz Ferreira apresenta uma nova situação financeira do Estado. Com a economia em ascensão - sendo que grande parte dos lucros adivinham da exportação dos gêneros vegetais piauiense, principalmente da cera de carnaúba – os cofres piauienses chegaram a obter quase cinquenta por cento a mais do valor orçado para tal ano. Sua arrecadação orçamentária atingiu assim a quantia de 3.332.614$753 mil contos de reis em um ano que, a previsão orçamentária foi de 2.450:000$000 mil reis e em 1925 a arrecadação foi ainda maior, chegando a 3.961:886$744 mil contos de reis em um orçamento de 2.655:000$000[5]. Por tanto no ano posterior a 1924 houve um aumento na arrecadação em 629:271$991 contos de reis.

Com uma "economia em alta" houve a implantação de novas obras de infraestrutura na cidade de Teresina, também foram retomadas as obras de desenvolvimento e melhorias no abastecimento de água e energia. Tal foi a retomada e realização de obras públicas que o Governador Luiz Ferreira afirma que, "de meado do anno passado a esta parte tem sido dada ás obras publicas estaduaes a maior amplitude. Acredito mesmo poder affirmar que nunca o Estado passou por phase tão intensa de progredimento " [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1924, p. 20).

Nesse ano de 1924, foi retomado a construção da Escola Normal que teve seu início em 1920 e estava parada desde 1922. Iniciou-se em 16 março a construção do prédio escolar Dr. Demonsthenes Avellino e deu-se continuidade ao ajardinamento da praça Marechal Deodoro[6]. Além dessas obras, foram empreendidas as reformas das repartições e prédios públicos, melhoria e desenvolvimento na rede de canalização e abastecimento de água, também houve

---

[5] Essas informações orçamentarias foram retiradas do quadro na página 13 da Mensagem de Governo do Piauí, apresentada à Câmara Legislativa pelo Governador Mathias Olympio de Melo o ano de 1928.

[6] A Praça Marechal Deodoro fica localizada no centro de Teresina em frente à Igreja da Nossa Senhora do Amparo. Essa praça também é conhecida por praça da bandeira.



ISSN 2447-7354

a substituição de 93 postes de madeira por postes de ferro e a mudança de 13.780 metros de fios, além da ampliação da rede de iluminação elétrica da Rua Eliseu Martins até a Av. Frei Serafim, sendo despedido 6.450 metros de fiação.

No ano de 1925, as obras públicas ficaram restritas a reforma de prédios públicos e a continuidade das obras do ano anterior nos prédios escolares e na Praça da Bandeira. Em 1926 é relatado pelo Governador Mathias Olympio, a conclusão de algumas das obras iniciadas em 1924, como a dos prédios escolares onde seriam implantadas: a Escola Normal e a escola Dr. Demonsthenes Avellino, além da conclusão do ajardinamento da Praça Marechal Deodoro. Também é ressaltado na mensagem de 1926 o processo de remodelação do Palácio do Karnak (atual sede do governo do Estado do Piauí). Tal empreendimento estava sendo realizado, pois o prédio que tinha sido recém-adquirido serviria de moradia para o Governador.



Além das melhorias no Karnak, foi realizado a demarcação de um terreno para a construção do campo de aviação "A pedido do exm. sr. dr. Ministro da Viação, mandou o Governo demarcar, ao norte desta cidade, um terreno de 900x900$^{m}$, destinado ao futuro campo de aviação, despendendo, nesse trabalho, Rs. 432$700." (sic) (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1926, p. 83). A marcação do terreno localizado na região norte da Capital, seria onde se construiria o aeroporto de Teresina no bairro conhecido atualmente como Aeroporto. Para mais, deu-se prosseguimento à revisão da rede de energia elétrica, onde se realizaram a substituição de mais de 117 postes de madeira.

Em 1927 e 1928 ainda no governo de Mathias Olympio as obras se limitaram às reformas em prédios e melhorias na rede de iluminação pública, onde "foram mudado do meio das ruas para os meios-fios dos passeios, 42 postes de ferro e três torres para transformadores, uma das quaes de madeira, sendo distendidos 9.180 metros de fios." (sic) (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1927, p. 52) tais mudanças dos postes para o meio-fio proporcionaram mobilidade nas vias públicas, esse procedimento ocasionou o embelezamento de tais ruas. No entanto, ocorrera a substituição e ampliação da fiação onde se foi utilizado para tal empreendimento mais de 9 km de fios. Além das mudanças ocasionadas pela revisão da rede de iluminação, houve as reformas do sistema de abastecimento de água. Em setembro de 1928 é inaugurada o sistema de clarificação da água canalizada.

Nos primeiros anos do governo do Governador João de Deus Pires Leal (1929), não houve indício de novas obras públicas, valendo-se somente às reformas de prédios públicos da capital. Na mensagem lida à Câmara Legislativa do Estado do Piauí, o Governador João de Deus trás o seguinte relato:

> *No que diz respeito propriamente a Obras Publicas, pouco tem sido possivel realizar, (...). Além dos concertos indispensaveis nos próprios estaduaes e pequenos auxílios a Intendencias Municipaes, para reparos de estradas, estes mandados diretamente pela Secretaria da Fazenda, há a registrar apenas o inicio da construcção da Penintenciaria desta capital, em execução do projecto organizados no governo do dr. João Luiz Ferreira [sic] (MENSAGEM DE GOVERNO DO PIAUÍ, 1930, p. 45, 46).*

Dos anos de 1927 a 1930, percebemos que não houveram obras públicas de grande expressividade, basicamente ficaram reduzidas às reformas de prédios municipais, revisões nos sistemas de energia e abastecimento de água, que por sinal era precário e limi-

ISSN 2447-7354

tado a uma pequena parte da população do centro da cidade, e ao início da construção da Penitenciária, dando continuidade ao projeto elaborado no governo de João Luiz Ferreira.

***Considerações finais***

Por tanto, percebemos que tanto nos anos inicias do século XX e nos anos finais da década de 20 até o ano de 1930, quase não foram registradas obras públicas, pelo menos é o que podemos perceber na análise das Mensagens de Governo referente ao determinado recorte temporal. Podemos observar tais feitos públicos, a partir de 1904, período em que foram realizados os empreendimentos iniciais no tocante ao abastecimento de água, energia e iluminação pública, obras essas que tomaram quase que exclusivamente, até mais ou menos a segunda década, o interesse do Estado.

Somente do início até um pouco mais da metade da segunda década, é que novas obras são implantas na Capital, como é o caso da construção de prédios escolares, ajardinamento da praça e remodelação do Karnak. Pelo menos essas são as informações contidas nas fontes que analisamos. Algumas outras obras tiveram início nesse período, mas elas foram realizadas por particulares e pela União.

Por tanto, ao pensar os relatos de desenvolvimento urbano - ou de melhorias no espaço urbano da capital – na concepção de espaço em Certeau, podemos perceber que tais relatos encontrados nas Mensagens de Governo deram sentido à capital, transformando Teresina em um espaço de práticas urbanas que modificaram o layout, o design e o cotidiano da Capital do Estado do Piauí. Segundo Michel de Certeau "Os relatos efetuam, portanto, um trabalho que, incessantemente, transforma lugares em espaços ou espaços em lugares" (CERTEAU, 1998, p. 203), ou seja, os relatos ficcionam, dão sentido a um lugar os transformando em espaço ou vice-versa.

Desse modo, as Mensagens de Governo transformam Teresina em um espaço praticado ao narrarem às obras realizadas, isto é, as obras públicas de melhorias urbanas ocorridas nesse determinado lugar, ou seja, Teresina. Sendo assim, Teresina deixa de ser um lugar, um sujeito anônimo, e passa a ser espaço na medida em que as construções estão sendo realizadas, modificando as configurações do lugar em que se encontra Teresina, ou seja, a torna um lugar praticado.

## REFERÊNCIAS


CERTEAU, Michel de. **Invenção do cotidiano: artes de fazer**. 3ª edição – EDITORA VOZES, São Paulo, Brasil, 1998.

JÚNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil**. 45º reimpr. – São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARTINS, Agenor de Sousa. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento.** 2. ed. – Teresina: Fundação CEPRO, 2002. 286 p. (Estudos Diversos, 33).

PIAUÍ, Governador, 1900 – 1904, (Arlindo Francisco Nogueira). **Mensagem: apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 1 de junho de 1903**. Teresina: Tip. do Piauí, 1903.

PIAUÍ, Governador, 1900 – 1904, (Arlindo Francisco Nogueira). **Mensagem: apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Arlindo Francisco Nogueira, em 1 de junho de 1904**. Teresina: Tip. do Piauí, 1904.

PIAUÍ, Governador, 1904 – 1907, (Álvaro de Assis Osório Mendes). Mensagem: apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Álvaro de




ISSN 2447-7354

Assis Osório Mendes, em 1 de junho de 1905. Teresina: Tip. do Piauí, 1905.

PIAUÍ, Governador, 1910 – 1912, (Antonino Freire da Silva). **Mensagem**: **apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Antonino Freire da Silva, em 1 de junho de 1911**. Teresina: Tip. do Piauí, 1911.

PIAUÍ, Governador, 1912 – 1916, (Miguel de Paiva Rosa). **Mensagem: apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Miguel de Paiva Rosa, em 1 de junho de 1914**. Teresina: Tip. do Piauí, 1914.

PIAUÍ, Governador, 1920 – 1923, (João Luiz Ferreira). **Mensagem: apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador João Luiz Ferreira, em 1 de junho de 1924**. Teresina: Tip. do Piauí, 1924.

PIAUÍ, Governador, 1924 – 1928, (Mathias Olympio de Mello). **Mensagem**: **apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Mathias Olympio de Mello, em 1 de junho de 1926**. Teresina: Tip. do Piauí, 1926.

PIAUÍ, Governador, 1924 – 1928, (Mathias Olympio de Mello). **Mensagem: apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador Mathias Olympio de Mello, em 1 de junho de 1927**. Teresina: Tip. do Piauí, 1927.

PIAUÍ, Governador, 1928 – 1930, (João de Deus Pires Leal). **Mensagem**: **apresentada à Câmara Legislativa do Piauí pelo governador João de Deus Pires Leal, em 1 de junho de 1930**. Teresina: Tip. do Piauí, 1930.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. **A importância da borracha de maniçoba na economia do Piauí**: 1900 – 1920. – 2. ed. – Teresina: FUNDAPI, 2006.



ISSN 2447-7354

# O HABITAR POSSÍVEL: Arquitetura popular na "Parnahyba dos Pobres" (1900-1920)

Alexandre Wellington dos Santos Silva[1]

**Resumo**
O presente artigo é parte de pesquisas ainda em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará. Objetivamos aqui contribuir para a discussão do espaço, arquitetura e da habitação dos pobres em Parnaíba-PI no início do século XX. Nosso intuito é colocar a população que vivia no entorno da cidade no centro da ação, narrativa e exercício da ocupação destes locais, onde as técnicas de construção aparecem como práticas possíveis de luta pela garantia da sobrevivência. O trabalho divide-se em três partes: a primeira discute a narrativa historiográfica parnaibana sobre o início do século XX. Além disso, apresenta o conceito de "trabalhador pobre" (LAPA, 1996, 2008; PESAVENTO, 1994), utilizado ao longo da pesquisa. A segunda parte examina aspectos do uso do espaço urbano pelos pobres, seus bairros, tipos de habitação e técnicas de construção (CARLOS, 2008; CORREA, 1989; DAMATTA, 1997; GÜNTER, 2005). A terceira parte traz a conclusão, apresentando os resultados da pesquisa e buscando refletir sobre as análises apresentadas.
***Palavras-chave***: Arquitetura popular, Pobreza, Trabalho.



**Resumen**
El presente artículo es parte de investigaciones aún en desarrollo en el Programa de Post-Graduación en Historia Social de la Universidad Federal de Ceará. Objetivamos aquí contribuir a la discusión del espacio, la arquitectura y la vivienda de los pobres en Parnaíba-PI a principios del siglo XX. Nuestra intención es colocar a la población que vivía en el entorno de la ciudad en el centro de la acción, narrativa y ejercicio de la ocupación de estos lugares, donde las técnicas de construcción aparecen como prácticas posibles de lucha por la garantía de la supervivencia. El trabajo se divide en tres partes: la primera discute la narrativa historiográfica parnaibana sobre el inicio del siglo XX. Además, presenta el concepto de "trabajador pobre" (LAPA, 1996, 2008, PESAVENTO, 1994), utilizado a lo largo de la investigación. La segunda parte examina aspectos del uso del espacio urbano por los pobres, sus barrios, tipos de vivienda y técnicas de construcción (CARLOS, 2008, CORREA, 1989; DAMATTA, 1997; GÜNTER, 2005). La tercera parte trae la conclusión, presentando los resultados de la investigación y buscando reflexionar sobre los análisis presentados.
***Palabras clave***: Arquitectura popular, Pobreza, Trabajo.

[1] Aluno do Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduado em Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Bolsista CAPES/CNPq. awss.phb@gmail.com

ISSN 2447-7354

### *Introdução*

A historiografia piauiense em geral, e a parnaibana em específico aponta como a "gênese do progresso" em Parnaíba o início do século XX. É nesse período que o setor de exportação consolidou-se nas principais praças europeias, através da comercialização de matérias primas oriundas do extrativismo vegetal. Estes superciclos de "exportação de maniçoba (1900-1915) e de cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu (1910-1950)" (MEDEIROS, 1995. p. 165), permitiram o contato dos comerciantes locais com centros internacionais, assim como a imigração de famílias estrangeiras para Parnaíba, a fim de administrarem firmas e facilitar o escoamento de mercadorias para seus países de origem.

A influência internacional durante o período é exemplificada pela historiografia parnaibana através da riqueza arquitetônica e econômica vivida pelas elites da cidade, e a constante busca desta em forjar no traçado urbano os seus interesses políticos, logísticos e socioculturais. Vieira (2010, p. 90) aponta essa que configuração sociohistórica "provocou o florescimento de seu perímetro urbano, com calçamentos nas principais ruas, construção de casarões e abertura de novos estabelecimentos comerciais". Na mesma linha de raciocínio, Gomes, Terto & Batista (2013. pp. 19-20), discorrem que "a junção de interesses estrangeiros, com os dos parnaibanos, ansiosos pelo progresso, fez surgir na cidade de Parnaíba uma sociedade que desejava o progresso". Sobre o início do século XX, Tajra & Filho (1995. p. 145), declara que "Parnaíba, que vivia o seu fastígio econômico, além de possuir as principais firmas de exportação e importação, passou a contar com indústrias de transformação dos produtos originários das atividades extrativistas". Tratando das características arquitetônicas, Mello (2012, p. 121) evidencia que "os setores economicamente dominantes da cidade, na primeira metade do século XX, no esforço por distinguir-se socialmente, utilizavam suas residências como símbolos de ascensão social".

O que apontamos é que essa ânsia pelo progresso e busca por melhoramentos no perímetro urbano, e em especial o do Centro da cidade, em uma proporção ajustada à realidade de Parnaíba, se restringia a um punhado de famílias que por meio do prestígio comercial, ascendiam a cargos de poder político no município, ficando distante desse "desejo" uma massa de dezenas de milhares de pessoas. Ou seja, a narrativa da modernidade e do progresso jamais ultrapassou os muros residenciais de arquitetura eclética, francesa, alemã ou portuguesa.

O resultado disso é a formação de uma oligarquia liberal, isto é, um momento histórico onde havia "a coexistência de uma Constituição liberal com práticas políticas oligárquicas" (REZENDE, 2017. p. 91). No Piauí, Bonfim & Júnior (1995, p. 51) analisam as relações desenvolvidas através do ciclo extrativista do começo do século XX e apontam que, "do ponto de vista político, esta fase da economia piauiense não trouxe grandes modificações na estrutura do poder". Esses potentados não romperam com a ordem de domínio produzida no regime escravagista/colonial, limitando a expansão de um mercado interno e mantendo relações de trabalho opressivas, pois "apesar de abolida a escravidão, as relações de trabalho não assumem caráter de relações contratuais, mas são ao mesmo tempo relações de dominação social e política" (MEDEIROS, 1995. p. 165).

Por essa configuração, a pobreza era hegemônica na cidade. Em 1920, 3.687 pessoas sobreviviam através da "exploração do solo", como agricultura, criação, caça e pesca. Acima desse número,



ISSN 2447-7354

somente a quantia dos "diversos", isto é, pessoas que vivem ou de suas rendas, ou do trabalho doméstico e de "profissões não declaradas ou sem profissão" (BRASIL, 1930. p. 404-405). São 16.856 indivíduos que figuram nessa categoria. Se somados, chegamos a cifra de 20.543 pessoas, sem contar com trabalhadores portuários, comerciários, operários de diversas origens e setores do poder público que recebiam pouca ou quase nenhum subsídio estadual ou da municipalidade, como o caso dos professores públicos e policiais. A cidade nessa época contava com 24.152 habitantes, o que nos permite vislumbrar as diferenças socioeconômicas e os limites de uma possível *Belle Époque* em parnaibana.

Chamaremos de "trabalhadores pobres" a população livre que vivia do da própria força de trabalho sem ocupações fixas, subsistindo entre um mercado de trabalho não-oficial e flutuante, a pequena plantação combinada da criação de animais, e os pequenos crimes. É o pobre que "trabalha, mantendo-se e aos seus, com parcimônia. Não lhe sobra para aforro (...). Nesses casos, trata-se de pessoas que nem sempre trabalham ou que o fazem de maneira esporádica" (LAPA, 2008. p. 31), ou os que "desempenham as tarefas menos qualificadas e podem engajar-se ou não no mercado formal de trabalho. (...) são 'avulsos', *free-lancers*, que vivem de 'expedientes', biscates, pequenas tarefas" (PESAVENTO, 1994. p. 11). Em suas memórias, Renato Castelo Branco (1981. p. 20-21) relembra que estes trabalhadores pobres em Parnaíba eram "as lavadeiras, os meninos de recado, os carregadores de água e de lenha, os catraieiros, os estivadores, os vareiros, os ladrões de galinha, os mendigos e as prostitutas". Assim, percebemos que no perímetro marginal da cidade localizavam-se os pobres, e concordamos com Carlos (2008, p. 54), quando esta declara que "o tipo, local tamanho e forma de moradia vão depender e expressar o modo como cada indivíduo se insere dentro do processo de produção material geral da sociedade".

Tal configuração já é suficiente para que no início do século XX, esta população esmagadoramente maior que a elite local fosse considerada como uma "classe perigosa", constantemente vigiada e apreendida pela repressão, higienizada pelas novas práticas de saúde, e distanciada das instâncias de poder administrativo oficial. É essa população que, empurrada cada vez mais para os arrabaldes do município, distantes dos projetos arquitetônicos e higiênicos vindos da Europa, desenvolve formas de habitação peculiares e correlatas com as condições materiais existentes naquelas regiões.



### *Desenvolvimento*

Para nossa investigação, analisamos a arquitetura popular constituída nos arrabaldes da cidade de Parnaíba, região que chamaremos de *Parnahyba dos Pobres*, materializando a existência de uma dupla cidade: a visível, saneada, embelezada, e a invisível, o inverso da primeira e oposta "à cidade racional, civilizada que é proposta pela emergência capitalista" (LAPA, 1996. p. 124). É também conhecida como *arquitetura vernacular* embora o termo tenha sentido pejorativo, significando etimologicamente "escravo, bobo, patife e velhaco". Por isso, "o qualificativo está sempre mal empregado quando aplicado à arquitetura". Por conta disso, utilizamos o termo *arquitetura popular*, indicando "aquela que é própria do povo e por ele é realizada" (GÜNTER, 2005. p. XL-XLI).

Essa *Parnahyba dos Pobres* se construía no traçado "racional" da cidade em quatro bairros, segundo o artigo 04 da lei n. 120 de 1913: "ficam considerados

ISSN 2447-7354

como zona suburbana os bairros Corôa, Tucuns e Campos bem como o restante do bairro Nova Parnahyba" (DIARIO DO PIAUHY. 09/06/1914. p. 04). Além destes, É discriminado em 1910 o bairro "Olaria ou Quarenta" (SEMANA. 25/09/1910. p. 03). Branco (1981. p. 20) relata em suas memórias que estes bairros formavam "uma enorme cinta de palhoças e casebres, onde as ruas não eram calçadas, não havia jardins nem praças arborizadas, e onde os fios elétricos não chegavam". Nossa hipótese é que estes espaços foram ocupados historicamente pelas camadas populares da sociedade, onde a tomada do território dos arrabaldes se dá pela necessidade de garantir mínimas condições para reprodução da existência, como indica CORRÊA (1989, p. 30):

*"a produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (...) Resistência e sobrevivência que se traduzem na apropriação de terrenos usualmente inadequados para os outros agentes de produção do espaço (...)".*

Para nossa investigação, analisamos a nomenclatura de alguns dos bairros citados através do livro "Cada Rua – Sua História", de Caio Passos (1982), onde o autor registra impressões e dados históricos da formação dos bairros da cidade. É nele onde verificamos que "as ruas expressam claramente as características físicas do lugar" (SOUZA, 2001. p. 138), e os bairros, as particularidades gerais de determinada região. Em Parnaíba, tal realidade se modifica com o avanço do projeto da modernidade, onde os nomes são "saneados", e passam a ratificar o poderio ideológico das elites, ou de instituições de prestígio social.

Sobre o bairro Olaria, também conhecido como Quarenta, Passos (idem, p. 33) nos informa que "no inverno tornava-se um igarapé. A canoa vinha até a esquina da atual Praça Cel. Constantino Correia. Era habitada por gente pobre, em verdadeiro labirinto de casebres". A origem do seu nome - Quarenta - se dá por conta de uma prostituta "mulata, de idade já avançada, gorda e baixa", que oferecia sua filha aos homens que passavam perto por quarenta reais. Supomos que a outra nomenclatura atribuída ao local – Olaria – se deva a empreendimentos cerâmicos situados na região, em decorrência das propriedades oferecidas por um solo argiloso, formado a partir das constantes cheias do Igaraçu.

Já o bairro da Coroa recebe esse nome por conta "das 'coroas' do rio, espécie de minúsculas ilhas, formadas ao leito do Igaraçu, quando diminui a sua correnteza" (idem, p. 25). As enchentes eram constantes nessa localidade, sendo as casas arrastadas periodicamente pela força das águas. O Geógrafo Eliseé Réclus (1900, p.169), navegando pelo Rio Igaraçu, observa que "as casas erguem-se na margem direita d 'um braço do delta chamado Iguarassú, num terreno humido de alluviões, onde a acclimação não se faz sem perigo".

O bairro dos Tucuns é definido por Passos como "um povoamento que nascia dentro da mata, em busca de um novo horizonte (...). Ali moravam as famílias que faziam do rio o seu 'tesouro encantado'. Eram vareiros, canoeiros e pescadores". (idem, p. 45). Em todos estes casos, o registro dos "casebres" se repetem. A utilização deste material para a construção das habitações: "o homem, este aventureiro audaz, começou a fazer às margens do Igaraçu, as suas casas de barro batido, cobertas de palhas". Em Teresina, a mesma situação era percebida. Araújo (1995, p. 51) aponta que a morada dos pobres "era feita de taipa, coberta de palhas, com porta de talos de buriti ou carnaúba.



ISSN 2447-7354

Nelas habitavam, dentre outros, os trabalhadores ambulantes, misturados aos ladrões e às vítimas da prostituição".

No ano de 1939, uma "casa de caboclo nordestino" é registrada nas páginas da Revista carioca O Malho (08/1939. p. 17). Nela, percebemos a cobertura feita de palha, possivelmente das palmáceas existentes na região, sendo suas paredes erigidas com barro batido. Essa técnica de construção, conhecida como *taipa de mão*, vinculada a uma estrutura de pau-a-pique, consiste em "amassar o barro molhado com os pés, as mãos ou outro meio, como patas de animais, até adquirir a devida consistência, quanto então o barro é pressionado para dentro das frestas com a mão". (GÜNTER, 2005. p. 262).

Figura 1: Habitação popular em Parnaíba

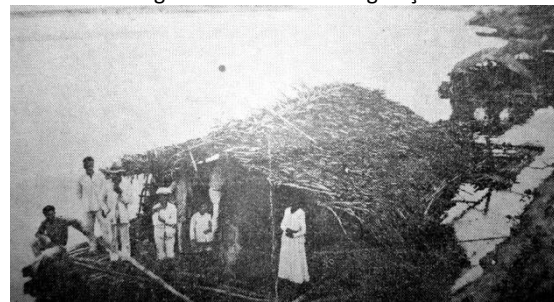
Fonte: O Malho. Rio de Janeiro-RJ. 08/1939, p. 17.

A datação da fotografia, que avança o recorte temporal em que nos debruçamos, tem por função demonstrar a continuidade das práticas de arquitetura popular, e trabalhar com mecanismos de registro que tiveram o uso ampliado a partir de determinado período, como a fotografia. Dessa forma, avançamos ou retrocedemos nos marcos históricos trabalhados "sempre que o esclarecimento de fatos e ocorrências dependa de seus antecedentes e seus desdobramentos" (MARTINS, 1992. p. 19).

O interior das habitações faz parte, também, dos debates em torno da arquitetura popular na Parnaíba do início do século XX. Discursando aos operários da cidade em 1920, Lima Rebello (1921, p. 49) destaca parte de sua análise para a casa dos trabalhadores da cidade: "não ha um movel. Os apparelhos culinarios andam pelo chão, ao alcance dos cães e outros animaes domesticos". Roberto DaMatta (1997, p. 91-92) lembra que para o ideário da modernidade, "é um sinal de pobreza (e mesmo de indigência social) residir em um espaço indiferenciado interna ou externamente, pois quem reside assim está certamente sujeito a confusões e misturas, sinal de alta inferioridade social", e que "casas de um só cômodo podem levar ao que chamamos de 'bagunça' ou estado típico de 'sujeira' ou confusão social".

Outra modalidade de habitação popular presente em Parnaíba eram as balsas. Günter (2005, p. 68) indica que

> *"essas barcaças se destinavam ao transporte de mercadorias entre vilas e cidades ribeirinhas. Por serem de boa resistência (...), as barcaças maiores podiam carregar várias toneladas de carga ao mesmo tempo em que serviam de moradia para as famílias dos barqueiros".*

Figura 2: Balsas no Rio Igaraçu

Fonte: BRANCO. 1942, p. 03

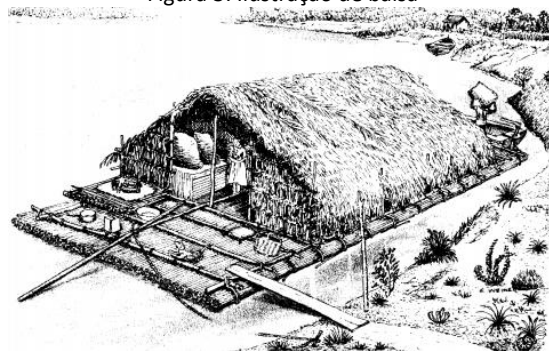
Na fotografia acima, Renato Castelo Branco a denomina de "verdadeira palhoça fluctuante" (idem), indicando assim seu caráter habitacional. Não há motivos para crer que esta forma de habitação tenha surgido no ano de edição do livro, sendo uma prática repas-



ISSN 2447-7354

sada historicamente pelos que sobreviviam sob duras condições na cidade de Parnaíba. Podemos ver ainda na fotografia uma mulher, três crianças e três homens. Atrás da popa, um reboque, possivelmente instalado para carregar as mercadorias. Seu teto de palha protegia os embarcadiços do frio e das tempestades, garantindo ínfimas condições de trabalho.

Percebemos a semelhança das balsas de Parnaíba, presentes no livro de Renato Castelo Branco, e a ilustrada por Weimer Günter.

Figura 3: Ilustração de balsa

Fonte: GÜNTER. 2005, p. 68.

De acordo este autor (idem, p. 67), as balsas são confeccionadas com talos de buriti, "amarrados com cordas coroá em varas transversais superiores que mantinham a integridade da estrutura". No teto, "a cumeeira tinha pouco mais que a altura de um homem em pé, e as paredes laterais, em torno de 50 centímetros". Tal configuração mostra o vínculo entre a habitação possível e o trabalho, realidade que se articula também com os outros modelos apresentados neste trabalho.

### *Conclusão*

Tentamos apontar aqui que a tradição historiográfica que constrói a narrativa de Parnaíba do início do século XX dedicou-se a analisar o desenvolvimento socioeconômico pelo prisma da modernidade, onde as construções arquitetônicas, as medidas de embelezamento do perímetro urbano, a instalação e desenvolvimento de órgãos públicos ou empreendimentos particulares realizados por uma pequena parcela da população significaria automaticamente o "progresso" da cidade.

Ao situarmos os pobres em uma posição não-passiva, forjando seus espaços, costumes e cotidiano, é possível vislumbrar as consequências do processo de modernização da cidade para os que margeavam geográfica e sociopoliticamente a cidade, processo este que não levou em consideração os anseios, as dificuldades e as práticas destas populações, mas apenas os desejos de ordenamento urbano das elites locais.

Apesar do ordenamento econômico que estruturava e era estruturado pelas classes abastadas em Parnaíba (que sobreviviam por meio de frágeis vínculos de dependência econômica internacional), a ação e o repertório de sobrevivência das camadas populares mostra certa autonomia diante do que se é imposto pelo ideário da modernidade, percebida dentro de um *materialismo sociológico*, "que se propõe a tomar a própria mudança como elemento constitutivo da vida material, sendo a noção de ação e de forças agentes as principais" (FERREIRA, 2007. p. 45), onde a arquitetura popular apresenta-se como uma das diversas ferramentas no permanente empenho pela manutenção e reprodução da existência.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno de. **Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BONFIM, Washington Luís de Sousa & JÚNIOR, Raimundo Batista dos Santos. *Formação Política*. In: **Piauí: Forma-**



ISSN 2447-7354

**ção – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

BRANCO, Renato Castelo. **A Civilização do Couro**. Teresina: D.E.I.P., 1942.

___________. **Tomei um Ita no Norte**. São Paulo: L R Editores Ltda, 1981.

BRASIL: Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio. **Recenseamento do Brazil: População do Brazil, por Estados e Municipios, segundo o sexo, a nacionalidade a idade e as profissões**. Tomo II, vol IV - 5° parte. Rio de Janeiro: Typ da Estatistica, 1930.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8ed. São Paulo: Contexto, 2008.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Herois: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 1997.

DIARIO DO PIAUHY (Jornal). Teresina-PI, 1914.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro, 2007.

GÜNTER, Weimer. **Arquitetura popular brasileira**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

GOMES, Jennyfer Teles; TERTO, Lyvia Maria de Aguiar & BATISTA, Jaqueline Feitosa. *A moderna Parnaíba no início do século XX*. In: **História de Parnaíba - cultura, patrimônio, preservação e educação**. Parnaíba: Circulando, 2013.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A Cidade: Os Cantos e os Antros**. São: Paulo, Edusp, 1996.

___________. **Os excluídos: Contribuição à história da pobreza no Brasil (1850-1930)**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio - vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MEDEIROS, José Antonio. *Movimentos Sociais*. In: **Piauí: Formação - Desenvolvimento - Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.

MELLO, Neuza Brito de Arêa Leão. **O Ecletismo parnaibano: hibridismo e tradição cultural na paisagem da cidade na primeira metade do século XX**. Teresina: EDUFPI, 2012.

O MALHO (Revista). Rio de Janeiro-RJ. 1939.

PASSOS, Caio. **Cada rua sua história**. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Os pobres da cidade: vida e trabalho (1880-1920)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994.

REBELLO, Lima. *Conferencia aos operarios de Parnahyba*. In: **ACP pró-Piauhy: Campanha econômica promovida pela Associação Comercial de Parnahyba**. Belém: Tipografia da livraria Gillet, 1921.

RÉCLUS, Elisée. **Estados Unidos do Brazil - Geographia, Ethnographia, Estatistica**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1900.

REZENDE, Maria Efigênia Lage de. *O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico*. In: **O Brasil Republicano: o tempo do liberalismo excludente – da Proclamação da República à Revolução de 1930**. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

SEMANA (Jornal). Parnaíba-PI. 1910.

SOUZA, Celia Ferraz de. *O sentido das palavras nas ruas da cidade. Entre as práticas populares e o poder do Estado (ou público)*. In: **Palavras da cidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2001.



ISSN 2447-7354

TAJRA, Elias de Jesus & FILHO, Elias de Jesus Tajra. *O Comércio e a Indústria no Piauí*. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.
TAJRA, Elias de Jesus & FILHO, Elias de Jesus Tajra. *O Comércio e a Indústria no Piauí*. In: **Piauí: Formação – Desenvolvimento – Perspectiva**. Teresina: Halley, 1995.
VIEIRA, Lêda Rodrigues. **Caminhos de ferro: a ferrovia e a cidade de Parnaíba, 1916-1960**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Teresina, 2010.



ISSN 2447-7354

# CASTELO BRANCO, Anfrísio Neto Lobão. Abelheiras: trezentos anos de história. Teresina: Halley, 2008. 143 pág.

Márcio Douglas de Carvalho e Silva[1]

"Abelheiras: trezentos anos de história" é uma obra publicada pelo médico e escritor Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco no ano de 2008 numa tiragem de 500 exemplares em comemoração aos trezentos anos de existência da fazenda histórica Abelheiras. O livro enfoca em grande parte a formação histórica, política, econômica e social da Casa da Torre na Bahia que acabou levando a implantação da fazenda Abelheiras na região norte do Estado do Piauí entre 1697 e 1708 por Garcia D'Ávila Pereira.

O livro está dividido em três partes principais: a primeira intitulada "Casa da Torre" narra a formação genealógica da família Ávila, e as gerações seguintes, dando enfoque para o poder concentrado na Casa da Torre na Bahia, o seu processo de expansão sertão adentro, até a implantação da fazenda Abelheiras. Na segunda parte "A casa de São Domingos" Anfrísio Lobão, continua mostrando as gerações que deram prosseguimento e desenvolveram Abelheiras, agora subordinada a Casa de São Domingos. Na última, "Tempos Modernos" o autor aborda a situação atual da fazenda e o seu processo de divisão entre os herdeiros.



No decorrer dos capítulos que na sua maioria são intitulados com o nome dos descendentes da família Ávila, é perceptível que Anfrísio Lobão faz uso de uma demanda diversificadas de documentos como fotografias atuais das ruínas da Casa da Torre e das fazendas que se originaram de Abelheiras, além de fotos que se remetem a épocas mais distantes: de lugares, dos proprietários e descendentes que de alguma forma estiveram envolvidos com Abelheiras. Faz uso também da primeira Carta geográfica da Capitania do Piauí, onde já aparece a fazenda que é foco de retrato do livro, além dessas imagens, traz mapas da fazenda e fotografias de suas dependências internas atuais.

É claro na leitura que o autor fez uso de muitas fontes escritas, entre eles está o translado de escritura da venda de Abelheiras em 1839 do Visconde de Pirajá, um dos últimos a governar a Casa da Torre a Jacob Manoel de Almendra. Também é possível encontrar no interior do livro, a árvore genealógica da família Ávila, assim como a lista dos descendentes da família Castelo Branco.

O livro não se estende muito em número de páginas, somando 143 no total. As fotografias em uma grande parte ocupam uma considerada porcentagem do corpo do livro envolvendo páginas completas. A linguagem usada pelo autor é bem clara, mesmo com a enorme quantidade de nomes de descendentes, seus idílios e resultados, não causa maiores conflitos no entendimento da obra.

---

[1] Mestrando em Antropologia-UFPI, Especialista em História e Cultura Afro-Brasileira e Africana-UESPI, Licenciado em História UESPI. E-mail: conectadonomarcio@hotmail.com

ISSN 2447-7354

Na primeira parte do livro, Anfrísio Lobão se remete a apresentar ao leitor a formação histórica que levou ao surgimento da Casa da Torre na Bahia, tendo como fonte principal para essa contextualização a família Ávila, desde Garcia D'Ávila, o pioneiro no processo de centralização do poder e expansão territorial da Casa da Torre, que para Anfrísio é onde "a história de Abelheiras começa" até o coronel Joaquim Pires de Albuquerque, o Visconde de Pirajá este herdeiro indireto do patrimônio que tinha sede na Bahia.

Todos os capítulos dessa primeira parte são intitulados com o nome dos governantes da Casa da Torre na sucessão hereditária, trazendo em forma de subtítulo o que mais caracterizava cada um desses personagens, assim como no decorrer do texto todos os feitos realizados pelos mesmos. São quase dez gerações que o poder da Casa da Torre esteve nas mãos dos Ávila.

No transcorrer do tempo os governantes dessa família expandiram os limites da Casa da Torre em praticamente todo o Nordeste do Brasil chegando até o Piauí, onde além de Abelheiras também foram implantadas outras fazendas. Ao longo desse período, para expandir e manter os domínios de Casa da Torre, os progenitores enfrentaram batalhas contra os nativos, jesuítas e posseiros.

O autor faz uma grande contextualização histórica geral do Brasil, desde a chegada da Família Real até as lutas pela consolidação da independência na Bahia e no Piauí, com o objetivo de relacionar a história dos herdeiros da Casa da Torre à importância política, econômica e social que a família Ávila exercia na Bahia e em outras regiões do Brasil, e também o declínio da Casa da Torre, causado pela disputa constante dos seus limites com posseiros e as desavenças internas que ocorrem na família Ávila.



O translado de escritura da compra de Abelheiras por Jacob Manoel de Almendra abre a segunda parte do livro, que como a primeira, trata logo de detalhar as gerações que tem relação com a história de Abelheiras. É nesse ambiente que em 1839 a antiga fazenda deixa de ser domínio da Casa da Torre e passa a fazer parte das posses da Casa de São Domingos, que reunia um grande número de fazendas no Piauí.

É dentro dessa nova administração que a sede da fazenda, existente até hoje, é construída, provavelmente em 1842, explica Anfrísio Lobão, baseado em objetos encontrados no casarão. As demais informações se debruçam a continuidade da prole dos Almendra, e os seus casos pessoais.

Pouco há de fato sobre a fazenda em si, somente os acontecimentos familiares que se sucederam ao longo dos anos são relatados, além de fazer uma contextualização da transferência da capital de Oeiras para Teresina, onde Jacob de Almendra usando sua força política contribuiu para o feito.

As descrições finais dessa segunda parte se voltam para Lina Leonor de Almendra Freitas, que esteve na administração do patrimônio de sua família, e no seu testamento final deixou explícito o seu amor por Abelheiras e pediu que a mesma fosse conservada.

No percurso de 80 anos (1918 a 1998), Anfrisio Lobão traça os grandes acontecimentos que marcaram o trajeto da história de Abelheiras já dentro do seu terceiro século de existência, os enlaces que levaram a família Almendra à Castelo Branco,

e a decadência de Abelheiras, que teve seu tamanho original reduzido drasticamente, a divisão entre os herdeiros da família Castelo Branco e o surgimento de novas fazendas como a Abelheirinha, Alto da Cruz, Santa Alice, entre outras. Poesias também complementam a descrição de Abelheiras, uma delas da escritora campo-maiorense Marion Saraiva. Abelheiras por muito tempo, mesmo após ser dividida, ficou servindo de reduto da família Gayoso Castelo Branco, porém aos poucos foi sendo esquecida pelos condôminos da mesma, hoje é preservada por Anfrisio Lobão Castelo Branco que procura manter os traços históricos e artísticos da fazenda.

É inegável o valor histórico, cultural, e arqueológico que Abelheiras possui. A mesma foi fundada antes mesmo do próprio Piauí, e está inserida na contextualização da história da colonização, povoamento e desenvolvimento do Piauí e do Brasil.

Ao dedicar a escrever um livro para celebrar os 300 anos de sua fazenda, Anfrisio Lobão elegeu talvez um objetivo, que era contar a história de Abelheiras, e faz isso de forma detalhada. A contextualização é minuciosa assim como a descrição dos casamentos e da vida pessoal de todos que de alguma forma estiveram sua trajetória entrelaçada com a história de Abelheiras.

Em linhas gerais, o livro traz informações importantes para qualquer pessoa que seja interessada em conhecer um pouco da história do Piauí, de Abelheiras e principalmente das grandes famílias que tiveram posse da fazenda. Leitura fácil, bem dinamizada com fotografias e bastante contextualizada.

Abelheiras é história viva e deve não ser lembrada apenas na obra do seu proprietário, mas também ser visitada e mais estudada, pois a mesma é um local que ainda guarda muitos segredos que contam não só a sua história, mas também a nossa.



ISSN 2447-7354

# OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. Catingueiros da Borracha: Vida de maniçobeiro no sudeste do Piauí 1900-1960. São Raimundo Nonato-PI: FUMDHAM, 2014. 144 p.

Denilson de Castro Pereira Santana[1]

Ana Stela de Negreiros Oliveira, nascida e residente em São Raimundo Nonato-PI, é doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco desde 2007. Tendo tido o privilégio de nascer em uma região tão rica culturalmente, como o sertão do Piauí, Ana Stela sabe retratar bem as histórias que ecoam em sua cidade. Em sua dissertação de mestrado, a historiadora abordou a exploração de maniçoba na região sudeste do seu estado, abrangendo grande parte do território do atual Parque Nacional da Serra da Capivara entre os anos 1900 e 1960, dividida assim em duas fases, sendo a segunda delas iniciada em 1940. Em 2014, Ana Stela lança o livro "Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900-1960", como resultado da pesquisa que teria desenvolvido. Contendo três capítulos, o livro é um dos destaques da história de transformação social do sudeste piauiense.



Em meio a períodos de secas prolongadas, os municípios do sudeste do Piauí conseguiram manter seu desenvolvimento progressivo por meio da extração do látex de maniçoba, para a produção e comercialização da borracha. Para que tal constatação seja sustentada, Ana Stela começa o primeiro capítulo se apoiando em registros fotográficos e escritos dos dois séculos anteriores ao atual para traçar uma linha, desde a colonização de seus territórios até o estabelecimento dos municípios. Para isso, ela dá ênfase na substituição do perfil populacional, que acarretou pela expulsão de grupos étnicos nativos. Nota-se então que a atividade extrativista moldou de maneira gradativa a economia da região. À medida que a atividade ganhava força, os locais adquiriam ascensão social, tendo sua categoria de lugar elevada, ou, ao contrário, conforme a atividade se fragmentava, tais categorias sofriam um declínio, ocasionado pela desintegração econômica. Apesar dos maniçobais já se fazerem presentes em abundância nessas regiões bem antes da mudança do cenário social, a autora busca justificar que sua exploração se intensificou a partir do fim do século XIX devido ao aprimoramento das técnicas de extração do látex. Portanto, com base nas fontes orais recolhidas por Stela, é possível compreender que a região sudeste do Piauí conseguiu se destacar na atividade extrativista devido à confluência que os trabalhadores fizeram entre o aprimoramento das técnicas e o aproveitamento das plantas nativas, que são destacadas no livro por possuírem tanto uma maior durabilidade como, principalmente, qualidade. O crescente interesse em

[1] Graduando do II Período do Curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Estadual do Piauí-UESPI, Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: denilsoncpereiras@gmail.com

ISSN 2447-7354

ocupar as áreas devolutas, para a produção de maniçoba, gerou adversidades entre os maniçobeiros. Com isso, são evidenciados na conclusão do primeiro capítulo os constantes conflitos ocorridos no cenário econômico da transição para o século XX, e, em consequência, as medidas governamentais adotadas a respeito.

No capítulo seguinte, intitulado de "Os Caminhos dos Maniçobeiros", Ana Stela explica como eram estabelecidos os caminhos de passagem dos trabalhadores. Entendese que existia uma concessão clara, estabelecida entre os próprios maniçobeiros, de que cada grupo deveria respeitar a área alheia, percorrendo assim, apenas os caminhos estabelecidos para si. Os relatos orais de pessoas que trabalharam na atividade de extração no século passado contribuem para um levantamento mais preciso de como os caminhos eram estipulados, além das diferentes finalidades entre eles. Relacionando tais relatos com os vestígios arqueológicos coletados em campo, Stela apresenta ao leitor a visão do cotidiano extrativista existente nas duas fases do comércio da maniçoba, destacando seus contrastes. Percebe-se então o quão deplorável eram os locais de estabelecimento desses trabalhadores, pois não possuíam as mínimas condições de infraestrutura, incongruente ao nível de dedicação que os mesmos atribuíam à atividade.

Ainda em tal análise, a autora, enfocando nas fontes arqueológicas, propicia o leitor a entender, através da descrição dos utensílios de trabalho, como eram realizadas determinadas técnicas de extração de látex. As estruturas dos caminhos de comércio também são apresentadas no capítulo dois, demonstrando também as suas precariedades, bem como as dificuldades externas enfrentadas pelos maniçobeiros na realização de tal comércio.



No último capítulo do livro, Ana Stela discorre, a princípio, acerca das migrações que resultaram no quadro de trabalhadores presentes no sudeste do Piauí, do início do século XX. Os motivos de migrações, a rotina estabelecida, os conflitos existentes, entre outros fatores, moldam o perfil maniçobeiro estabelecido ali. É inequívoco constatar, através dos relatos orais preenchidos por sentimentos marcantes ligados à memória, o quanto a vida daquelas pessoas em todas as faixas etárias era uma constante luta de sobrevivência. Entretanto, nota-se ainda a presença de manifestações culturais que amenizavam o duro dia a dia de tal povo.

O livro de Ana Stela, ao evidenciar os aspectos mais tocantes do cotidiano dos maniçobeiros do sudeste piauiense, consegue se destacar de qualquer outra obra que trate de tal tema. Isso se dá pelo fato de ela se apegar ao aspecto humanitário desses trabalhadores. Mais do que números, mais do que descrição de técnicas de trabalho, e mais do que economia, Ana Stela de Negreiros Oliveira retrata a vida de seres humanos.

São esses seres humanos que, levando vidas maquinárias, construíram boa parte da história do Piauí. Estudantes, professores e comunidade em geral precisam conhecer a história de vida dessa gente, pois, antes de ser uma história detalhada dos processos de instalação e produção de maniçoba nessa região, o livro "Catingueiros da Borracha: Vida de Maniçobeiro no Sudeste do Piauí 1900-1960" é uma história de coragem.

ISSN 2447-7354

# SILVA, Josenias dos Santos. Parnaíba e o avesso da *belle époque*: cotidiano e pobreza (1930-1950). Teresina: Universidade Federal do Piauí. Dissertação de Mestrado em História, 2012. 121 págs.

Messias Araújo Cardozo[1]

A importância do trabalho do professor Josenias para a história social de Parnaíba-PI é de difícil mensuração. A presente resenha de sua dissertação – ainda não publicada por motivos desconhecidos – busca instigar o leitor a ir direto à obra, sem intermediários. Escrita em três capítulos, o autor problematiza o período (1930-1950) da chamada "bela época", analisando os discursos sobre este tempo "áureo", sobretudo para a elite comercial enriquecida com a abertura econômica do extrativismo vegetal para exportação internacional, porém, focalizando os pobres que à margem da bela época, continuavam numa condição temporal sócio-econômica feia.



O capítulo um: "A CIDADE – Parnahyba Norte do Brasil" (SILVA, 2012, p. 17), que busca "[...] contextualizar historicamente a cidade de Parnaíba, situando mais especificamente o recorte tomado para a pesquisa" (SILVA, 2012, p. 15) é um texto legítimo do que poderíamos inserir dentro de uma história econômica e social. A marca principal é a mudança da economia pecuarista para o ciclo do extrativismo vegetal que foi decisivo segundo o autor para a integração econômica da cidade de Parnaíba (principal centro difusor por causa do uso do Rio Parnaíba), pois "o extrativismo vegetal deu novo sentido a economia piauiense a partir do uso efetivo do rio Parnaíba [...]" (SILVA, 2012, p. 19).

Entretanto, mais importante que esta mudança na base econômica que "[...] propiciou a entrada do Piauí na dinâmica das trocas materiais e simbólicas da modernidade" (SILVA, 2012, p. 25) foram às modificações sociais na superestrutura, como a navegação a vapor e o telégrafo, símbolos da modernização social e urbana. Era a *pax burguesa* das elites comerciais emergentes, as principais beneficiadas com a integração econômica em curso.

No tempo do progresso as coisas eram assim: "Para a elite econômica parnaibana, principalmente a partir da segunda década do século XX, as palavras 'moderno' e 'progresso' se tornaram verdadeiro fetiche [...]" (SILVA, 2012, p. 28). A modernidade enfeitiçara, entretanto, o autor salienta que a despeito das mudanças em curso desde fins dos oitocentos, "de fato, somente a partir da década de

[1] Graduado em Licenciatura Plena em História da UESPI (Campus Alexandre Alves de Oliveira, 2016), foi bolsista do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES, subprojeto de História). E-mail: messias.histsocial@gmail.com

1930 é que Parnaíba sofreria mudanças substanciais em sua configuração urbana e arquitetônica" (SILVA, 2012, p. 30).

A Rua Grande e a Praça da Graça são símbolos das transformações arquitetônicas em curso, baseadas no novo ciclo econômico. Os novos hábitos, como o uso do "summer jacket", "perfume francês", a música transitando entre a "polca e a valsa" davam a tônica dos bailes realizados no Cassino 24 de Janeiro, onde o "sereno" (espaço de fora do local mas que permitia ver o interior) era uma "janela para a vida social parnaibana" (SILVA, 2012, p. 38). O carnaval no cassino também se fazia sob a égide do protagonismo da elite. O cinema também refletia os espaços demarcados socialmente, com os camarotes para os Campos Veras e Mendonças Clark[2]. "Frequentar o cinema era *chic*" (SILVA, 2012, p. 41).

A despeito da forte influência da cultura britânica (como a presença da Casa Inglesa pode atestar), do whisky bebido nos sobrados e terraços, o revés da belle époque logo é desvendado pelo historiador, afinal: "Para o grosso da população o 'espetáculo' da belle époque praticamente não existiu" (SILVA, 2012, p. 44). Modernidade para os pobres da cidade "[...] foi muitas vezes apenas uma vaga notícia" (SILVA, 2012, p. 45). Não passou por lá...

Os estivadores e vigiais das casas de taipa dos bairros invadidos pela modernidade como o bairro Nova Parnaíba foram deslocados para as zonas periféricas. Não é contraditório? Todavia, o historiador diz: "Quero afirmar com isso que a produção da realidade é (e dever ser) contraditória" (SILVA, 2012, p. 45). Centro e margem, riqueza e pobreza, o historiador trabalha com maestria esta tensão dialética própria do processo histórico analisado.



No capítulo dois: "A VIDA - (sobre) vivências no cais e outras artes" (SILVA, 2012, p. 47), o historiador utilizando fontes variadas, da literatura aos memorialistas assim como análise iconográfica, narra as condições de vida dos "trabalhadores do rio" como ele mesmo nomeia a massa de estivadores, vareiros e etc., "[...] sondando o cotidiano do trabalho e do lazer no esplendor econômico da belle époque parnaibana; mais especificamente as relações entre o trabalho e a 'vida noturna', entre o movimento do cais e o da cama" (SILVA, 2012, p. 48).

Os trabalhadores do rio são compreendidos para além da dimensão unicamente material. Os trabalhadores da estiva, os vareiros, carregadores de água, na faina diária contra o Parnaíba são apreendidos em sua experiência cotidiana vivida à margem do fausto econômico (SILVA, 2012, p. 60). As meninas trabalhadoras na lavagem de roupas (muitas vezes para as famílias abastadas) também são capturadas pelo historiador assim como a algazarra juvenil dos jovens se refrescando no Parnaíba nos dias de calor.

À nossa análise, é na compreensão dos biscates, porcos d´água e mata-cachorros que reside o grande mérito do capítulo, aquilo que é singular nessa grande contribuição a história social de Parnaíba. "A paisagem e o barulho característico do cais mudavam drasticamente com a chegada da noite" (SILVA, 2012, p. 66), e a noite do cais, onde os trabalhadores do rio são apreendidos em seu lazer noturno, afinal "[...] o que nos interessa aqui é a noite enquanto lugar consagrado

[2] As famílias abastadas da cidade de Parnaíba-PI do período, que gozavam de prestígio social.

ISSN 2447-7354

do desenrolar de conflitos, de amores tórridos, de práticas efetivamente ligadas ao lazer, à bebida e ao sexo" (SILVA, 2012, p. 67).

Na noite do cais, a caninha revigorante, o encontro dos biscates, "porcos d´água" e os "mata-cachorros", respectivamente os que ganhavam a vida no cais, trabalhadores, embarcadiços e milicianos, em suas disputas e querelas marcam o texto de um tom de drama histórico cotidiano. O desfile das prostitutas, o frito de carne-de-porco e as fussuras nos cabarés do Brasília, Bar do Gordo e Munguba engendravam a cena dos conflitos cotidianos noturnos num "[...] quiproquó dos infernos, onde sobravam além de nomes feios, muitas cabeças quebradas e prejuízos para os donos dos estabelecimentos" (SILVA, 2012, p. 71). Os porcos d´água com seus jucás (pedaços de madeira usados como arma), mesclando-se com os jovens da *high society* em busca do prazer. A violência é era um aspecto indiscutível da vida noturna desses trabalhadores (SILVA, 2012, p. 74).

O capítulo três: "A BEIRA – entre o cais e as borboletas" (SILVA, 2012, p. 76) é um ensaio primoroso onde a interpretação do contraste, do revés da belle époque parnaibana a partir, sobretudo do romance *Beira Rio Beira Vida* de Assis Brasil é realizada com uma capacidade singular (e pioneira no âmbito da historiografia parnaibana) de capturar o histórico dentro da escriturística literária. A cidade partida onde os trabalhadores do rio existem do "lado de fora", longe dos palacetes à européia, no lugar da gente pobre de existência minúscula.



Espacialmente a bela época parnaibana era também essencialmente segregadora, onde: "A cidade foi urbanizada dentro do perímetro central, sendo gerida para atender as necessidades de uma pequena elite que enxergou na pobreza um 'perigo social que ameaçava pela sujeira e imoralidade" (SILVA, 2012, p. 82). Os pobres deveriam ser mantidos à distância.

Ao tomar como fonte o romance "[...] na tentativa de enxergar como foi representada a pobreza na belle époque parnaibana a partir do viés literário" (SILVA, 2012, p. 87), Josenias aponta possibilidades de ler o real a partir da ficção, contornando a ausência de arquivos e a restrição de acesso a documentos históricos da cidade. Analisa a *obra-denúncia* de Assis, sua *literatura de revolta* para flagrar os pobres, afinal: "*Beira Rio Beira Vida* reproduz o abismo existente entre os pobres e os ricos da cidade de Parnaíba na sua belle époque" (SILVA, 2012, p. 94).

Os "ninguéns" que moram no cais (espaço antagônico da cidade dos comerciantes enriquecidos e moralistas, mas que desciam depois das 21 h para o "resto" enchendo os cabarés) emergem na cena histórica. Ninguéns como Luiza, Mundoca e Jessé, este último buscando ascensão social acaba morrendo tragicamente. Queria ser rico o caçador de borboletas. Queria sair da miséria da maioria antagônica e complementar da opulência da minoria. Sociedade que explorava-o mediante a violência e segregação espacial e cultural. Afinal, era a "[...] existência daquela gente um verdadeiro tormento" (SILVA, 2012, p. 96).

O movimentado cais, com os estivadores, embarcadiços, vareiros era pura efervescência. A prostituição que emerge de maneira contundente no romance (SILVA, 2012, p. 101) associa a noite da região a imagem também da violência. Até os cabarés tinham sua assimetria onde a "alta" e a "baixa sociedade" frequen-

ISSN 2447-7354

tava de acordo com o local e o serviço corresponde ao seu lugar de classe e posição na hierarquia social da sociedade do período.

A cidade partida, habitada por alteridades negadas (SILVA, 2012, p. 106) era o símbolo do que a belle époque representou para a maioria. A presença da prostituta no território do desejo, nos "antros" denuncia as formas de viver de algumas mulheres se equilibrando na tensão entre a miséria e as condições mínimas de existir. Segregadas duplamente (material e moralmente), as prostitutas como "Evas Pecadoras", alimentavam o amor pretensamente ilícito da noite do cais (SILVA, 2012, p. 109).

O ressentimento com resistência no espaço de revolta buscado pelo historiador foi um exercício singular de construção de uma historiografia que "[...] tentou minimante dar conta de uma outra cidade que existia em contraste aquela do 'Norte do Brasil', e que era marcada pela pobreza, pelo estigma e pelo desequilíbrio nas relações de poder" (SILVA, 2012, p. 111). O essencial do ensaio como um todo, acredito, reside quando o autor aponta que: "A pobreza urbana foi pensada aqui como uma faceta da belle époque, mas em instante algum se buscou reduzir as possibilidades desses sujeitos de intervirem na sua própria realidade" (SILVA, 2012, p. 114).

Um único ponto falível foi se esquivar do conceito de classe. Mas isso foi mais, acredito, uma estratégia do que esquiva, afinal este conceito é problemático e para o objeto em questão até de discutível pertinência. Trabalhadores do rio deu conta. O conceito de ideologia ausente também poderia compor a crítica da dissertação, mas isso são pormenores. Os aspectos de rigor conceitual, manuseio de fontes, análise de discurso literário, de contextualizar em termos econômicos e políticos os pobres do cais, das margens nos anos 1930-50 em Parnaíba são os que melhor afirmam o valor da obra e o quanto ela auxilia na compreensão da história social de Parnaíba.



Uma cidade partida com seus Jessés comprimidos pela Belle Époque segregadora. As prostitutas da "corenta" em uma palavra: Pobreza. O historiador contrapõe a bela época com os pobres excluídos, vivendo lá fora da modernidade. Sem educação e possibilidades de ascensão, ressentidos e resistindo, agenciando suas artes de viver. Os pobres na obra entram na cena histórica de onde nunca estiveram ausentes.

ISSN 2447-7354